

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE LETRAS MODERNAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LÍNGUA ESPANHOLA E
LITERATURAS ESPANHOLA E HISPANO-AMERICANA

TALITA MARIA DE SOUZA

Uma ameaça ronda a formação de nossas crianças?
Análise do discurso dos movimentos conservadores
Con Mis Hijos No Te Metas e Escola Sem Partido

Versão corrigida

São Paulo

2023

TALITA MARIA DE SOUZA

Uma ameaça ronda a formação de nossas crianças?

Análise do discurso dos movimentos conservadores

Con Mis Hijos No Te Metas e Escola Sem Partido

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Língua Espanhola e Literaturas Espanhola e Hispano-Americana do Departamento de Letras Modernas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Letras.

Orientadora: Profa. Dra. Fernanda dos Santos Castelano Rodrigues

Versão corrigida

São Paulo

2023

ENTREGA DO EXEMPLAR CORRIGIDO DA DISSERTAÇÃO/TESE**Termo de Anuência do (a) orientador (a)****Nome da aluna: Talita Maria de Souza****Data da defesa: 26/04/2023****Nome da Profa. orientadora: Fernanda dos Santos Castelano Rodrigues**

Nos termos da legislação vigente, declaro **ESTAR CIENTE** do conteúdo deste **EXEMPLAR CORRIGIDO** elaborado em atenção às sugestões dos membros da comissão Julgadora na sessão de defesa do trabalho, manifestando-me **plenamente favorável** ao seu encaminhamento ao Sistema Janus e publicação no **Portal Digital de Teses da USP**.

São Paulo, 26/06/2023



(Assinatura da orientadora)

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

da de Souza, Talita Maria
Uma ameaça ronda a formação de nossas crianças?
Análise do discurso dos movimentos conservadores Con
Mis Hijos No Te Metas e Escola Sem Partido / Talita
Maria de Souza; orientador Fernanda dos Santos
Castelano Rodrigues - São Paulo, 2023.
117 f.

Dissertação (Mestrado)- Faculdade de Filosofia,
Letras e Ciências Humanas da Universidade de São
Paulo. Departamento de Letras Modernas. Área de
concentração: Língua Espanhola e Literaturas
Espanhola e Hispano-Americana.

1. escola. 2. educação. 3. conservador. 4. gênero.
5. partido. I. Rodrigues, Fernanda dos Santos
Castelano, orient. II. Título.

SOUZA, Talita Maria de. **Uma ameaça ronda a formação de nossas crianças?** Análise do discurso dos movimentos conservadores *Con Mis Hijos No Te Metas* e *Escola Sem Partido*. Dissertação (Mestrado) apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Letras.

Aprovada em:

Banca Examinadora

Prof(a). Dr.(a): _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Assinatura: _____

Prof(a). Dr.(a): _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Assinatura: _____

Prof(a). Dr.(a): _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Assinatura: _____

Prof(a). Dr.(a): _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Assinatura: _____

Dedico este trabalho ao meu pai,
Carlos Eduardo, minha mãe, Lina, e a
todos os que sonharam esse título antes
de mim e comigo.

AGRADECIMENTOS

À CAPES pelo financiamento fornecido para o desenvolvimento desta pesquisa.

À professora doutora Fernanda dos Santos Castelano Rodrigues pela interlocução, motivação e orientação atenta e empática.

Às professoras doutora Mônica Graciela Zoppi-Fontana e doutora Mara Ruth Glozman, componentes da banca de qualificação, pelas preciosas contribuições.

Ao professor doutor Adrián Pablo Fanjul pelo entusiasmo e receptividade com o meu trabalho desde a entrevista do processo seletivo. Além da supervisão de estágio que tanto acrescentou à minha formação.

Agradeço também à professora doutora Andrea dos Santos Menezes, que coordenou junto com o professor Fanjul os simpósios da CBH nos quais pude apresentar o meu trabalho, pela receptividade.

Aos colegas de LELEHA com os quais organizei as semanas de espanhol nos anos de 2020 e 21, de modo remoto, resistindo à época de pandemia e isolamento social, pela companhia. Ao colega de turma Ângelo, amigo com quem dividi os perrengues e diversões do mestrado.

Às colegas de grupo de estudos, Raquel Noronha e Jéssyca Camargo, pela leitura cuidadosa dos meus rascunhos. À minha amiga Vanessa pelo *abstract*. À minha amiga Ana Rosa pela revisão.

Gostaria de agradecer a todos os amigos que dividiram comigo a apatia, os surtos, as frustrações e também as realizações e as alegrias dos últimos anos. E à minha família que está sempre comigo, especialmente meus pais e meu irmão Marcelo, por terem dividido a casa comigo no período tão duro de isolamento social. Além dos meus sobrinhos Alice Oliveira de Souza, Caio Francisco Souza, Raul Oliveira de Souza, Romeu Antônio Souza e Bebezinho Oliveira de Souza, que iluminam o mundo com diversão e sagacidade e me dão esperança de um futuro mais legal.

Agradeço também a Deus, pelo alimento que não acaba, e a todas as ajudas espirituais que tive durante esse período.

Agradecimentos do dia da defesa:

Gostaria de agradecer a atenção dos professores com o meu trabalho: a professora Mara, a Mônica, o Adrian e, principalmente, a professora Fernanda. Na época que estava pensando em me inscrever para o processo seletivo sonhei que ia procurar a Fernanda e ela me recebeu muito bem, quando entrei em contato com ela aconteceu exatamente igual a esse sonho e como tenho uma devoção especial por São José, que sonhava com as missões dele, entendi como um sinal.

Eu dediquei esse trabalho aos meus pais, porque se hoje eu tenho o conforto e a estabilidade para estudar é porque o trabalho deles me proporciona isso. Inclusive, o meu pai me ensinou a ocupar o espaço da universidade com naturalidade e sem ficar pedindo permissões. Quando eu era criança dizia que ele trabalhava na escola, que era a USP, lá em São Carlos, e ele levava a gente para essa escola todo sábado, quando os computadores começaram a chegar lá, pra gente jogar; a sala dele era decorada com o poster dos Beatles, com lembrancinhas de dia dos pais, com as nossas fotos... Quando eu ia ao médico e passava por lá, era fácil encontrá-lo porque era só procurar a sala de onde vinha a música alta que ele escutava como se estivesse no quintal de casa. Demorou pra eu entender aquele espaço como elitista e talvez por isso eu fui me atrevendo a frequentar.

E por último eu dediquei a todos os que sonharam esse título antes de mim e comigo. Comigo eu tive meus amigos, meus irmãos, que estão hoje representados pelo Angêlo, a Ana, a Dri e na Doralice, antes de mim tem uma ancestralidade enorme, que vou resumir na figura de uma pessoa, a minha avó Maria, que foi faxineira na USP por muitos anos, até a sua morte. Ela ocupou o espaço que essa instituição reserva para pessoas como nós, mulheres negras, e tenho certeza que ela sonhou em ver a gente, os netos, ocupando esse espaço de outras formas. E é por isso que apesar de enfrentar certa hostilidade esse é um espaço que eu vejo sentido em ocupar.

*Mr. Backlash, Mr. Backlash
Just who do you think I am?
You raise my taxes, freeze my wages
And send my son to Vietnam
You give me second class houses
And second class schools
Do you think that all colored folks
Are just second class fools?
Oh, Mr. Backlash, I'm gonna leave you
With the backlash blues
When I try to find a job
To earn a little cash
All you got to offer
Is your mean old white backlash
But the world is big
Big and bright and round
And it's full of folks like me
Who are black, yellow, beige and brown
Mr. Backlash, I'm gonna leave you
With the backlash blues
Mr. Backlash, Mr. Backlash
Just what do you think I got to lose?
I'm gonna leave you
With the backlash blues
You're the one who'll have the blues
Not me, just wait and see*

HUGHES, Langston. The Backlash Blues.
In: SIMONE, Nina. *Nina Simone Sings the Blues*.

RESUMO

SOUZA, Talita Maria de. **Uma ameaça ronda a formação de nossas crianças?** Análise do discurso dos movimentos conservadores *Con Mis Hijos No Te Metas* e *Escola Sem Partido*. 2023. 117 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023.

Este trabalho tem por objetivo analisar o discurso dos movimentos conservadores *Con Mis Hijos No Te Metas* (CMHNTM), da Argentina, e *Escola Sem Partido* (ESP), do Brasil, a partir dos textos de apresentação elaborados por seus membros e organizados em seus portais online, que acompanhamos entre os anos 2019 e 2022. Para essa análise comparativa, utilizaremos o instrumental teórico da *Análise de Discurso Materialista* (AD). Em nosso trabalho apresentamos as *Condições de Produção* para a emergência desses discursos no Brasil e na Argentina nos últimos anos, analisamos os espaços online que as sequências discursivas selecionadas ocupam, estudamos como cada um dos movimentos é apresentado e também as *designações* que os nomeiam, com ênfase nos processos de construção dos *sujeitos* filhos/alunos, Estado e professores enquanto objetos desses discursos. Encontramos regularidades e descontinuidades entre os discursos dos dois movimentos, pois, apesar de ambos terem objetivos parecidos, defendendo a autoridade da família na educação dos filhos e apontando o que consideram ser os erros da formação escolar e da legislação educacional de seus países, o CMHNTM reagindo à Lei 26.150, que estabelece o *Programa Nacional de Educación Sexual Integral* (ESI), e o ESP tentando modificar a Lei 9.394/1996, que estabelece as *Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional* (LDB), seus processos de textualização são diferentes. Enquanto um se organiza através do discurso familiar, o outro se organiza em torno de um discurso de apartidarismo - o primeiro chamando à participação cidadã, e o segundo apoiando-se em denúncias anônimas e na sugestão de um Projeto de Lei.

Palavras-chave: Escola. Educação. Formação. Conservador. Gênero. Partido.

ABSTRACT

SOUZA, Talita Maria de. **Is a threat surrounding our children's upbringing?** Discourse analysis of the conservative movements *Con Mis Hijos No Te Metas* and *Escola Sem Partido*. 2023. 117 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023.

The aim of this work is to analyze the discourses of the conservative movements *Con Mis Hijos No Te Metas* (CMHNTM), from Argentina, and *Escola Sem Partido* (ESP), from Brazil, through the introductory texts written by their members and organized on their Web portals, which we have followed between 2019 and 2022. For this comparative analysis, we adopt the *Materialist Discourse Analysis* as our theoretical instrument. In our work, we present the *Conditions of Production* for the emergence of these discourses in Brazil and in Argentina in the recent years, we analyze the online spaces occupied by the selected discursive sequences, and we study how each movement is introduced and also the *designations* that name them, with emphasis on the process of construction of the child/student, the State and the teachers *subjects* as the objects of these discourses. Even though both movements have similar aims – to defend the family authority in children's upbringing and to point out what they consider to be wrong in their countries' school education and educational legislation (CMHNTM reacts to the National Programme of Comprehensive Sexual Education (ESI) 26.150 Law, and ESP tries to modify the Law 9.394/1996, which establishes the Brazilian Education Guidelines and Bases (LDB)) –, we have found regularities and discontinuities between the discourses of these movements since their textualization processes are different. While the first is organized around the family discourse, the second is organized around a discourse of non-partisanship – the former invites for citizen participation, and the latter depends on anonymous complaints and on the suggestion of a Bill of Law.

Keywords: School. Education. Upbringing. Conservative. Gender. Party.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

- Figura 1 - Marchas para legalizar el aborto en Argentina
- Figura 2 - Página de modelos de anteprojetos e decretos - ESP
- Figura 3 - Print dos links para algumas páginas regionais do movimento CMHNTM e para as páginas das organizações a ele associadas - CMHNTM
- Figura 4 - Print das listas “*No Queremos*” e “*Si Queremos*” da home - CMHNTM
- Figura 5 - Print da parte inferior da home - CMHNTM
- Figura 6 - Bandeira do Orgulho Transgênero
- Figura 7- Print da primeira imagem da *home* - CMHNTM
- Figura 8 - Print da segunda imagem da *home* - CMHNTM
- Figura 9 - Print da terceira imagem da *home* - CMHNTM
- Figura 10 - Print da quarta imagem da *home* - CMHNTM
- Figura 11 - Print da quinta imagem da *home* - CMHNTM
- Figura 12 - Logotipo do movimento CMHNTM
- Figura 13 - Cartaz de divulgação do documentário “*Todos son mis hijos*”
- Figura 14 - Menú em destaque na página inicial - ESP
- Figura 15 - Print da folha de rosto do site - ESP
- Figura 16 - Print da seção de depoimentos - ESP
- Figura 17 - Cartaz *Deveres do Professor* - ESP
- Figura 18 - Logotipo do movimento ESP

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AD - Análise de Discurso

CMHNTM - Con Mis Hijos No Te Metas

CP - Condições de Produção

ENEM - Exame Nacional do Ensino Médio

ESI - Educación Sexual Integral

ESP - Escola Sem Partido

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

PL - Projeto de Lei

SD - Sequência Discursiva

USP - Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	01
CAPÍTULO 1: DELIMITAÇÃO DO PROBLEMA DE PESQUISA E REFERENCIAL TEÓRICO	04
1.1. PEQUENA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	04
1.2. RECORTE DE PESQUISA E OBJETIVOS	09
1.3. ANÁLISE DE DISCURSO	10
1.4. OBJETIVOS DE PESQUISA	14
CAPÍTULO 2: CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO: CMHNTM E ESP	16
2.1. A ARGENTINA DO “CON MIS HIJOS NO TE METAS”	18
2.1.1. <i>Programa de Educación Sexual Integral (ESI)</i>	22
2.1.1.1. “La marea verde”	26
2.2. O BRASIL DO “ESCOLA SEM PARTIDO”	27
2.2.1. <i>Movimento “Escola Sem Partido”</i>	28
2.2.1.1. Os anos 2000 e 2010	29
2.2.2. <i>Projeto de Lei “Escola Sem Partido”</i>	31
2.2.2.1. O “fracasso” do movimento ESP	35
CAPÍTULO 3:	
O DISCURSO DO MOVIMENTO “CON MIS HIJOS NO TE METAS”	42
3.1. O PORTAL CONMISHIJOSNOTEMETAS.COM.AR	42
3.1.1. <i>Indexação e redirecionamentos</i>	42
3.1.2. <i>Masculino ou feminino</i>	46
3.1.3. <i>“La ola celeste”</i>	47
3.1.4. <i>Apropriação e ressignificação de símbolos argentinos</i>	51
3.2. A DESIGNAÇÃO “CON MIS HIJOS NO TE METAS”	54
3.2.1. <i>Con Mi Familia No Te Metas: a família tradicional sob ataque</i>	55
3.2.1.1. Os objetivos do movimento	56
3.2.1.2. As demandas do movimento	58
3.2.2. <i>Estás Metiéndote Con Mis Hijos</i>	65
3.2.2.1. Estado: o inimigo da maioria	68

3.2.2.2. Meus filhos, só meus, só os meus	74
CAPÍTULO 4: O DISCURSO DO MOVIMENTO “ESCOLA SEM PARTIDO”	79
4.1. O PORTAL ESCOLASEMPARTIDO.ORG	79
4.1.1. <i>O que é o Escola Sem Partido?</i>	79
4.1.2. <i>O aluno que o Escola Sem Partido protege</i>	81
4.1.3. <i>Como propor um Projeto de Lei</i>	87
4.1.4. <i>Denúncias anônimas</i>	88
4.1.5. <i>Queremos “apenas isso”</i>	89
4.2 A DESIGNAÇÃO “ESCOLA SEM PARTIDO”	99
4.2.1. <i>Escola Sem Doutrinação e Sem PT</i>	100
4.2.1.1. <i>Escola Sem Doutrinação (Esquerdista)</i>	100
4.2.1.2. <i>Escola Sem PT</i>	104
4.2.2. <i>Escola Com Partido</i>	106
4.2.3. <i>Escola Sem Censura</i>	107
CONSIDERAÇÕES FINAIS	109
REFERÊNCIAS	114
ÍNDICE	117

INTRODUÇÃO

Esse pesquisa começou a ser pensada no ano de 2018, a partir de reflexões pessoais geradas durante minha prática docente em escolas públicas do estado de SP, ao notar os discursos conservadores que passavam a ganhar espaço e ocupar as salas dos professores, em decorrência das reclamações recebidas nas escolas. Já nessa época, comecei uma coleta de “corpus ao voo¹” e voltei minha atenção para o *Escola Sem Partido (ESP)*, movimento criado no Brasil, em 2004, que vinha ganhando grande projeção nacional, pois com frequência o nome desse movimento era citado por quem questionava a atuação dos professores e, por ser capaz de enquadrar a prática de quase todos os professores que conhecia, além de apresentar divergências com documentos oficiais que guiam o ensino.

No processo de elaboração do pré-projeto de pesquisa para o processo seletivo do *Programa de pós-graduação em língua espanhola e literaturas espanhola e hispano-americana*, ao buscar por movimentos similares ao ESP em países vizinhos, para trabalhá-los comparativamente, encontrei material sobre o *Con Mis Hijos No Te Metas (CMHNTM)* criado no Peru, em 2011, e que hoje designa grupos espalhados por vários outros países, inclusive a Argentina, país cuja textualidades decidimos analisar.

Após o início dos estudos para a estruturação do pré-projeto que originou a pesquisa da qual resultou a presente dissertação, nos pareceu produtivo trabalhar este acontecimento a partir da *Análise de Discurso*, já que tal campo propõe trabalhar “a ilusão do sujeito como origem e a da transparência da linguagem com seus sentidos já-lá”, que propõe uma nova forma de interpretação, “que resulta em compreender também de outra maneira a história, não como sucessão de fatos com sentidos já dados, dispostos em sequência cronológica, mas como fatos que reclamam sentidos (1994), cuja materialidade não é possível de ser apreendida em si, mas no discurso.”(ORLANDI, 1994, p.58)

Com o objetivo de mostrar a produção dos discursos dos movimentos CMHNTM e ESP, através da análise das visões de ensino e educação que são defendidas nesses discursos e, principalmente, da maneira como são neles construídos os sujeitos envolvidos,

¹ “É o caso, por exemplo, das expressões languageiras coletadas pelo pesquisador durante as próprias leituras ou viagens pessoais, e o que ele ouve na rua, nos meios de transporte, nas lojas, nas salas de espera, etc., equipado com um caderno e um lápis, um pequeno gravador de som ou o próprio telefone celular para coletar, por exemplo, grafites que, adicionados a cartazes publicitários ou cartazes eleitorais, ajudam a desviar a mensagem original... Essa é uma prática antiga e realizada por todos aqueles que analisam formas de linguagem ou interações verbais, sejam elas palavras do léxico, construções sintáticas, formulações de atos de fala, jogos de palavras, etc.” (MOIRAND, 2020, p.23).

especialmente os sujeitos que são protegidos seus elaboradores, os "hijos"/ "alunos", e os sujeitos para os quais os movimentos dirigem suas reivindicações, o "Estado" e os "professores". Na tentativa de melhor apresentar os resultados dessa pesquisa, a dissertação foi dividida em quatro capítulos.

No primeiro deles, apresentamos uma breve revisão de literatura, visando apresentar os trabalhos feitos sobre os movimentos ESP anteriormente na *Universidade de São Paulo*, instituição que abriga essa pesquisa, e as dissertações de mestrado do *Catálogo de teses e dissertações da CAPES*, fundação que fomenta esta pesquisa, no campo da *Análise de Discurso*, a partir do qual elaboramos nossas reflexões. Em seguida, expomos nosso recorte de pesquisa, objetivando mostrar qual a contribuição que trazemos para o tema. E, finalmente, apresentamos o referencial teórico utilizado e delimitamos nossos objetivos

O segundo capítulo compreende uma tentativa de delimitar as *Condições de Produção* que possibilitaram a emergência dos discursos dos movimentos com os quais trabalhamos. Ele é dividido em duas partes, a primeira dedicada ao CMHNTM, seu início no Peru e a reterritorialização que dá nome ao movimento na Argentina. Destacando a *Ley N° 26.150*, sancionada em 2006, estabelecendo o direito de crianças e adolescentes a receber *Educación Sexual Integral* (ESI), e a *Marea Verde*, uma onda de protestos que ajudaram na conquista da *Ley N°27.610*, de *Acceso a la interrupción voluntaria del embarazo*; e outra dedicada ao ESP, partindo da história da criação do movimento, passando por um trajeto de explicação de alguns acontecimentos importantes dos primeiros anos dos anos 2000 no Brasil e o percurso de apresentação de Projetos de Lei (PL) apoiados pelo movimento.

Os capítulos três e quatro mostram as análises dos discursos dos movimentos CMHNTM e ESP, respectivamente. As duas análises estão divididas em: análise do portal online do movimento, fonte das textualidades investigadas, na qual avaliamos como as cores, imagens e ordenação de conteúdos ajudam a organizar esses espaços; seguida pela análise das designações escolhidas para nomear os movimentos.

No terceiro capítulo, que contém a análise do discurso do movimento CMHNTM, a análise do portal online se divide em quatro partes: a primeira, que explica como os conteúdos estão indexados e quais são as páginas para as quais seus leitores são redirecionadas; a segunda, que comenta a escolha das cores que compõem a identidade visual do site; a terceira, que analisa as imagens da página de rosto; e a quarta, que discute os processos de apropriação e ressignificação de símbolos argentinos que aparecem no site.

A análise da designação está dividida em duas partes: a primeira organizada a partir da paráfrase "*Con Mi Familia No Te Metas*", subdividida entre a análise dos objetivos do

movimento e a análise de sua lista de demandas; a segunda organizada a partir da designação afirmativa “*Estás Metiéndote Con Mis Hijos*”, subdividida na análise de como o “*Estado*” e a relação entre “*padres*” e “*hijos*” são construídos discursivamente pelo CMHNTM.

No capítulo quatro, da análise do discurso do movimento ESP, a descrição do portal se divide em cinco partes, que examinam: sua indexação, a construção de “alunos” como objeto do discurso do movimento, o tom instrucional do movimento e o cartaz “Deveres do professor”. A análise da designação é feita a partir das paráfrases “Escola Sem Doutrinação” e “Escola Sem PT”, da designação afirmativa “Escola Com Partido” e da possibilidade de designação “Escola Sem Censura”.

Ao final, na parte das Considerações Finais, apontamos as regularidades e descontinuidades entre os discursos dos dois movimentos analisados.

CAPÍTULO 1: DELIMITAÇÃO DO PROBLEMA DE PESQUISA E REFERENCIAL TEÓRICO

1.1. PEQUENA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

O interesse que motivou este trabalho veio da curiosidade em torno do movimento *Escola Sem Partido* e, posteriormente, do movimento *Con Mis Hijos No Te Metas*. Ao entrar em contato com o material por eles exposto, em suas páginas online, passamos a considerar que poderia ser produtivo comparar seus discursos, de modo a tentar compreender como tais movimentos ocuparam o debate educacional nos últimos anos, mesmo frente à legislação educacional já institucionalizada que confronta o que é proposto por eles.

Pensando na influência que tais discursos podem chegar a ter e na maneira como eles afetam os debates educacionais, somado ao momento histórico que vivemos, com o avanço de discursos conservadores que ameaçam os princípios constitucionais, a ordem democrática, a liberdade de expressão e os direitos humanos, e acabam por intervir diretamente no cotidiano escolar e na prática docente ao sugerirem novas rotinas de memória, que alteram as que estavam começando a renovar-se nos últimos anos, culminando na construção de novos imaginários sobre o papel da escola e do professor, vimos a necessidade de estudar sobre eles.

Consideramos importante pontuar que essa dissertação é uma contribuição à literatura do tema, que vem se expandindo nos últimos anos. Para mostrar outros trabalhos que foram escritos sobre o tema aqui no Brasil, principalmente em relação ao movimento *Escola Sem Partido*, fizemos uma pequena busca nas bases de teses e dissertações da USP e da CAPES, cujos resultados apresentamos agora.

Na época da elaboração do pré-projeto que resultou nesta dissertação, em 2019, não encontrávamos nenhum texto no *Banco de teses e dissertações da USP* sobre o *Escola Sem Partido*. Em janeiro de 2023, na busca avançada pelo nome “escola sem partido”, nos campos título ou resumo ou palavras-chave, selecionando entre todos os documentos (dissertações e teses), encontramos três dissertações:

- Em dezembro de 2019, no *Instituto de Psicologia*, na área de *Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano*, Gabriel Katsumi Saito defendeu a dissertação *Por que clamam por uma escola livre de doutrinação política, sexual e ideológica? Um estudo dos tabus sobre o magistério e da ideologia da racionalidade tecnológica*, pesquisa que buscou compreender as motivações psicossociais da adesão a este ideário através

de uma investigação empírica, com aplicação de questionário para 117 estudantes dos últimos anos de cursos de pedagogia em uma universidade do município de São Paulo, através da qual mediu a adesão ao *Escola Sem Partido* e também a interiorização de tabus acerca do magistério;

- Em abril de 2021, na *Faculdade de Educação*, na área *Estado, Sociedade e Educação*, Luana Pomme Ferreira da Silva defendeu a dissertação *Escola Sem Partido: estratégia para a construção de consenso ou censura? Um estudo em Alagoas*, que analisou os documentos disponíveis sobre a tramitação dos Projetos de Lei, em especial da Lei Ordinária no 7.800/2016, de Alagoas, denominada *Escola Livre* e também através de pesquisa de campo, realizada por meio de entrevistas com docentes e estudantes de uma escola de ensino médio de Maceió-Alagoas, visando a sistematização das opiniões de professores sobre o movimento e como ele incidiu em sua prática docente;
- E mais recentemente, em agosto de 2022, foi defendida a primeira dissertação sobre o tema na *Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas*, na área de *Filologia e Língua Portuguesa*, por Lucas Pereira da Silva. com a pesquisa chamada *Explorando o argumentário: uma análise lógico-discursiva do debate público sobre o Escola Sem Partido*, que propõe a construção de um argumentário sobre o tema a partir de um corpus composto por artigos de opinião e editoriais, publicados em mídia digital entre os anos de 2014 e 2019.

Essas foram as três dissertações sobre o movimento ESP apresentadas nos últimos anos, na *Universidade de São Paulo*. Embora tenha uma na área de linguagem, ainda não encontramos nenhuma na *Análise de Discurso*. A mesma busca por “con mis hijos no te metas” não encontrou nenhum resultado.

Em novembro de 2022, no *Catálogo de teses e dissertações da CAPES*, encontramos 127 resultados na busca por “escola sem partido”, divididos em quatro grande áreas do conhecimento: Ciências Humanas; Ciências Sociais Aplicadas; Linguística, Letras e Artes; e Multidisciplinar. Aplicando o filtro “Linguística, Letras e Arte” chegamos a 15 resultados, dos quais 11 utilizam o instrumental teórico da *Análise de Discurso*.

Listamos aqui as onze dissertações encontradas, que foram defendidas entre setembro de 2017 e março de 2022, focando principalmente no corpus que foi selecionado para cada uma das análises e, às vezes, apresentando os objetivos delas, a partir do exposto em seus resumos:

- Fabiany Carneiro de Melo defendeu em 29/09/2017 a dissertação “*Quando lecionar pode virar crime: o movimento ‘Escola sem Partido’ sob uma ótica discursiva*”, no Mestrado em Estudos de Linguagem, da Universidade Federal Fluminense.

Estudo que visou analisar discursivamente a imagem sobre o professor e seu trabalho à luz do movimento ESP, a partir do cartaz *Deveres do Professor* elaborado pelo movimento, do artigo intitulado *A ideologia de gênero no banco dos réus* e da carta *Mensagem de fim de ano do coordenador do Escola sem Partido ao militante disfarçado de professor*, ambos de autoria do porta voz do movimento. Além disso, estabeleceu paralelos com os Projetos de Lei ESP 867/2015 e 193/2016 e com outros materiais divulgados pelo movimento.

- Juliana Silva Rettich defendeu em 26/03/2018 a dissertação “*Do visor na porta das salas de aula à mordaza nos professores: uma análise discursiva das redes conservadoras do Escola Sem Partido - Projeto de Lei 867/2015*”, no Mestrado em Letras, da Universidade do Estado do Rio De Janeiro

Que analisou o PL 867/15 e seus apensados, sendo destacados os enunciados que apresentavam a palavra *ideologia* e os que apresentavam enunciados negativos e também algumas postagens da página no *Facebook Mães pelo Escola Sem Partido* e denúncias na página do Programa *Escola Sem Partido*.

- Luciano Paz de Lira defendeu em 23/04/2018 a dissertação *Os atravessamentos ideológicos do movimento ‘Escola Sem Partido’*, no Mestrado em Linguística Aplicada, da Universidade de Taubaté

O corpus da pesquisa foi constituído, principalmente, por enunciados do PL do ESP, do site do movimento e de recortes de pronunciamentos e artigos de pessoas e instituições diretamente ligadas ao debate. Estudando o jogo de forças políticas e ideológicas que funcionam nesse discurso no sentido de conservar, legitimar e reproduzir a dominação e exploração de uma classe sobre a outra.

- Bruna Maria de Sousa Santos defendeu em 31/07/2018 a dissertação “*A educação brasileira entre a asfixia e a resistência: política de significação dos movimentos ‘Escola Sem Partido’ e ‘Professores Contra o Escola Sem Partido’*”, no Mestrado em Linguagem e Ensino, da Universidade Federal de Campina Grande.

Pesquisa na qual analisou os movimentos *Escola sem Partido* e *Professores contra o Escola sem Partido*, que enunciam a partir de diferentes políticas de significação, colocando em jogo sentidos antagônicos sobre os objetos de ensino, o sujeito-aprendiz e o sujeito-professor. Buscando compreender os processos discursivos (asfixia e resistência) que caracterizam as políticas de significação em confronto. A partir de textos, imagens e vídeos

disponibilizados nas Redes Sociais dos movimentos (*Facebook*), sites, blogs, bem como na plataforma de compartilhamento de vídeos *YouTube*.

- Rocheli Regina Predebon Silveira defendeu em 11/03/2019 a dissertação “*Escola Sem Doutrinação’: Um Patrulhamento Ideológico?*”, no Mestrado em Letras, da Universidade Federal de Santa Maria

Seu objeto de estudo foi a página do *Facebook* do *Escola Sem Partido*, a pesquisadora buscou por enunciados produzidos pelo movimento sobre professores e suas práticas em sala de aula, chegando a vinte e cinco enunciados, selecionados a partir de dois critérios: temporalidade (março de 2015 a agosto de 2016) e temática (discurso sobre o educador e suas práticas). Visando refletir sobre a relação que há entre o ato de doutrinar, apontado pelo movimento *Escola Sem Partido* – como a ação praticada pelos professores –, com o ato de patrulhar ideologicamente os docentes – ação realizada pelo movimento.

- Franciele Farias Sepel defendeu em 12/03/2019 a dissertação “*O político nas leis nacionais de educação*”, no Mestrado em Letras da Universidade Federal de Santa Maria.

Na qual tomou como materialidades discursivas para análise, recortes discursivos do vídeo *Roda Viva | Leandro Karnal, 04/07/2016*, do artigo *UFPR diz que ‘Escola sem Partido limita ensino e pode gerar perseguições’*, de autoria de Rogério Galindo e do vídeo *Prof. Fernando Penna - Audiência Pública sobre “Escola sem Partido” (Senado Federal 16/11/2016)*, e alguns dos respectivos comentários que essas publicações geraram no âmbito digital. Observando as possibilidades do impacto na Educação e na sociedade brasileira caso ocorresse a implementação do Projeto de Lei *Escola sem Partido*.

- Alexandre Souza Cavalcante defendeu em 07/08/2019 a dissertação “*O discurso do programa Escola ‘Sem Partido’ e a ofensiva do conservadorismo na educação brasileira*”, no Mestrado em Linguística e Literatura, da Universidade Federal de Alagoas.

Trabalho que analisou o discurso do *Programa Escola sem Partido* a partir de sua inscrição no Projeto de Lei 193/2016, proposto pelo ex Senador do Espírito Santo Magno Malta (PR). Visando investigar o processo de produção de sentidos que atravessam esse discurso na intenção de apreender seu funcionamento na processualidade social e que entendeu o programa ESP como um projeto do capital contra a classe trabalhadora e seu discurso.

- Ariane Aparecida Albergaria defendeu, em 22/06/2020, a dissertação “*A retórica do movimento Escola Sem Partido: afetos e engajamentos discursivos na página oficial*”

do Facebook', no Mestrado em Letras: estudos da linguagem, da Universidade Federal de Ouro Preto.

Onde analisou retórica e discursivamente algumas publicações e discussões que emergiram no *Facebook* oficial do *Movimento Escola Sem Partido* ao longo de seis meses (de outubro de 2017 até março de 2018). Observando como a circulação desses discursos ajudou a consolidar e a esculpir um reservatório de crenças e de formas de referenciar os professores, os educandos e a educação. Concluindo que os argumentos, as imagens de si no discurso e os afetos que emergem nesse espaço deságuam na propagação de estereótipos e em discursos de ódio sobre a Educação e os sujeitos que a constituem.

- Alexandra Santos Reis defendeu em 28/08/2020 a dissertação “*Escola Sem Partido (ESP) e professores contra o Escola Sem Partido (PCESP): o imaginário construído acerca do papel do professor no Facebook*”, no Mestrado em Estudos de Linguagens, da Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais

Essa pesquisa teve como tema as discussões promovidas no *Facebook* por dois movimentos antagonistas: *Escola Sem Partido* e *Professores Contra o Escola Sem Partido*. Com a proposta de analisar nas postagens e nos comentários do *Facebook* do ESP e do PCESP os imaginários produzidos pelo cartaz *Deveres do Professor* referente ao papel do professor na escola.

- Laurianne Guimarães Mendes defendeu em 29/10/2020 a dissertação “*Regimes de verdade sobre a instituição escolar em enunciados do projeto ‘Escola Sem Partido’ no Twitter*”, no Mestrado em Estudos Lingüísticos, da Universidade Federal de Uberlândia.

Pesquisa que analisou 21 tweets de três perfis presentes na rede social *Twitter*: da sociedade civil (@EscolaSemPartido); do vereador Fernando Holiday (@FernandoHoliday); e, do então candidato à presidência, Jair Messias Bolsonaro (@JairBolsonaro). Pensando na constituição discursiva da instituição escolar pelos enunciados decorrentes do movimento político *Escola Sem Partido*, refletindo como esses enunciados constroem e colocam em circulação verdades sobre o papel da escola, dos docentes e dos alunos nos processos de ensino-aprendizagem.

- Diogo Caetano Avelino Neto defendeu em 28/03/2022 a dissertação “*O discurso do Escola sem Partido: polêmica e interdição*”, no Mestrado em Lingüística, da Universidade Estadual de Campinas

Na qual foram analisados excertos de textos de vários campos e gêneros com destaque para aqueles publicados no site oficial do movimento *Escola Sem Partido*, em duas matérias

jornalísticas (uma da revista *Nova Escola* e outra do jornal *Diário do Centro do Mundo*) com depoimentos de professores.

Na base de dados da CAPES consultada também não foi encontrada nenhuma ocorrência na busca por “con mis hijos no te metas”.

Além das bases de dissertações e teses da USP e da CAPES, há outras maneiras de encontrar produções acadêmicas sobre o *Escola Sem Partido*, inúmeros artigos, por exemplo, foram escritos sobre o assunto, além de várias outras dissertações. Sabemos que também há produções sobre o movimento *Con Mis Hijos No Te Metas* sendo feitas em outros países, mas privilegiamos essas duas bases brasileiras e selecionamos aqui apenas essas catorze dissertações como uma pequena amostra do que tem sido estudado sobre o tema.

1.2. RECORTE DE PESQUISA

Nas dissertações que selecionamos no tópico anterior, vimos recortes de pesquisa variados: Desde a aplicação de questionários, análise dos Projetos de Lei *Escola Sem Partido* (ESP) e de documentos sobre eles, passando por materiais das redes sociais como a postagem de tuítes, postagens nas páginas do *Facebook*, do próprio movimento ou de grupos que o apoiam, como é o caso do grupo *Mães Pelo Escola Sem Partido*, e também de comentários sobre todas essas postagens. Além de entrevistas com professores, análises de artigos de opinião e editoriais sobre o tema, vídeos do *YouTube*, artigos publicados na internet, textos de *blogs*, matérias jornalísticas, depoimentos de professores, favoráveis e contrários ao movimento ESP. E também artigos escritos por Miguel Nagib, o fundador do movimento, e materiais do site do movimento ESP, como o texto *Deveres Dos Professores*.

Para a nossa pesquisa, dessa grande dispersão de textualidades à disposição, escolhemos selecionar somente as que foram fornecidas pelo próprio movimento. E, em um recorte ainda mais específico, ao invés de analisarmos grupos e postagens nas redes sociais, trabalhamos com o site de divulgação desse grupo: <http://escolasempartido.org>. Nos interessou analisar a imagem que o movimento cria sobre si e foi ao redor desse interesse que nos organizamos. Além disso, ao invés do contraste entre discursos antagônicos, como foi o caso dos trabalhos que selecionaram o movimento *Professores contra o Escola Sem Partido*, decidimos comparar as sequências discursivas produzidas pelo movimento ESP com as produzidas pelo *Con Mis Hijos No Te Metas* (CMHNTM), da Argentina, por considerarmos que esse contraste adicionaria novidade ao que tem sido estudado sobre o tema. Selecionamos também as textualidades que o movimento CMHNTM disponibiliza em seu site oficial: <http://conmishijosnotemetas.com.ar>.

A escolha por trabalhar com os materiais disponibilizados na *web* se deve ao entendimento de que na contemporaneidade esse é o espaço onde se concentram informações que podem atingir grande difusão, como vemos em trabalhos recentes sobre o crescimento da direita. Além da facilidade do acesso à informação propiciada pelo largo acesso à internet e dispositivos eletrônicos. Na web há maior possibilidade de compor textos a partir de diferentes textualidades que não só a escrita. Pensando nisso, consideramos também em nossa análise a organização desses espaços online, as cores e as imagens neles utilizadas. Por isso, além dos textos verbais, acrescentamos em nosso trabalho prints dessas páginas, tentando reproduzir uma visão geral dos lugares onde os textos verbais foram publicados.

Notamos algumas mudanças significativas nos portais dos movimentos durante o período em que os observamos (de abril de 2019 a novembro de 2022). Inicialmente haviam dois portais diferentes para cada movimento, agora os conteúdos foram reduzidos, no caso do CMHNTM, ou reunidos em um único endereço, caso do ESP. Essa mudança aconteceu na época entre o processo seletivo e o início do mestrado, não temos registros dela.

Um dos portais do CMHNTM, o <http://conmishijosno.com>, foi retirado do ar por completo e o <http://conmishijosnotemetas.com.ar> não foi atualizado desde a época em que começamos a monitorá-lo, atualmente as novas informações do movimento são divulgadas em suas páginas no *Facebook* enquanto o portal permanece como uma central de referência com textos de apresentação.

Já no caso do ESP, o portal <http://escolasempartido.org/> passou por uma grande reformulação que deixou a navegação mais intuitiva e clara, além disso, houve uma fusão com os conteúdos do portal que era exclusivamente dedicado ao PL e foi retirado do ar, o <http://programaescolasempartido.org>. Tal mudança ocorreu no período em que, como explicamos no tópico 2.2.2.1. *O “fracasso” do movimento ESP*, Miguel Nagib, responsável por esses sites, disse ter notado um crescimento grande no interesse pelo tema. No entanto, passados alguns meses, em agosto de 2020, ele também deixou de ser atualizado, mas ainda que estagnado segue acessível, funcionando como uma espécie de memorial do movimento.

1.3. ANÁLISE DE DISCURSO

Utilizaremos em nossas análises o instrumental teórico da Análise de Discurso Materialista (AD). A seguir, apresentaremos alguns dos conceitos deste campo que pretendemos mobilizar na busca pelos efeitos de sentido produzidos pelo discurso dos movimentos *Escola Sem Partido(ESP)* e *Con Mis Hijos No Te Metas* (CMHNTM). Para tanto, nos apoiamos no trabalho de Pêcheux nos textos “Análise automática do discurso”

(2010) e “A forma-sujeito do discurso” (2018), publicados originalmente em 1969 e 1975, no trabalho de Jean-Jacques Courtine em seu livro “Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos”(2014), publicado originalmente em 1981, e também nos artigos “Discurso, Imaginário Social e Conhecimento”(1994), “Paráfrase e Polissemia: A Fluidez nos Limites do Simbólico” (1998b) e “Discurso e Argumentação: Um Observatório do Político” (1998a), de Eni Orlandi.

A AD é um campo disciplinar que trata a linguagem em seu funcionamento, seu objeto é o discurso, entendido como “o lugar específico em que podemos observar a relação entre linguagem e ideologia” (ORLANDI, 1994, p.53). Ideologia que “fornece as evidências pelas quais ‘todo mundo sabe’ o que é um soldado, um operário, um patrão, uma fábrica, uma greve, etc., evidências que fazem com que uma palavra ou um enunciado ‘queiram dizer o que realmente dizem’”(PÊCHEUX, 2018, p.160).

Segundo Eni Orlandi(1998a), a análise da AD “não se reduz a uma questão de cálculo (sentido 1 + contexto = sentido 2) mas é concebida como explicitação do funcionamento do discurso” e, para a compreensão desse funcionamento, “é necessário distinguir o plano da constituição (interdiscurso) do plano da formulação (intradiscurso)”(p. 77). Olhando para a materialidade linguística, ou seja, o intradiscurso, o analista do discurso procura compreender porque ela foi elaborada daquela maneira e não de outras, pretendendo “atingir a constituição dos sentidos, atravessando os efeitos da ordem do ideológico”(ibid., p.78), em busca do que Pêcheux chamou de “pontos de deriva” de um enunciado, que ao darem pistas da produção discursiva, oferecem lugar à interpretação (id., 1994, p.58).

Para Orlandi, a finalidade da AD é propor novas práticas de interpretação, que exponham “o olhar leitor à opacidade do texto” (id., 1998a, p.74). Em sua definição sobre esse campo teórico, diz:

[A AD] (des)territorializa a noção de leitura pela noção de discurso, enquanto efeito de sentidos e abre caminho para uma crítica disso que temos chamado ‘ilusão de conteúdo’, que produz a impressão da transparência da linguagem (...) ao mesmo tempo em que apaga a produção discursiva do referente, elidindo a construção imaginária do efeito de unidade, efeito literal, do sentido-um, já lá. (ibid., p.74)

O analista deve expor essa construção, mostrando que o sentido já é ele mesmo um “gesto de interpretação”(ibid., p.75) e não único e de entendimento universal. Ressaltando que, assim como critica essa tendência conteudista, que entende os sentidos como previamente fixados, a AD também critica tendências que entendam que o sentido pode ser qualquer um, sem nenhuma determinação histórica.

- Ideologia e Pré-construído

Antes de avançarmos em nossas explicações, consideramos fundamental explicar o que se entende pelo conceito de Ideologia no campo da AD, uma vez que as análises realizadas nesse campo explicitam o mecanismo ideológico que sustenta o funcionamento do discurso na produção de sentidos.

Em AD, a ideologia “está na produção da evidência do sentido (só pode ser ‘este’) e na impressão do sujeito ser a origem dos sentidos que produz, quando na verdade ele retoma sentidos pré-existentes” (id., 1998b, p. 16). O analista de discurso, em seu gesto de análise, verifica que “no espaço que vai da constituição dos sentidos (o interdiscurso) à sua formulação (o intradiscurso) intervêm a ideologia e os efeitos imaginários”(id., 1994, p.56), que indicam uma “interpretação de sentidos em certa direção, determinada pela relação da linguagem com a história” (ibid., p.57).

Para a produção de sentidos são mobilizados os chamados *pré-construídos*, o que significa que “um elemento do interdiscurso nominaliza-se e inscreve-se no intradiscurso (...) como se esse elemento já se encontrasse ali” (COURTINE, 2014, p.74) produzindo o chamado efeito de evidência, a naturalização dos sentidos. O pré-construído é “uma construção anterior, exterior, independente por oposição ao que é construído na enunciação” (ibid., p.74). Ao identificar-se com a *Formação Discursiva* (FD) que o constitui, o *sujeito* retira dela os *pré-construídos* que dão coerência ao seu discurso, tendendo a “absorver-esquecer o interdiscurso no intradiscurso” (PÊCHEUX, 2018, p.167).

Na relação entre linguagem e ideologia, os sujeitos são os mediadores, de modo que “não há discurso sem sujeito nem sujeito sem ideologia” (ORLANDI, 1994, p.54). Ao filiar-se a uma FD o sujeito discursivo se identifica ao sujeito universal dessa formação e utiliza os *pré-construídos* oferecidos por ele. Essa relação faz parecer que o sentido é um só, que só pode ser esse, que é natural que seja esse. Quando na verdade, se ao utilizarmos uma palavra temos a impressão de que todas as outras pessoas a compreendem da mesma maneira que nós a compreendemos é porque o imaginário que a sustenta seu sentido está funcionando, passando o efeito de evidência.

- Condições de Produção

“Um discurso é sempre pronunciado a partir de condições de produção dadas”(COURTINE, 2014, p.77), veremos que o conceito de *Condições de Produção* (CP) é

fundamental para a compreensão da relação de sujeitos discursivos com as FDs na construção de sentidos.

Segundo Courtine (2014), esse conceito não recobre somente a uma “definição empírica de uma situação de enunciação” (p.49), nem as “simples circunstâncias em que os sujeitos interagem” (p.51), mas abrange a relação entre os lugares objetivamente definidos (quem diz, para quem diz, em que situação diz) e os lugares representados subjetivamente por várias “formações imaginárias” que “designam o lugar que o remetente e o destinatário atribuem a si e ao outro”(ibid. p.49), “todo processo discursivo supõe a existência dessas formações imaginárias”(PÊCHEUX, FUCHS, 2010, p. 83).

Courtine faz uma redefinição da noção de CP do discurso pelo conceito de FD que, como lugar da constituição do sentido, “é o que em uma dada formação imaginária e em uma conjuntura, determina ‘o que pode e deve ser dito’”(COURTINE, 2014, p.73).

- Formação Discursiva

“As palavras, expressões, proposições, etc. recebem seu sentido da formação discursiva na qual são produzidas”(PÊCHEUX, 2018, p.161), por isso é próprio de toda FD “dissimular, na transparência do sentido que nela se forma, a objetividade material contraditória do interdiscurso” (ibid., p.162). Ao filiar-se a uma FD, o sujeito inscreve-se em redes de sentido (interdiscurso) das quais retiram os sentidos que dão coerência ao seu intradiscurso. Tais filiações “não são máquinas de aprender (...) não há sentidos literais guardados em algum lugar - seja a língua, seja o cérebro - e que ‘aprendemos’ a usar” (ORLANDI, 1998b, p.12). Reiteramos que as palavras não tem um sentido próprio, vinculado à sua literalidade, mas “podem receber sentidos diferentes - todos igualmente ‘evidentes’ - conforme se refiram a esta ou aquela formação discursiva”(PÊCHEUX, 2018, p.161), por isso mudam de sentido em função dos sujeitos que as empregam.

Dessa forma, a partir de FDs antagônicas, é possível produzir discursos que utilizem as mesmas palavras mas signifiquem diferente.

Uma mesma palavra, na mesma língua, significa diferente, dependendo da posição do sujeito e da inscrição do que diz em uma ou outra formação discursiva. Assim, o trabalho do analista de discurso em sua escuta é explicitar os gestos de interpretação que se ligam aos processos de identificação dos sujeitos, suas filiações de sentidos: descrever a relação do sujeito com sua memória (ORLANDI, 1998b, p.12)

- Sujeito

No interior das FDs “se realiza o assujeitamento do sujeito (ideológico) do discurso” (COURTINE, 2014, p.73). “Os indivíduos são ‘interpelados’ em sujeitos-falantes (em sujeitos de seu discurso) pelas formações discursivas que representam ‘na linguagem’ as formações ideológicas que lhes são correspondentes” (PÊCHEUX, 2018, p.161). Esse *sujeito* não corresponde à uma forma de subjetividade, nem à uma presença empírica e nem ao lugar que um indivíduo ocupa na estrutura social, mas a um lugar discursivo, também chamado *posição-sujeito*, “o lugar do sujeito universal próprio a uma FD” (ibid, 87), que se ancora na

estabilidade referencial dos elementos de um saber. Esse lugar, então, só é vazio na aparência: ele é preenchido de fato pelo sujeito do saber próprio a uma dada FD e existe na identificação pela qual os sujeitos enunciadores vêm encontrar nela os elementos de saber (enunciados) pré-construídos de que eles se apropriam como objetos de seu discurso, assim como as articulações entre esses elementos de saber que asseguram uma coerência intradiscursiva em suas declarações. (ibid, 87-88)

Ao se identificar com a FD que o constitui, o *sujeito* retira de seu *interdiscurso* os sentidos *pré-construídos* que dão coerência ao seu *intradiscurso*, tendendo a “absorver-esquecer o interdiscurso no intradiscurso, isto é, ele simula o interdiscurso no intradiscurso” (PÊCHEUX, 2018, p.167). Por isso dizemos que o sujeito não existe “em si mesmo” mas “é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras, expressões e proposições são produzidas (isto é, reproduzidas)”, suas palavras “adquirem sentidos em referência às formulações ideológicas, segundo o que a FD determina” (ibid., p.160).

Cabe ressaltar que um sujeito dificilmente estará filiado a somente uma FD, geralmente na construção dos discursos há cruzamentos e interposições.

1.4. OBJETIVOS DE PESQUISA

A partir da AD olhamos para os discursos dos movimentos *Con Mis Hijos No Te Metas e Escola Sem Partido* divulgados em seus respectivos sites, pensando nas propostas que eles visam apresentar. Apoiados nesse material pretendemos:

- a) Apresentar as *Condições de Produção* dos discursos dos movimentos, visando entender como a História opera na formulação de suas textualidades;
- b) Analisar os sites dos dois movimentos, no que diz respeito a indexação, organização, textos imagéticos e utilização das cores, para, a partir deles, pensar na construção dos sentidos dos textos verbais disponibilizados;
- c) Analisar as *Designações* dos dois movimentos, segundo a noção tal como

compreendida por Guimarães (2002, 2006 e 2007), como constitutiva do sentido dos nomes, que são significados em uma relação tomada na História;

A partir das *Condições de Produção*, da organização dos sites e das *Designações* que nomeiam os dois movimentos, pretendemos explicitar a elaboração dos sentidos de “*hijos*”, “*alunos*” (sujeitos protegidos pelos movimentos), “*Estado*” e “*professor*” (sujeitos a quem os movimentos dirigem suas críticas), que se constroem a partir da materialidade dos discursos divulgados nos portais de cada movimento. Ou seja, como se produzem discursivamente as *projeções imaginárias* em torno desses sujeitos e instituições que farão funcionar determinados *efeitos de evidência* sobre eles. Como consequência dessa análise, também acompanhamos a definição dos objetivos dos movimentos, a construção da visão de ensino que eles defendem e o modo como eles ocuparam o debate educacional nos últimos anos.

CAPÍTULO 2: CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO: CMHNTM E ESP

Para a *Análise de Discurso* o conceito de *Condições de Produção* não recobre somente a “definição empírica de uma situação de enunciação” (COURTINE, 2014, p.49), nem as “simples circunstâncias em que os sujeitos interagem” (ibid, p.51), mas abrange a relação entre os lugares objetivamente definidos (quem diz, para quem diz, em que situação diz) e os lugares representados subjetivamente por várias “formações imaginárias” que “designam o lugar que o remetente e o destinatário atribuem a si e ao outro”(ibid. p.49).

Compreendendo que “um discurso é sempre pronunciado a partir de condições de produção dadas” (ibid, p.77). Fazemos, neste capítulo, uma retrospectiva que explica o momento de início das atividades do ESP no Brasil e do CMHNTM no Peru, sua posterior adaptação ao contexto argentino e seus desdobramentos.

O movimento ESP foi criado em 2004, por Miguel Nagib, com a produção de um site que pretendia funcionar como um espaço de agrupamento de denúncias feitas por pais e alunos a respeito da conduta dos professores que eles considerassem “doutrinadores”, com vistas à construção de um acervo. Dez anos depois, em 2014, o primeiro Projeto de Lei (PL) do ESP foi proposto. A partir de então, houve uma tendência na profusão de propostas de projetos de lei incentivados pelo movimento ou similares a eles. Segundo o levantamento do portal *Escola Sem Mordaca*,² até o final do ano de 2019 tais projetos haviam sido debatidos em cerca de 150 municípios brasileiros³, em 21 estados diferentes, com destaque para o PL 7180/2014, que tramitou na Câmara Federal.

O tópico *Escola Sem Partido* nesta seção está dividido em duas partes, com a apresentação da conjuntura sócio-política que vai do início do movimento, em 2004, passa pela elaboração do primeiro PL, em 2014, até os desdobramentos da passagem do PL 7180/2014 pelo Congresso Nacional.

Já o movimento *Con Mis Hijos No Te Metas* começou a ser articulado no Peru no ano de 2016, por pessoas que se posicionavam contrariamente às mudanças propostas pelo novo *Currículo Nacional de la Educación Básica* que pautava, entre outras coisas, a introdução do conceito de “igualdade de gênero” e seria votado naquela ocasião. Segundo Menezes (2019), essa articulação, coordenada por um perfil do *Facebook*, promoveu uma ação na cidade de Lima:

² Disponível no site <<https://www.escolasemmordaca.org.br>>. Acesso em 15 de out. de 2019.

³ Na época, 41 deles estavam em vigor, 16 haviam sido aprovados, 37 estavam tramitando, 31 estavam arquivados, 10 haviam sido suspensos, 9 retirados, 6 rejeitados, 6 vetados e apenas 1 recusado.

En diciembre de 2016, Lima se despertó con pancartas colocadas en una de las avenidas principales de la ciudad. Sobre un fondo rosado y azul se podía leer: “Con mis hijos no te metas”. En las siguientes semanas, aparecieron letreros similares en todo el país. Un grupo de Facebook relacionado, denominado “Con Mis Hijos No Te Metas PERÚ-Oficial” (de ahora en adelante, CMHNTM PERÚ), comenzó a recibir miles de likes y se usó para compartir información sobre el nuevo Currículo Nacional de la Educación Básica del Ministerio de Educación y coordinar actividades y protestas. La intención detrás de la campaña era clara: hacer que el gobierno cambie el currículo.

Apesar de os criadores peruanos reivindicarem a autoria da designação *Con Mis Hijos No Te Metas*, sua origem é controversa: alguns a creditam aos venezuelanos que, em janeiro de 2001, protestavam contra as mudanças que o então presidente Hugo Chávez pretendia implementar no sistema escolar com o Decreto nº 1011⁴ que, segundo declarações⁵ do então presidente, propunha criar um modelo de educação “*gratuita, pública, obligatória y de alta calidad*”, mas era visto com desconfiança e acusado de pretender “*cubanizar*” a aprendizagem (RAMÍREZ, 2017). Em ambos os casos, grupos se organizaram contra mudanças no currículo escolar que consideravam prejudiciais à sociedade, seja por, segundo eles, impor o que denominam “ideologia de gênero”, seja por introduzirem “valores comunistas”.

Atualmente, esse movimento é difundido em vários países, tais como: Argentina, Uruguai, Paraguai, Equador, Chile, Bolívia, Costa Rica, Panamá, Nicarágua, Colômbia. Fora da América Latina, também há adeptos que utilizam a mesma designação na Espanha, na França, nos Estados Unidos, entre outros. Mesmo que geograficamente esparsos, a missão geral de todos eles é a mesma: reagir contra “ataques progressistas”, ou seja, qualquer novidade que possa trazer mudanças para a sociedade. Em nosso trabalho analisamos a versão argentina do movimento.

O tópico *Con Mis Hijos No Te Metas* que integra este capítulo foi organizado visando mostrar as particularidades do movimento ao se territorializar na Argentina, em especial seu combate ao *Programa de Educación Sexual Integral* (ESI), ativo desde 2006, e à *Marea Verde*, movimento a favor da aprovação do aborto legal, seguro e gratuito na Argentina.

A partir de agora dividiremos o capítulo em duas partes: na primeira comentaremos as Condições de Produção que propiciaram a emergência dos discursos do movimento argentino *Con Mis Hijos No Te Metas*, com atenção especial para o *Programa de Educación Sexual Integral*, que é trazido para o discurso como seu antagonista, e na segunda as Condições de

⁴ “Esta política generó la primera reacción de la sociedad civil que el gobierno de Chávez conoció. Bajo el lema “Con mis hijos no te metas”, las calles de Caracas fueron testigos de las protestas de padres y representantes”. (RAMÍREZ, 2017)

⁵Disponível em: <<http://www.latinamericanstudies.org/venezuela/decreto-1011.htm>>. Acesso em 14 jul. 2021.

Produção do movimento brasileiro *Escola Sem Partido*, de seu surgimento em 2004 ao seu “fracasso” em 2020.

2.1. A ARGENTINA DO “CON MIS HIJOS NO TE METAS”

A partir do trabalho de D. Menezes (2019), que estudou discurso e poder no grupo de Facebook do CMHNTM peruano e de Maranhão e Franco (2020), que também fazem uma análise comparativa entre ESP e CMHNTM, analisando gênero e religião, e das informações disponibilizados no site do movimento CMHNTM argentino, elaboramos agora o trajeto desse grupo.

Como dissemos anteriormente, ao contextualizar o movimento, em 2016 o CMHNTM começou a ser articulado no Peru, com vistas a combater o novo *Currículo Nacional de la Educación Básica*. Uma das mudanças sugeridas por esse currículo era a introdução do conceito “igualdade de gênero”, visto como fundamental para a redução das altas taxas de agressão a mulheres e homossexuais no país. O CMHNTM iniciou suas atividades organizado por pessoas contrárias ao acréscimo de qualquer menção à palavra “gênero” no currículo.

Una revisión de la versión del currículo que ellos critican permite ver que no hay ninguna mención ni alusión al intento de cambiar las sexualidades de los niños. Sí hay una sección sobre género: sobre igualdad de género. Esa sección establece, por ejemplo, que debe haber una “igual valoración de los diferentes comportamientos, aspiraciones y necesidades de mujeres y varones”, y que “si bien aquello que consideramos ‘femenino’ o ‘masculino’ se basa en una diferencia biológica-sexual, estas son nociones que vamos construyendo día a día, en nuestras interacciones” (Ministerio de Educación, 2016, p. 16). (Menezes, 2019)

Segundo descrição elaborada por membros do CMHNTM peruano, encontrada em sua página oficial no *Facebook*⁶, trata-se de um “*movimiento ciudadano que nace como reacción a la imposición de la Ideología de Género en nuestros hijos mediante el sector educativo*”. O movimento se apresenta como uma reação ao que chamam de “imposição da ideologia de gênero”. Pautas importantes, como a violência de gênero e LGBTQIA+fobia, são traduzidas, dentro do discurso do movimento, a partir dessa expressão.

Toda a identidade visual do movimento segue sendo a mesma desde seu início, cartazes de fundo metade azul e metade rosa, remetendo ao binarismo de gênero que o movimento defende como único modo possível de conceber esse conceito.

A conexão entre os CMHNTM dos diferentes países vai além do nome, observamos que seus discursos apresentam regularidades. Como vemos, por exemplo, nas convocatórias

⁶ Página oficial *Con Mis Hijos No Te Metas* Perú. Disponível em: <<https://www.facebook.com/pg/ConMisHijosNoTeMetasOficial/about/>>. Acesso em 13 jun. 2019.

paraguaia(SD CMHNTM 1) e peruana(SD CMHNTM 2) para a marcha continental do grupo, que ocorreu em 15 de novembro de 2018:

SD CMHNTM 1

*Porque no queremos que a nuestros hijos les adoctrinen con ideología de género en las escuelas y colegios. Porque no queremos que a nuestras hijas les digan que matar a un bebé no nacido está bien. Porque amamos a nuestros hijos, nuestros nietos y queremos que nuestra cultura y nuestras creencias sean respetadas.*⁷

A elaboração da convocatória paraguaia, que constrói a argumentação a partir de três orações subordinadas explicativas. O “porque” introduz duas negações e depois introduz o verbo “amamos”. As três explicativas não contam com a oração principal, que está implícita. Esse silêncio implica que a construção de sentidos precisa supor, minimamente, um verbo como oração principal ao qual os “porque(s)” se subordinam: “Existimos porque...”, “Nos organizamos porque...”. O sujeito que lê é quem tem que construir essa concatenação:

- ... *porque no queremos a nuestros hijos les adoctrinen con ideología de género en las escuelas y colegios;*
- ... *porque no queremos que a nuestras hijas les digan que matar a un bebé no nacido está bien;*
- ... *porque amamos a nuestros hijos, nuestros nietos y queremos que nuestra cultura y nuestras creencias sean respetadas.*

As duas primeiras justificativas tratam das práticas que os membros do movimento não querem que sejam ensinadas a seus filhos, a doutrinação com a “ideologia de gênero”, termo que engloba todos os possíveis debates sobre gênero, e a normalização do “assassinato de bebês que ainda não nasceram”, uma hipérbole para a interrupção voluntária da gravidez. A segunda justificativa está flexionada no feminino (*nuestras hijas*), por se referir a pauta dos direitos reprodutivos, no discurso do movimento argentino isso não acontece, nele as palavras estão sempre flexionadas no masculino genérico.

Por último, o amor pelos filhos e netos é o argumento utilizado, colocando o zelo com a família na lista de justificativas para a organização do grupo, complementando com a intenção de que a eles seja transmitida “*nuestra cultura*” e “*nuestras creencias*”, estabelecendo uma oposição entre o que é “nosso” e o que é do “outro.

⁷El movimiento *Con Mis Hijos No Te Metas* celebrará marchas en varios países hispanoamericanos y en Francia. Disponível em: < gloria.tv/article/aEaGE91QJfQJ1tLsjtNpjh8Sp>. Acesso em 20 abr. 2019.

SD CMHNTM 2

*Ante a los últimos atentados contra la familia y el clamor de los ciudadanos convocamos a una marcha en cada ciudad del Perú para demandar que el Presidente Martín Vizcarra restaure la ley del fortalecimiento de la familia así como exigimos al Congreso de la República a defender nuestros derechos y libertades ante la imposición de la ideología de género. #ConMisHijosNoTeMetas #15Nov #GéneroNuncaMás”.*⁸

A convocatória peruana fala em “atentados contra a família”, citando nominalmente o então presidente, chamando-o para a tarefa de legislar no sentido de “fortalecer a família”. Esse tipo de citação não aparece em nenhum momento do discurso do movimento argentino, há uma interpelação direta ao Estado mas sem citar nomes de políticos.

Também nessa SD se argumenta a partir da oposição “nós *versus* eles”, ao exigir que sejam defendidos “nuestros derechos y libertades ante la imposición de la ideología de género” contrapondo aí “nossos direitos e liberdades” com “a imposição da ideologia de gênero”, considerados como direitos dos “outros”.

A defesa à família, dos valores familiares, a preocupação com a "doutrinação" e a utilização da expressão “ideologia de gênero” são temas presentes nas duas sequências discursivas que separamos e também no discurso do movimento argentino, foco de nossa análise. Apesar das regularidades encontradas em seus discursos, o funcionamento do CMHNTM é diferente em cada país. Pois, mesmo o seu nome, a designação CMHNTM, significa diferente em cada lugar em que é territorializada, uma vez que evoca diferentes tramas de memórias. Falaremos mais sobre isso e desenvolveremos alguns pontos levantados por essa análise no *Capítulo 3: O discurso do movimento ‘Con Mis Hijos No Te Metas’*.

Uma constante entre eles é a escolha de líderes sempre previamente conhecidos pela atuação em movimentos conservadores como porta-vozes. No Chile, por exemplo, Ingrid Bohn atuava junto à *Confederación de Padres y Apoderados de Colegios Particulares Subvencionados* (Confepa) antes de assumir a função de porta-voz. Na Argentina, Nestor Mercado foi escolhido devido a sua formação cristã, como vemos por uma espécie de currículo apresentado ao final do texto “*Vocero*”:

SD CMHNTM 3

Estudio en el Seminario internacional teológico PALABRA DE VIDA. - Capellán. Obispo Bautista, 37 años en función pastoral - Conferencista

⁸ Canal Oficial do Con Mis Hijos No Te Metas Perú no YouTube. Disponível em: <[youtube.com/channel/UCy51V-kG5ASIAOdOrGCtLjw](https://www.youtube.com/channel/UCy51V-kG5ASIAOdOrGCtLjw)>. Acesso em 20 abr. 2019.

Internacional: Eclesiología (USA: Los Angeles, Filadelfia, Washington, Miami, Baltimore, Chicago, N. York, Pennsylvania, Rod Island) La Iglesia en Latinoamérica e Ideología de género: Revolución cultural, La Familia como fundamento de la construcción social. El Aborto y Narcotráfico (Perú, Brasil, Paraguay, Chile y Uruguay) Próximamente. Bolivia y México.

As realizações selecionadas para a construção de Mercado como objeto de discurso são sua formação na área de teologia, sua atuação como bispo da Igreja Batista e como palestrante de, entre outras coisas, temáticas relacionadas à família. Esse currículo, que finaliza o texto, reafirma a posição conservadora que garantiu a Mercado este posto.

Analisaremos agora outras duas sequências discursivas também selecionadas do texto *Vocero*⁹, que inicia categorizando Nestor Mercado como líder “pró vida e pró família”. Essa categorização nos leva a classificar o movimento como um movimento conservador, pois, ao iniciar a apresentação de seu porta voz, o responsável por sua comunicação, pessoa autorizada a dizer em nome de todo o movimento, categorizando-o como “pró vida”, se coloca em clara oposição ao movimento que demanda acesso à interrupção voluntária da gravidez, por eles considerado “contrário à vida”. Além disso, vem acompanhada da categorização pró-família, ou seja, a favor da configuração tradicional da família. O texto segue explicando que a militância do porta-voz começou junto à aprovação da ESI.

SD CMHNTM 4

NESTOR MERCADO: Referente Próvida y pro familia del movimiento en Argentina, Vocero de “ConMisHijosNoTeMetas” en Argentina, comenzó su militancia en el 2006 cuando se sanciona la ley de educación sexual integral Realizo la primera marcha contra la educación sexual integral y la perspectiva de género que se introducía cfon la materia E.S.I. desde 2006 comenzó su activismo en nombre de la causa realizando conferencia internacionales y capacitaciones sobre “deconstrucción cultural” en toda Latinoamérica.

Ainda na SD CMHNTM 4, é informado que a militância de Mercado começou motivada pela aprovação do *Programa de Educación Sexual Integral*. O primeiro protesto organizado por ele foi contra esse programa e, mais especificamente, contra a “perspectiva de gênero introduzida com a ESI”, o destaque dado para a questão de gênero, aponta para o incômodo dos elaboradores dos discursos do CMHNTM com a emergência desse outro discurso, que projeta uma reconfiguração dos papéis de gênero.

⁹ Disponível em: <<https://conmishijosnotemetas.com.ar/#!/-conmishijosnotemetas/?ancla=Vocero>>. Acesso em 20 set. 2021

A opção por um porta-voz com a trajetória de Nestor Mercado e sua construção como um objeto de discurso a partir de uma perspectiva conservadora realçam o direcionamento do movimento em oposição à ESI e sua aplicação, com especial atenção para as abordagens que o movimento propõe a respeito das questões de gênero. A aprovação da lei ESI, durante o governo de Néstor Kirchner, coloca o Estado como interlocutor do movimento CMHNTM, é a ele que a crítica está direcionada, ele quem é advertido por permitir que seja introduzida essa temática nas escolas, como vemos na sequência discursiva a seguir:

SD CMHNTM 5

Néstor Mercado, Como Vocero #ConMisHijosNoTeMetas en Argentina reclama al Estado que se mantenga al margen de la educación sexual de los menores de edad, y que se dedique exclusivamente a dictar las asignaturas regulares. (grifos nossos)

Destacamos aqui a reivindicação de Mercado de que “O Estado fique à margem da educação sexual dos menores de idade”, pois ela tenta afastar do Estado a autoridade que permite que ele viabilize a ESI reforçando o “*No Te Metas*” que designa o movimento, do qual falaremos na seção 3.2.2. *Estás Metiéndote Con Mis Hijos*, ao mesmo tempo que utiliza a expressão “menores de idade” para caracterizar os beneficiados por esse programa, provocando um possível efeito de sentido de imaturidade e, conseqüente, incapacidade para absorver os debates sobre essas temáticas. Há também nessa SD a demanda de que a escola seja um espaço que apenas ofereça disciplinas regulares, como se cada área do conhecimento devesse ser hermética a transversalidades.

2.1.1. Programa de Educación Sexual Integral (ESI)

Enquanto no Brasil, em 2011, houve o recuo dos trabalhos do programa “Escola Sem Homofobia” como veremos no tópico sobre o movimento ESP; e no Peru, em 2016, os protestos contra o novo currículo nacional obtiveram sucesso ao frear as mudanças propostas na época. Na Argentina, depois de grande debate sobre “o que e como ensinar” sexualidade nas escolas, foi sancionada, em outubro de 2006, a lei Nº 26.150 que estabeleceu o direito de crianças e adolescentes a receber *Educación Sexual Integral* e criou o *Programa Nacional de Educación Sexual Integral* para coordenar a implementação e o monitoramento dessa lei em todo o país, garantindo que todos tenham acesso ao programa. Falaremos agora a partir das informações fornecidas pelo governo argentino através de seu site oficial:

La educación sexual integral constituye un espacio sistemático de enseñanza y aprendizaje que comprende contenidos de distintas áreas curriculares, adecuados a las edades y etapas de desarrollo de las personas desde el Nivel Inicial hasta la Formación Docente.

La propuesta pedagógica de la ESI aborda los conceptos de manera transversal y en espacios específicos. Incluye el desarrollo de saberes y habilidades sobre los cinco ejes conceptuales en los que se trabaja: el cuidado del propio cuerpo; la valoración de las emociones y de los sentimientos en las relaciones interpersonales; el reconocimiento de la perspectiva de género; el respeto de la diversidad; y el ejercicio de los derechos concernientes a la sexualidad. Además, promueve el trabajo articulado con centros de salud, organizaciones sociales y familias.

Os objetivos desse programa são:

- *Incorporar la educación sexual integral dentro de las propuestas educativas orientadas a la formación armónica, equilibrada y permanente de las personas.*
- *Asegurar la transmisión de conocimientos pertinentes, precisos, confiables y actualizados sobre los distintos aspectos involucrados en la educación sexual integral.*
- *Promover actitudes responsables ante la sexualidad.*
- *Prevenir los problemas relacionados con la salud, en general, y la salud sexual y reproductiva, en particular.*
- *Procurar igualdad de trato y oportunidades para todas las identidades de género y orientaciones sexuales de las personas.*

E, com vistas ao seu cumprimento, foram elaboradas sete linhas de ação:

1. *Capacitación de forma presencial y virtual para equipos docentes, directivos y de supervisión que incorporan los cinco ejes conceptuales de la ESI.*
2. *Producción, impresión y distribución de materiales sobre ESI en soporte impreso, audiovisual y digital.*
3. *Acompañamiento del desarrollo de la Jornada Nacional “Educar en Igualdad: prevención y erradicación de la violencia de género” (Ley N° 27.234) en los establecimientos educativos.*
4. *Implementación del Plan ENIA, destinado a dar una respuesta integral e intersectorial al embarazo no intencional en la adolescencia, acorde a lo dictado por la Resolución del CFE 322/17.*
5. *Asistencia, acompañamiento y capacitación de equipos técnicos de ESI jurisdiccionales.*
6. *Acciones de seguimiento, evaluación e investigación sobre la implementación de la ESI en el país.*
7. *Fortalecimiento de la ESI en la comunidad educativa y estudiantil.*

Desde que a lei N° 26.150 foi sancionada, o Ministério da Educação da Argentina realiza ações para garantir o seu cumprimento. Entre elas, destaca-se a capacitação de docentes, equipes administrativas e de supervisão, presencialmente e virtualmente, com o propósito de acompanhar a implementação da ESI e fortalecer esse trabalho. Também são elaborados e distribuídos materiais educativos¹⁰ que contribuem com a melhora das condições

¹⁰ Os recursos para trabalhar a ESI na sala de aula, na gestão escolar e também com as famílias e com a comunidade podem ser todos acessados no endereço <<https://www.argentina.gob.ar/educacion/esi/recursos>>. Tais materiais foram elaborados, a partir de uma construção coletiva, em diferentes formatos: apostila, manual, cartaz, folheto, audiovisual e podcast.

de possibilidade de aplicação da ESI ao dar mais visibilidade à temática e instalá-la na sociedade.

Em 2021, quando a ESI completou quinze anos, o canal *Encuentro* produziu um especial chamado “*Educación Sexual Integral: Los derechos en la escuela*”, que reconstrói a história dessa política educativa. Segundo a descrição do documentário no *YouTube*¹¹:

La historia de una ley que asumió el desafío de construir un tema de enseñanza complejo, que moviliza cuestiones éticas, afectivas y políticas. La historia de una ley que propone el ejercicio de un derecho, que implicó que desde el Estado se asumiera que la sexualidad es una dimensión fundamental de la vida personal y social y que requiere un abordaje científico, amplio e integral.

Nesse documentário foram ouvidos alguns protagonistas da aprovação da ESI, como a ex-coordenadora do programa ESI, Mirta Maria, a ex-deputada Juliana Marino e o ex-ministro da educação Alberto Sileoni, além de professores, estudantes e famílias, que compartilharam suas vivências com o programa. Trouxemos para o nosso texto algumas reflexões que contribuiriam para nossas análises. Como a fala da ex-deputada Juliana Marino sobre a escolha por iniciar o ensino da ESI desde os anos iniciais de formação. Segundo ela, foi uma decisão importante porque “*allí se van formando los estereotipos, por eso planteamos el tema “género”, por eso planteamos “igualdad de oportunidades entre varones y mujeres*”. A ex-coordenadora do programa ESI, Mirta Maria, complementa o mesmo assunto:

Desconstrucción de los estereotipos de género, tiene un nombre complicado pero simplemente tiene que ver con poder pensar que niños y niñas pueden jugar a las mismas cosas, pueden desarrollar los mismos roles, para ir ya formando unas personas que no vivan en un mundo compartimentado, ‘esto para mujeres, esto para varones y totalmente dividido’. Otro contenido clásico del nivel [inicial] es “Los comportamientos de autoprotección”, el cuidado y el reconocimiento de sus partes íntimas, así es como se la llama con esa población tan pequeña, y que tiene que ver con que estas partes no deben ser ni tocadas por otras personas.

Mirta Maria acrescenta que uma das ideias trazidas pela ESI que foi considerada das mais polêmicas em sua recepção foi a de que a sexualidade é uma construção:

Varias ideas fuertes trae la ESI, una es de que la sexualidad es una construcción. Si es una construcción cae aquello de que es algo que viene con lo biológico, al nacer, y acá estoy pensando en la diversidad, la posibilidad de una orientación sexual distinta o de una identidad de género distinta.

A ex-coordenadora destacou a oposição que as pessoas contrárias ao movimento começaram a levantar entre família e Estado: “*Otra resistencia fuerte tenía que ver con ‘Esto es un tema de la familia, no es un tema del Estado’*”. E a ex-deputada Marino falou do medo despertado pelas temáticas ensinadas pela ESI: “*Es que hay una noción equivocada,*

¹¹ Disponível em: <<https://youtu.be/H7vF6SctjBE>>. Acesso em 15 de out. 2022.

engañososa y engañadora, y es que hablar de los temas contagia, hablar de los temas promueve". E o ex-ministro da educação, Alberto Sileoni, complementa essa fala:

Porque hay mucho miedo, aquel hashtag "Con Mis Hijos No Te Metas", como si la ley de Educación Sexual se metiera con la moral de tus hijos, con la orientación sexual de tus hijos y no fuera un derecho.

(...)

Lo que nosotros decíamos es que todos niños, niñas, muchachos, muchachas, de la Argentina deben saber un corpus de información. Después, sos musulmán, sos judíos, sos de una familia ultra católica y querés seguir ciertas tradiciones, el Estado no se mete en eso, el Estado debe garantizar que "a, b y c, los niños que estan en ese aula reciban todos la misma información", esa información no es una información discrecional, es una información científica, es una información que tiene validez internacional.

É interessante observar a mudança de mentalidade possibilitada pelo ensino de ESI citada pela ex-coordenadora do programa:

Una de las formas de empezar una actividad de capacitación es preguntarles qué palabras les vienen a la mente cuando escuchan la palabra "sexualidad". Durante los primeros años, esas palabras serán "violencia, tabú, embarazo". No es que esas palabras desaparecen, pero empiezan a aparecer otras palabras: "derecho, diversidad, género, placer".

Um dos professores que deu depoimento para a equipe do documentário, Alejandro Pompei, professor de literatura, fala de como hoje o feminismo é um motor da ESI *"Las chicas se han sentido muy identificadas, han salido del aula, han ido a las marchas y es, de alguna forma, el feminismo el motor de la ESI hoy, sin ninguna duda"*, mas, na verdade, segundo a ex-deputada Juliana Marino, essa foi uma lei que já nasceu inspirada por valores feministas: *"El tema de la Educación Sexual, lo mismo que el tema de la salud sexual, eran temas que nosotras recogimos de la agenda feminista, y académicas como Gloria Bonder y Graciela Morgade ya iban incorporando estos temas"*.

Marino diz que a partir da aprovação da ESI outras mudanças foram acontecendo no país: *"La ESI como marco y la política del Ministerio de Educación fueran abriendo la puerta para trabajar profundamente debates que encontraron después su causa en leyes muy importantes para la Argentina"*.

Destacamos algumas dessas leis que nos ajudam a pensar o contexto em que o programa CMHNTM é adaptado na Argentina:

- 2006: *Educación Sexual Integral, Ley N° 26.150*
- 2009: *Ley de protección integral a las mujeres, Ley N° 26.485*
- 2010: *Matrimonio igualitario, Ley N° 26.618*
- 2012: *Ley de identidad de género, Ley N° 26.743*

- 2015: *Educación en Igualdad: Prevención y Erradicación de la Violencia de Género*, Ley N° 27.234
- 2018: *Ley Micaela de capacitación obligatoria en género*, Ley N° 27.499
- 2020: *Acceso a la interrupción voluntaria del embarazo*, Ley N° 27.610
- 2020: *Ley de los 1000 días: Atención y Cuidado Integral de la Salud durante el Embarazo y la Primera Infancia*, Ley N° 27.611

O discurso do CMHNTM responde ao avanço proporcionado por essa série de políticas públicas. Além da Lei N° 26.150, destacamos também a Lei n° 27.610, aprovada em 2020, que deu acesso à interrupção voluntária da gravidez, segundo texto de seu quarto artigo:

Art. 4°- Interrupción voluntaria del embarazo. Las mujeres y personas con otras identidades de género con capacidad de gestar tienen derecho a decidir y acceder a la interrupción de su embarazo hasta la semana catorce (14), inclusive, del proceso gestacional.

Fuera del plazo dispuesto en el párrafo anterior, la persona gestante tiene derecho a decidir y acceder a la interrupción de su embarazo solo en las siguientes situaciones:
a) Si el embarazo fue resultado de una violación, con el requerimiento y la declaración jurada pertinente de la persona gestante, ante el personal de salud interviniente.

En los casos de niñas menores de trece (13) años de edad, la declaración jurada no será requerida;

b) Si estuviere en peligro la vida o la salud integral de la persona gestante.

A aprovação dessa lei foi um conquista que deve ser atribuída ao movimento feminista argentino.

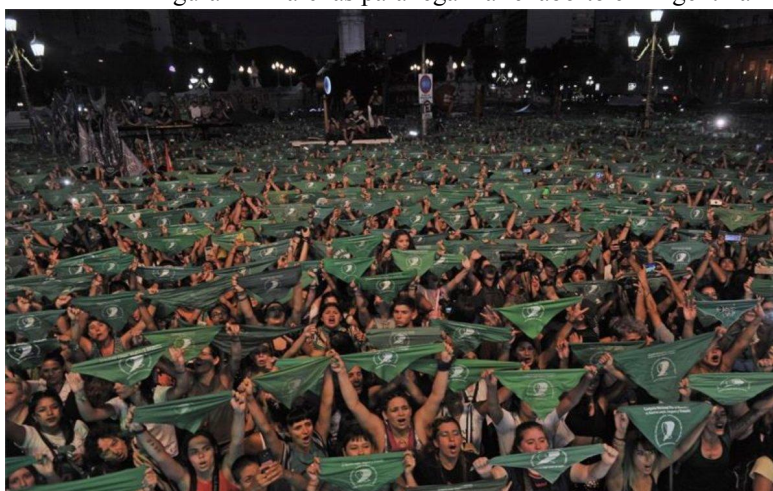
2.1.1.1. “La marea verde”

Entre os anos de 2018 e 2020 a sociedade Argentina estava fortemente mobilizada em torno de disputas acerca da descriminalização do aborto. Em 2018, o projeto de lei que propunha o acesso à interrupção voluntária da gravidez em todos os casos até a 14ª semana de gestação, e não apenas para os casos já legalizados (fruto de estupro ou que apresentavam risco de vida para a mulher ou pessoas com outras identidades de gênero com capacidade de gestar), foi aprovado pela Câmara dos Deputados, mas rejeitado pelo Senado. Após a derrota o grito “*Será ley*” foi fortalecido. Em 2020, o projeto voltou a ser votado, dessa vez aprovado também pelo Senado e a interrupção voluntária da gravidez deixou de ser considerada um crime.

Essa vitória foi resultado de anos de luta das mulheres e do movimento feminista argentino, que enfrentou a pressão contrária vinda de grupos religiosos conservadores que

protestavam para manter a criminalização. A cor celeste, predominante nas imagens que iremos analisar no próximo capítulo, remete não só à cor da bandeira nacional, mas também foi utilizada para identificar os grupos que se designam “pró-vida”, diferenciando-os do grupo identificado com a cor verde (Figura 1), característica da campanha nacional pelo aborto legal, seguro e gratuito que ficou conhecida como *Marea Verde*. A *Marea Verde* consistiu em uma série de atos com intensa participação feminina nas ruas, nos quais mulheres e meninas demandavam dos legisladores argentinos descriminalizar o aborto e garantir o acesso seguro a serviços médicos de interrupção da gravidez.

Figura 1 - Marchas para legalizar el aborto en Argentina



Fonte: EFE

Encerramos esse tópico com a imagem de uma das vigílias noturnas da “*Marea Verde*”, que retomaremos no tópico 3.1.3. “*La ola celeste*”, visando a comparação com as imagens que serão lá analisadas.

2.2. O BRASIL DO “ESCOLA SEM PARTIDO”

Em 2004, o advogado Miguel Nagib denunciou um professor de sua filha por ter feito uma analogia entre as trajetórias de Che Guevara e São Francisco de Assis, dizendo que ambos haviam despojado de suas vidas em nome de uma causa. Segundo Nagib, o professor teria tentado “fazer a cabeça dos alunos afirmando a santidade do guerrilheiro”¹². Incomodado, ele escreveu uma carta aberta ao professor que foi distribuída à comunidade escolar. Naquela ocasião, sua denúncia não obteve adesões. Segundo registro de Freitas (2016, p.104), o pai foi chamado pela direção da escola, que defendeu o trabalho do professor, nenhum outro responsável aderiu às suas reclamações, muitos alunos lhe enviaram

¹² “O professor da minha filha comparou Che Guevara a São Francisco de Assis”: Movimento Escola Sem Partido foi criado a partir da indignação de um pai com um professor. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2016/06/23/politica/1466654550_367696.html>. Acesso em 05 jun 2019.

mensagens de repúdio e houve até uma passeata em apoio ao professor denunciado. Ou seja, além da denúncia não ter repercutido positivamente, do ponto de vista de Nagib, ela ainda gerou uma comoção em prol da defesa do professor dentro da comunidade escolar. No entanto, esses acontecimentos foram o ponto de partida para o desenvolvimento do movimento ESP.

2.2.1. Movimento “Escola Sem Partido”

Em busca de outras pessoas que pensassem como ele, Miguel Nagib criou em 2004 o portal *online* do movimento, que passou por modificações mas funciona até hoje como um espaço de informação e direcionamento para pessoas interessadas em saber mais sobre o ESP. Por muito tempo, essa foi a única plataforma de atuação do movimento. Entretanto, alguns anos mais tarde, já contando com o apoio de alguns adeptos, uma associação foi criada no intuito de “ter uma entidade com a qual pudessem recorrer à justiça em casos que julgassem relevantes”. A primeira ação da associação foi “contra o INEP (Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), devido ao tema da redação do ENEM de 2015, que tratava da violência contra as mulheres, o qual julgaram doutrinador e partidário” (MANHAS, 2016, p. 20-21).

De 2004, ano do início das atividades do ESP, a 2015, ano da denúncia acima citada, a pauta do movimento que inicialmente focava o “combate à doutrinação” passou a abarcar também a disputa ao redor da definição dos papéis de gênero, como explica Luiz Filipe Miguel (2016, p.595-596) em artigo sobre o movimento:

O crescimento da importância do ESP no debate público ocorre quando seu projeto conflui para o de outra vertente da agenda conservadora: o combate à chamada “ideologia de gênero”. Antes, a ideia de uma “Escola Sem Partido” focava sobretudo no temor da “doutrinação marxista”, algo que estava presente desde o período da ditadura militar. O receio da discussão sobre os papéis de gênero cresceu com iniciativas para o combate à homofobia e ao sexismo nas escolas e foi encampado como bandeira prioritária pelos grupos religiosos conservadores. Ao fundi-lo à sua pauta original, o ESP transferiu a discussão para um terreno aparentemente “moral” (em contraposição a “político”) e passou a enquadrá-la nos termos de uma disputa entre escolarização e autoridade da família sobre as crianças.

Consideramos que não foi só a expansão de sua pauta que contribuiu para o crescimento do ESP. De 2004, ano de origem do movimento, a 2015, momento de sua primeira ação coletiva, várias mudanças aconteceram no Brasil e julgamos relevante expor algumas informações do período antes de progredirmos com a análise.

2.2.1.1. Os anos 2000 e 2010

O movimento ESP foi criado em 2004, no segundo ano do primeiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que também foi o segundo ano do Partido dos Trabalhadores (PT) no comando do governo do Brasil. Informação significativa, pois é no momento em que um partido vinculado a um imaginário de esquerda assume a Presidência da República que é despertada em setores conservadores a necessidade de ação.

Nesse mesmo ano, 2004, o governo federal lançou o *Brasil Sem Homofobia – Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra LGBT e Promoção da Cidadania Homossexual*. Esta iniciativa recomendava o “estímulo à produção de materiais educativos (filmes, vídeos e publicações) sobre orientação sexual e superação da homofobia; apoio à divulgação de materiais específicos para a formação de professores, divulgação de informações científicas sobre sexualidade humana” (BRASIL, 2014. p. 6). Foi no âmbito desse programa que mais tarde foi criado o programa *Escola Sem Homofobia*, dentro do qual foi elaborado um kit de ferramentas pedagógicas para que fosse distribuído por todo o país.

Em 2011, quando esse material começaria a ser impresso e distribuído pelas escolas brasileiras, foi iniciada uma campanha contra o projeto, baseada na afirmação de que ele estimularia “o homossexualismo e a promiscuidade”¹³. Ao contrário das reclamações solitárias de Nagib, em 2004, a campanha contra o *Escola Sem Homofobia* tomou grandes proporções e a pressão foi tão grande que levou o governo federal a suspendê-lo. Sete anos separam o ano de criação do ESP, momento em que discursos como os elaborados pelo movimento já circulavam, mas ainda não recebiam tanta adesão, e a forte campanha contra o kit *Escola Sem Homofobia* que levou à derrubada do programa.

O ano de 2011 também foi o primeiro do governo da presidenta Dilma Rousseff, nono ano do Partido dos Trabalhadores (PT) no Governo Federal.

A sequência de mandatos do PT frente ao governo federal contribuiu, entretanto, para impulsionar transformações importantes na configuração do campo político e intelectual nacional. A vinculação do partido a um imaginário de esquerda, em que pesem as muitas concessões realizadas a setores conservadores ao longo dos governos de Lula, deu novo vigor a atores que reivindicavam abertamente um lugar para a direita na esfera pública. Ainda que ancorado em um “reformismo fraco”, nos dizeres de André Singer, **o lulismo alterou determinados aspectos da sociedade brasileira, fazendo com que emergisse um discurso de reação, contraposto à esquerda, simbolizada pelo PT, sua ideologia e suas práticas políticas**. Em um cenário de adensamento do campo que se representava como direita, vozes outrora isoladas e pouco influentes ganharam força, velhos personagens assumiram renovada *persona* política e novos atores adentraram com estardalhaço no terreno. A direita, através desses intelectuais, passou a dizer o seu nome e a querer se

¹³Disponível em <https://novaescola.org.br/conteudo/84/conheca-o-kit-gay-vetado-pelo-governo-federal-em-2011>>. Acesso em 20 de jul. 2021.

posicionar com maior protagonismo na esfera pública. (CHALOUB, PERLATTO, 2015, p.8, grifos nossos)

Para auxiliar a compreensão desse momento propiciador de discursos como os do ESP, que passaram a ter força de circulação e ganharam repercussão no Brasil, traçamos uma pequena linha do tempo para organizar os acontecimentos que citamos até agora:

- 2003: início do primeiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT);
- 2004: lançamento do programa “Brasil Sem Homofobia”;
- 2004: denúncia sem repercussão de Miguel Nagib e criação do ESP;
- 2011: início do primeiro mandato da presidenta Dilma Rousseff (PT);
- 2011: recuo do programa “Escola Sem Homofobia”, que pertencia ao “Brasil Sem Homofobia”;
- 2013: início a uma série de manifestações populares que desestabilizaram o governo de Dilma Rousseff;
- 2014: reeleição de Dilma Rousseff e, após eleições fortemente polarizadas, a vitória da presidenta foi questionada por seu opositor Aécio Neves (PSDB);
- 2015: primeira ação da associação ESP contra o INEP.

Ao promover mudanças em certos aspectos da sociedade, os governos do Partido dos Trabalhadores provocaram a reação de setores conservadores que intensificaram sua atuação e operaram no sentido de valorizar discursos da chamada “direita”, que o colocaram como o grande responsável por todos os males da nação e geraram o “antipetismo”.

O apagamento de outros atores no cenário da complexa rede de instituições políticas brasileiras serve como meio de demonizar o Partido dos Trabalhadores, aproximando-o da zona perigosa do totalitarismo - ferramenta importante na agenda da direita, em contraponto aos regimes comunistas e revolucionários. Do outro lado desse binarismo, apresenta-se como campo das virtudes políticas o projeto ideológico conformado pela direita (CEPÊDA, 2018, p.70).

O projeto ideológico do qual fala Vera Cepêda une diferentes vertentes da direita brasileira, “a emergência dessa corrente permite, ademais, a aproximação entre certas vertentes liberais e conservadoras, levando a um campo comum tradições intelectuais que, muitas vezes, ocuparam trincheiras opostas” (CHALOUB, PERLATTO, 2015, p.7).

Para além dos fundamentos teóricos, a coesão nasce do inimigo comum, **detestado por suas ressalvas ante a visão capitalista do mundo, mas também, como já dito, por seu discurso de defesa das minorias. Os comunistas agora militam e governam ao lado de perigosos grupos - retratados por neologismos como ‘feminazis’, ‘gayzistas’, abortistas - que pretendem solapar as bases morais da ‘humanidade normal’.** [...] O PT, nesse discurso, não apenas retoma velhos vícios do passado, representante maior do comunismo em terras nacionais, como produz

graves problemas para o futuro, ao protagonizar os discursos de minorias que destroem os valores da sociedade brasileira. Não vige no Brasil uma democracia, mas uma ditadura que silencia as vozes da direita e ilegitimamente lega o poder à esquerda” (ibid., p.24-26, grifos nossos).

Acompanhando esse cenário, podemos entender como a trajetória do ESP partiu de um apelo aparentemente solitário, individual, a um movimento organizado, articulado na proposta de um projeto de lei que se espalhou por todo o país, ganhando apoiadores, em resposta aos pequenos avanços trazidos pelo PT.

2.2.2. Projeto de Lei “Escola Sem Partido”

O Projeto de Lei (PL) do movimento ESP foi escrito originalmente por Miguel Nagib e apresentado pela primeira vez pelo deputado estadual Flávio Bolsonaro (PSC¹⁴/RJ) na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, sob o número 2974/2014. Uma versão do PL escrito por Nagib aparece anexado na página do movimento, mas também existem outros PLs que guardam semelhanças com este, que propõem mais ou menos as mesmas ações e acabam todos recebendo essa mesma designação (Projeto de Lei *Escola Sem Partido*), como é o caso do PL 7180/2014, cujo conteúdo está disponível no site da Câmara Federal¹⁵ e transcrevemos agora:

PROJETO DE LEI Nº , DE 2014
(Do Sr. ERIVELTON SANTANA)

Altera o art. 3º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 3º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso XIII:

“Art. 3º.....

XIII – respeito às convicções do aluno, de seus pais ou responsáveis, tendo os valores de ordem familiar precedência sobre a educação escolar nos aspectos relacionados à educação moral, sexual e religiosa, vedada a transversalidade ou técnicas subliminares no ensino desses temas.” (AC)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

¹⁴ O Partido Social Cristão (PSC) é um partido político evangélico, fundado em 1985 e registrado em 1990.

¹⁵ Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/606722>>. Acesso em 10 dez. 2022.

JUSTIFICAÇÃO

Na Convenção Americana de Direitos Humanos, estabelecida por meio do Pacto de San José da Costa Rica, em 22 de novembro de 1969, os Estados Americanos reafirmam seu propósito de consolidar no continente, dentro do quadro das instituições democráticas, um regime de liberdade pessoal e de justiça social, fundado no respeito dos direitos humanos essenciais. A Convenção foi ratificada pelo governo brasileiro por meio do Decreto nº 678, de 6 de novembro de 1992.

O art. 12 da citada Convenção dispõe sobre a liberdade de consciência e religião. Esse direito implica a liberdade da pessoa de conservar sua religião ou suas crenças, ou de mudar de religião ou de crenças, bem como a liberdade de professar e divulgar sua religião ou suas crenças, individual ou coletivamente, tanto em público como em privado.

Para subsidiar a análise da presente proposta, interessamos particularmente o inciso IV do art. 12 em que se lê:

“Os pais e, quando for o caso, os tutores, têm direito a que seus filhos e pupilos recebam a educação religiosa e moral que esteja de acordo com suas próprias convicções.”

Os Estados membros estão obrigados a adotar medidas legais ou de outro caráter para que o exercício dos direitos e liberdades assegurados pelo Pacto de São José da Costa Rica venha a tornar-se efetivo.

É precisamente o que desejamos com a presente proposição. Somos da opinião de que a escola, o currículo escolar e o trabalho pedagógico realizado pelos professores em sala de aula não deve entrar no campo das convicções pessoais e valores familiares dos alunos da educação básica. Esses são temas para serem tratados na esfera privada, em que cada família cumpre o papel que a própria Constituição lhe outorga de participar na educação dos seus membros.

Assim sendo, convidamos os nobres pares a apoiar e aprovar o projeto de lei que ora trazemos a esta Câmara dos Deputados.

Sala das Sessões, em de de 2014.

Deputado ERIVELTON SANTANA

Em 2014, o deputado federal Erivelton Santana (PSC/BA) apresentou o PL que tramitou na Câmara dos Deputados brasileira por cinco anos, de 2014 a 2019, tendo sido arquivado em janeiro de 2019, desarquivado em fevereiro do mesmo ano, permanecendo inativo nos últimos três anos, apenas recebendo o apensamento¹⁶ de outros PLs propostos de 2019 a 2021.

Durante esses anos na Câmara Federal, foram apensados ao PL 7180/2014 um total de dezesseis projetos¹⁷: onze semelhantes a ele, ou seja, propostas que visam: a) vedar a

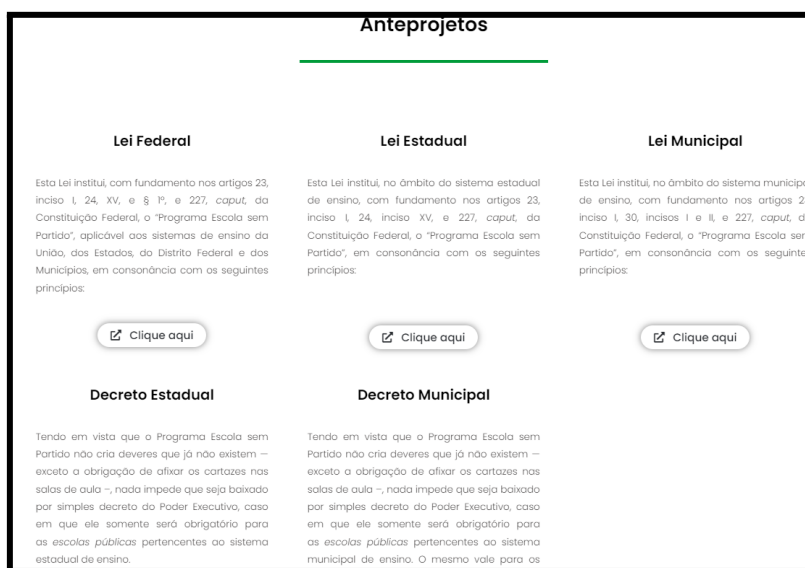
¹⁶ Apensar: o “apensamento” ocorre quando PLs de uma mesma temática são propostos e então são anexados ao primeiro PL apresentado para que tramitem conjuntamente.

¹⁷ As informações sobre a tramitação do projeto foram retiradas do portal da Câmara Federal Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=606722>> Acesso em 01 dez. 2019.

“doutrinação” (política, moral, religiosa) na escola; b) proibir a “disseminação da ideologia de gênero”; c) garantir o direito dos alunos de “aprender sem ideologia político-partidária”; d) cobrar respeito às convicções dos alunos, seus pais e responsáveis, exigindo prévia autorização para o ensino sobre educação sexual, e; e) velar sobre a conduta dos professores na transmissão dos conteúdos; e cinco projetos na contramão do proposto pelo ESP, que sugerem uma política nacional de liberdade para aprender e ensinar, e os programas “Escola Livre”, “Escola Sem Mordaza” e “Educação Democrática”.

No início do ano de 2019, com o Projeto de Lei 246/2019, proposto pela deputada Bia Kicis (PSL¹⁸/DF) junto a outros deputados do PSL (dos Estados de RJ, SP, SC, PR, MG, PB), DEM¹⁹ e NOVO²⁰, pela primeira vez foi levado à Câmara Federal o texto do ESP tal como elaborado por Miguel Nagib. Os Projetos de Lei elaborados por ele estão disponibilizados no site do movimento ESP²¹, adequados para serem apresentados na esfera municipal, estadual ou federal, como vemos na figura 2.

Figura 2 - Página de modelos de anteprojetos e decretos - ESP



Fonte: Elaborado pela autora (2022)

O PL 7180/2014 propõe alterar o Art. 3º da Lei nº 9.394/1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), sugerindo o acréscimo do inciso XIII:

Respeito às convicções do aluno, de seus pais ou responsáveis, tendo os valores de ordem familiar precedência sobre a educação escolar nos aspectos relacionados à

¹⁸ Partido Social Liberal (PSL) historicamente alinhado ao social-liberalismo, atualmente definido como liberal no âmbito econômico e conservador nos costumes, fundado em 1994 e registrado em 1998.

¹⁹ Democratas (DEM), partido político voltado para a defesa da democracia e do liberalismo conservador. Denominado assim desde 2007, o partido foi fundado em 1985 como Partido da Frente Liberal (PFL).

²⁰ Partido Novo (NOVO) rejeita rótulos políticos, defende a democracia e as liberdades individuais com incentivo ao empreendedorismo e à participação do cidadão na política, fundado em 2011 e registrado em 2015.

²¹ Disponível em: <<http://escolasempartido.org/anteprojeto/>> 02 jan 2023

educação moral, sexual e religiosa, vedada a transversalidade ou técnicas subliminares no ensino desses temas (PL 7180/2014, p.1). (grifos nossos)

Tal proposta foi apresentada sob a justificativa²² de que

A escola, o currículo escolar e o trabalho pedagógico realizado pelos professores em sala de aula não deve entrar no campo das convicções pessoais e valores familiares dos alunos da educação básica. Esses são temas para serem tratados na esfera privada, em que cada família cumpre o papel que a própria Constituição lhe outorga de participar na educação de seus membros (id., p.2).

Com vistas a introduzir algumas das construções utilizadas na elaboração do discurso do movimento, que serão retomadas no decorrer da análise das SDs selecionadas no portal ESP, faremos agora um pequeno comentário sobre esse trecho do PL.

O pedido de “respeito às convicções” do aluno e de sua família sugere que tais convicções estejam sendo desrespeitadas e esse pedido ter que ser feito através de um projeto de lei aponta para a necessidade de legislar sobre essa questão para que ela seja revertida, como se só uma intervenção externa e superior, da ordem do jurídico, pudesse resolvê-la. A “transversalidade dos temas” ensinados nas escolas é condenada, contrariando diretrizes educacionais que já estão em vigor, como, por exemplo, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) e as Orientações Curriculares do Ensino Médio (OCEM), e indicam a importância e necessidade dessa abordagem. A construção da enumeração “moral, sexual e religiosa” também auxilia na produção de sentidos ao hierarquizar essas três temáticas.

A partir do texto do PL, o movimento demanda que “os valores de ordem familiar [tenham] precedência sobre a educação escolar”. No decorrer do discurso do movimento são borradas as linhas entre a educação formal, que fica a cargo da escola; a educação não formal, que fica a cargo de outras instituições; e a educação informal, essa sim com grande predomínio da participação dos familiares. Essa indefinição quanto às atribuições da escola e da família causada pelo texto do PL e também de sua justificção, que diz que “cada família [deve cumprir] o papel que a própria Constituição lhe outorga de participar na educação de seus membros”, sugerindo o não cumprimento da Constituição e uma usurpação do direito das famílias, constroem o efeito de sentido de que a escola apodera-se do direito das famílias e/ou é um espaço que não dialoga com elas. Apesar do que o PL diz, a família não tem sua autoridade contestada pelas instituições escolares. Além da utilização da expressão “técnicas subliminares no ensino”, pensando que subliminar significa “o que está subentendido nas entrelinhas, o que não é percebido de forma consciente e influência em escolhas, atitudes e tomadas de decisão” que insere e normaliza a ideia de que existe algum tipo de conspiração

²²Os documentos que compõem um projeto de lei (PL) são: ementa, proposição da lei e justificção.

organizada para introduzir certos temas na escola de modo imperceptível. A mobilização desse léxico específico aponta para o fato de que essas “técnicas” definidas como “subliminares” são enganosas, e assim vai sendo construído certo tom acusatório voltado à atuação dos docentes.

2.2.2.1. O “fracasso” do movimento ESP

Miguel Nagib sempre exerceu várias funções dentro do movimento: foi o seu criador, o responsável pelo site do ESP e por suas redes sociais, o autor do texto do Projeto de Lei ESP e também o seu porta-voz. No final do ano de 2019, empolgado com o grande interesse em torno das pautas defendidas pelo movimento, reelaborou suas redes digitais. No entanto, desde agosto de 2020, decepcionado com o que considera falta de apoio, decidiu abandonar o movimento.

Além da mensagem de despedida no site principal, postada no dia 22 de agosto de 2020, sobre a qual falaremos no *Capítulo 4: O discurso do movimento ‘Escola Sem Partido’*, esse também foi o dia da postagem da “última” mensagem na conta do Twitter do movimento²³, que comentava uma notícia sobre o parecer do Superior Tribunal Federal contrário a uma lei estadual alagoana similar ao PL ESP, deixando transparecer a decepção do fundador do movimento com o presidente Jair Messias Bolsonaro: “Bolsonaro deve estar satisfeito. Afinal, esse tribunal espúrio, vergonha da nação, inimigo das famílias, acabou dando a ele a desculpa perfeita para abandonar de vez a promessa de combater a doutrinação e a ideologia de gênero nas escolas”.

Em abril de 2022, Nagib voltou a utilizar o Twitter e em novembro desse mesmo ano atualizou a descrição da conta com o seguinte texto: “Conta do extinto movimento ESP, administrada pelo advogado Miguel Nagib”. Em seu retorno à rede social, o advogado tem criticado setores da direita, lamentando o abandono do programa e alertado para a urgência de sua retomada. Não pretendemos analisar o conteúdo desse perfil do Twitter, mas apenas queremos mostrar que após a circulação ostensiva de discursos como os que pautam o ESP e sinalizações de apoio a ele durante o período eleitoral de 2018, o movimento não foi tomado como prioridade pelo governo eleito, por isso essa empolgação/decepção por parte de Nagib.

Essas novas informações adicionam outros dados à linha do tempo que vínhamos traçando:

²³ Disponível em: <<https://twitter.com/escolasempartid/status/1297198767020691456?s=20>>; Acesso em 01 jul. 2021.

- 2016: golpe que fez Michel Temer (MDB) substituir Dilma Rousseff na presidência da república;
- 2018: Vitória do candidato Jair Messias Bolsonaro, em campanha fortemente marcada pela retomada das polêmicas em torno do Kit “Escola Sem Homofobia”, agora rebatizado como “Kit Gay”²⁴;
- 2019: Primeiro ano do mandato do presidente Bolsonaro;
- 2020: “fim” das atividades do ESP.

Nagib, em postagem do dia 15/10/2022²⁵ traça o seguinte percurso:

2018: Pela primeira vez, direita pauta o debate sobre educação com o tema da doutrinação nas escolas e a bandeira do ESP;
 2019: Com a eleição de JB, direita joga o ESP na lata do lixo;
 2022: Esquerda volta a pautar o debate sobre educação, com a ladainha da falta de recursos.

²⁴ Em 2004, o governo federal lançou o *Brasil sem Homofobia* - Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra LGBT e Promoção da Cidadania Homossexual, que recomendava em seu componente V “Direito à Educação: promovendo valores de respeito à paz e à não discriminação por orientação sexual” – o fomento e apoio a cursos de formação inicial e continuada de professoras/es na área da sexualidade; formação de equipes multidisciplinares para avaliar os livros didáticos, de modo a eliminar aspectos discriminatórios por orientação sexual e a superação da homofobia; estímulo à produção de materiais educativos (filmes, vídeos e publicações) sobre orientação sexual e superação da homofobia; apoio e divulgação da produção de materiais específicos para a formação de professores; divulgação de informações científicas sobre sexualidade humana” (p. 6). A partir daí nasceu o projeto *Escola Sem Homofobia*.

Um kit de ferramentas pedagógicas - composto pelo caderno Escola Sem Homofobia, formativo, voltado aos profissionais da educação, uma série de seis boletins (Boleshs), três audiovisuais com seus respectivos guias, um cartaz e uma carta de apresentação - foi elaborada para que fosse distribuída por todo o Brasil. Em 2011, quando o material começaria a ser impresso, foi iniciada uma campanha contra o projeto, baseada na afirmação de que ele estimularia “o homossexualismo a promiscuidade”. (<https://novaescola.org.br/conteudo/84/conheca-o-kit-gay-vetado-pelo-governo-federal-em-2011>) A pressão foi tão grande que levou o governo federal a suspender o projeto. O caderno ainda pode ser encontrado online (<https://nova-escola-producao.s3.amazonaws.com/bGjtqbyAxV88KSj5FGEExAhHNjzPvYs2V8ZuOd3TMGj2hHeySJ6cuAr5ggvfw/escola-sem-homofobia-mec.pdf>), em suas *considerações finais* (p. 98), lê-se: “é fundamental que a formação de educadores/as, gestores/as e demais profissionais da educação, em temas como sexualidade, afetividade e relações de gênero, inclua necessariamente conteúdos e metodologias sobre como formar para uma cultura da diversidade que supere a tolerância formal.”

No ano de 2018, em meio a campanha presidencial, o “*Kit Gay*” foi um grande impulsionador da campanha do candidato Jair Messias Bolsonaro (PSL), que se referia ao candidato da oposição, Fernando Haddad (PT), como o pai do “*Kit Gay*”. Haddad havia sido Ministro da Educação entre os anos 2005 e 2012, época da elaboração do material e da polêmica em torno dele. Buscas pelo termo foram maiores no ano de 2018 do que tinham sido em 2011, mesmo com o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) tendo pedido a retirada do material de campanha que continha informações sobre ele, por serem mentirosas (<https://congressoemfoco.uol.com.br/eleicoes/tse-diz-que-kit-gay-nao-existiu-e-proibe-bolsonaro-de-disseminar-noticia-falsa/>). Segundo Pesquisa IDEIA Big Data/Avaaz, 83,7% do eleitorado do candidato do PSL acreditavam na existência do “*Kit Gay*” (<https://congressoemfoco.uol.com.br/eleicoes/pesquisa-mostra-que-84-dos-eleitores-de-bolsonaro-acreditam-no-kit-gay/>).

²⁵ Disponível em:

<<https://twitter.com/escolasempartid/status/1581337881410347008?s=20&t=T1UpEkC7jFYt1i3Y8AUtLw>>.

Acesso em: 10 dez. 2022.

As aspas na palavra fracasso do subtítulo representam uma relativização que fazemos ao considerar o aumento dos discursos conservadores e reacionários durante os últimos anos, principalmente ao longo do governo Bolsonaro, tanto na impressão que temos como professores, nas salas de aula, quanto pelas campanhas eleitorais dos anos 2020 e 2022 vemos que a pauta defendida pelo ESP segue em alta.

No tópico 2.2. *O Brasil do 'Escola Sem Partido'*, ao mostrar a denúncia que motivou o início do movimento, afirmamos que Nagib não obteve apoio da comunidade escolar. E no tópico 2.2.1. *Movimento 'Escola Sem Partido'* afirmamos que a trajetória do ESP partiu de um apelo solitário, individual. No entanto, a AD concebe que todo discurso está sempre relacionado a outros no fio do interdiscurso. A partir dessa visão, nunca poderíamos conceber um sujeito como a origem do seu dizer, pois todo dizer está inserido em uma cadeia maior. Miguel Nagib não era o único a dizer essas coisas em 2004, esses dizeres já estavam circulando, mesmo que em uma proporção menor. E esses dizeres não começaram a existir durante os governos do PT, mas são anteriores a eles.

O ESP não foi o primeiro a chamar um professor de doutrinador. Esse, inclusive, foi um discurso frequente nos anos de ditadura militar no Brasil (1964-1985), para citar um exemplo, o teórico Paulo Freire (1921-1997), autor da “Pedagogia do Oprimido” (1968), foi preso (por um período de 70 dias no ano de 1964) e posteriormente ficou exilado (por 15 anos, de 1964 a 1979) após ter sido acusado de subversão devido ao seu trabalho, especialmente seu método de alfabetização de adultos, que considerava a voz de seus alunos e incentivava a postura crítica deles.

Então, o dizer “solitário” de Nagib revela a emergência de um traço ideológico, que circulava socialmente mas estava de certa forma silenciado no momento em que ele fez a primeira denúncia. A Constituição de 1988 silenciou essa matriz discursiva que voltou a emergir no momento em que um governo considerado “de esquerda” passou a governar o país (no início dos anos 2000) e tomou força a partir dos protestos de 2013 e da onda antipetista que eles ajudaram a consolidar, ou seja, esses dizeres são retomados no momento em que as *Condições de Produção* possibilitam tal retomada.

Se em 2004 começava uma tímida retomada dessas discursividades, que podiam até passar a impressão de individualidade, após outros dizeres como esses terem pululado, até que um novo silenciamento seja instaurado e esse imaginário deixe de circular tão ampla e abertamente na sociedade, eles seguirão fervilhando. É importante salientar que, enquanto o país esteve sob um governo que defendia as posições do movimento ESP a difusão desse

discurso foi viabilizada. Não é a existência ou a extinção do ESP que movimenta tais discursos, existem *Condições de Produção* que possibilitam lugares de ancoragem para eles.

Ainda que os PL ESP municipais e estaduais sejam inconstitucionais, eles foram propostos e colocaram os professores em estado de vigília, ou seja, a proposta do movimento, de cercear a atuação dos professores, está em funcionamento. Essas leis não foram propostas para serem necessariamente aprovadas, devido a sua conhecida inconstitucionalidade, mas porque dão visibilidade para esse discurso e para os parlamentares que as propõem. Então, apenas a sua proposição já atinge o objetivo de fazer circular tais discursos conservadores. Tanto no debate político eleitoral quanto em salas de aula por todo o país, esse discurso segue sendo reiterado regularmente.

Desde 2014 “começaram a circular notícias de docentes sendo intimidados por notificações extrajudiciais, cujo modelo é fornecido no site do movimento” (RIBEIRO, 2016, p. 5), como foi o caso da professora de inglês Virgínia Ferreira²⁶, da cidade de Vinhedo, no interior do estado de São Paulo, denunciada no ano de 2019, por falar, durante as preparações para a celebração do *Dia Internacional da Mulher*, sobre a condição das mulheres na sociedade e a necessidade do combate à violência contra elas.

A pesquisa *A liberdade acadêmica está em risco no Brasil?*, realizada pelo *Observatório do Conhecimento*, a *Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência* (SBPC), por meio do *Observatório Pesquisa, Ciência e Liberdade* e o *Centro de Análise da Liberdade e do Autoritarismo* (LAUT) convidou docentes e/ou pesquisadores das instituições de ensino superior do país a participarem voluntariamente e reuniu dados sobre censura e autocensura nas universidades públicas e institutos de pesquisas. Seus resultados afirmam o que estamos dizendo: 58% dos entrevistados afirmaram ter conhecimento de experiências de pessoas que já sofreram limitações ou interferências indevidas em suas pesquisas ou aulas;

²⁶ A professora passou por um processo disciplinar na secretaria de educação de sua cidade, após um pai ter se queixado por ela usar a aula para, em suas palavras, “ensinar sobre feminismo e ideologia de gênero”. Além disso, a gravação da aula da professora foi divulgada no Facebook e compartilhada por políticos da região, como o vereador Rubens Nunes (MDB), presidente da comissão de educação da Câmara dos Vereadores que declarou: “a professora foi contratada especificamente para ministrar aulas de inglês, ou seja, ela recebe dinheiro do pagador de impostos para ensinar Inglês, não a matéria que ela bem entender (...) na oportunidade, ao invés de ministrar aulas de acordo com o conteúdo programático determinado, ela inseriu tema de acordo com suas convicções pessoais, esquivando-se de sua obrigação, lesando assim um princípio básico da administração pública, o da legalidade (...) é o mesmo que a Prefeitura contratar uma empresa para asfaltar uma rua e a empresa começar a roçar grama”.

Informações retiradas da matéria “Professora de inglês sofre processo disciplinar por falar sobre feminismo em cidade berço do MBL”, publicada em fevereiro de 2020, no portal “El País”. Disponível em <<https://brasil.elpais.com/brasil/2020-02-17/professora-de-ingles-sofre-processo-disciplinar-por-falar-sobre-feminismo-em-cidade-berco-do-mbl.html>>.

35% disseram que já limitaram aspectos das próprias pesquisas; 42% já limitaram o conteúdo das próprias aulas por receio de retaliações ou alguma consequência negativa.

Além da preocupação com as denúncias e suas repercussões que acompanha a atividade docente. No campo político partidário, especialmente no momento de apresentação de propostas durante as disputas eleitorais, discursos similares aos do ESP tem espaço significativo. Na época do levantamento prévio de nosso corpus de pesquisa, em 2018, ano de eleições, o site da associação convidava os eleitores a escolherem candidatos que tinham se comprometido com a pauta do movimento. Os cidadãos eram convidados a procurar vereadores e deputados estaduais comprometidos com causas ligadas à educação e à família para lhes apresentar o projeto.

Mais recentemente, durante a campanha do segundo turno das eleições municipais do ano de 2020, em algumas capitais estaduais, como as cidades Rio de Janeiro, Recife, Fortaleza e Porto Alegre, a campanha foi marcada pela guerra “anti-gênero” e “anticomunismo”. Segundo reportagem da revista Piauí²⁷, os candidatos Eduardo Paes (DEM) e Marília Arraes (PT) foram expostos como candidatos “a favor do aborto, da legalização das drogas, da ‘ideologia de gênero’ e da pedofilia, classificados como ‘esquerdistas’”; José Sarto (PDT) acusado de querer implantar a “‘ideologia de gênero’, que visa erotizar as crianças”; e Manuela D’Avila (PCdoB) de “querer transformar sua cidade em uma Venezuela”. E o então presidente Jair Bolsonaro “pediu que seus seguidores não votassem em partidos que defendem ‘ideologia de gênero’ ou o ‘desgaste de valores familiares’”, citando nominalmente os partidos PT, PSOL, PCdoB, PDT.

No ano de 2022, durante campanha pelas eleições presidenciais, Bolsonaro, na tentativa de sua reeleição, falava sobre o empreendimento da esquerda de implementar banheiros unissex para “incutir nos alunos ‘a tal da ideologia de gênero’”. Também segundo reportagem da Revista Piauí²⁸, apesar da pauta ter sido colocada de maneira sensacionalista na campanha, “diferentemente das *fake news* sobre banheiro unissex, instrumentalizadas pela extrema direita para criar um clima de pânico moral”, os banheiro unissex são realidade em várias escolas brasileiras, por falta de infraestrutura adequada, eles são um problema concreto no país por motivos totalmente diferentes do que os expostos pelo candidato. Na reportagem citada há o exemplo de duas escolas com apenas um banheiro em funcionamento para atender

²⁷ “Mamadeira de Piroca” versão 2020, escrita pelos jornalistas Livia Reis, Magali Cunha e Gabrielle Abreu, da Revista Piauí. Disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/mamadeira-de-piroca-versao-2020/>>. Acesso em 17 jul. 2021.

²⁸ Disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/nem-banheiro-unissex-nem-banheiro-algum/>>. Acesso em 10 dez. 2022.

a todo o corpo escolar, além de dados que apontam a enorme quantidade de escolas sem nenhum banheiro ou com gradações desse problema.

Os repórteres Luigi Mazza e Vitória Pila concluem a reportagem dizendo que

A infraestrutura precária das escolas parece, até aqui, pouco importar na eleição. No debate realizado no domingo pela TV Cultura em parceria com Band, UOL e *Folha de S.Paulo*, Bolsonaro deixou claro qual é sua prioridade no debate sobre educação: “Não queremos que os nossos filhos, ao irem pra escola, frequentem o mesmo banheiro [*que o sexo oposto*]! Essa é a política do lado de lá.” Desde o primeiro turno, dispararam as buscas por “banheiro unissex” no Google, de acordo com os dados do Google Trends. Diante disso, o site oficial da campanha do ex-presidente Lula achou importante fazer uma postagem exclamando: “Banheiro unissex é *fake news*! Lula é a favor de banheiros separados.”

Esse é um exemplo de como discursos como os do ESP funcionam pautando temáticas superficialmente, apenas para despertar o medo e a preocupação da população, sem no entanto pensar e oferecer qualquer tipo de solução para os reais problemas que as escolas e a educação brasileira enfrentam.

Por isso compreendemos que, apesar de Miguel Nagib alegar falta de apoio e da própria inconstitucionalidade dos PLs barrarem a aprovação massiva deles, não permitindo o triunfo que o fundador do ESP havia previsto para sua proposta, a marca deixada pelo discurso do movimento, durante esse período em que ele e outros semelhantes a ele ganharam força de circulação e repetição, vem consolidando uma forte memória discursiva que não irá embora junto com o fim do mandato do presidente não reeleito Jair Bolsonaro.

A partir de agora os dois movimentos serão analisados separadamente. Começaremos analisando o movimento CMHNTM, a porta de entrada da análise será pela organização do portal online do movimento: sua identidade visual, as imagens que estão em destaque, seu logotipo, passando pela maneira como os símbolos nacionais argentinos são mobilizados dentro do discurso do movimento e como as textualidades verbais foram ali organizadas. Na sequência, analisaremos a designação *Con Mis Hijos No Te Metas*, mostrando como esse movimento atua na defesa do modelo tradicional de família.

E depois analisamos o movimento ESP, mostrando como ele se organiza a partir de um discurso de apartidarismo e antipetismo, seguindo o mesmo percurso que fizemos com o CMHNTM, começaremos analisando a organização de seu portal online: a indexação dos conteúdos, as imagens em destaque, a insistência em tentar delimitar sentidos para o nome do movimento de forma categórica e a questão do incentivo às denúncias anônimas. Em seguida, analisaremos a designação ESP a partir de paráfrases desse nome e da formulação de outras alternativas possíveis.

CAPÍTULO 3: O DISCURSO DO MOVIMENTO “CON MIS HIJOS NO TE METAS”

Nossa análise sobre o movimento CMHNTM parte da observação da construção de seu site oficial, acessado no endereço conmishijosnotemetas.com.ar, a partir do qual visamos mostrar o contexto em que estão postadas as textualidades das quais retiramos as sequências discursivas que analisamos. Em seguida, passaremos à análise da designação *Con Mis Hijos No Te Metas*.

3.1. O PORTAL CONMISHIJOSNOTEMETAS.COM.AR

Dividimos o tópico de análise do site do movimento CMHNTM em quatro partes. Começamos pela indexação, mostrando as seções que organizam o site e as páginas para as quais ele direciona os leitores, que apontam algumas das conexões que o movimento promove. Depois passamos para a observação das cores, da identidade visual e das imagens que ocupam a parte principal dele. Ao final, listamos os símbolos argentinos que foram apropriados e estão ressignificados dentro do discurso do movimento.

3.1.1. Indexação e redirecionamentos

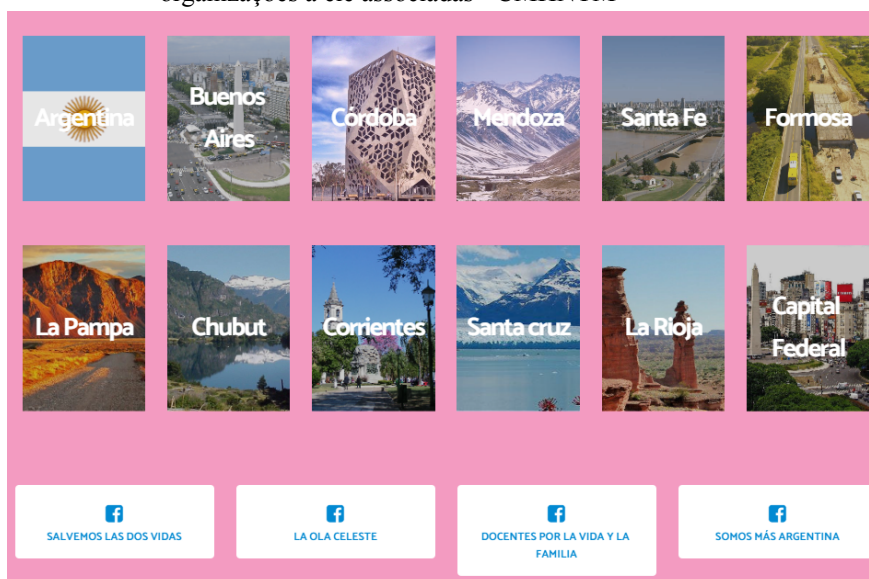
Na parte superior do site estão catalogadas as seguintes seções: *Início*, *#ConMisHijosNoTeMetas* (*nosotros, vosotros, páginas oficiales, organizaciones asociadas*), *áreas, talleres, noticias, galeria, como colaborar e contacto*.

Em destaque, na página de rosto, catalogada como “*Início*”, alteram-se cinco imagens, analisadas no tópico 3.1.4. “*La ola celeste*”. Ao descer o cursor nessa primeira página, passamos por várias imagens de capa de vídeos do YouTube, essa é a primeira utilização de hiperlinks que direcionam para outras páginas. Na parte inferior dessa mesma página isso se repete com hiperlinks para o e-mail e para as páginas das redes sociais (*Facebook* e *Instagram*) do movimento. Na seção “*Noticias*” também há um redirecionamento para as páginas das redes *Facebook* e *Youtube* do movimento.

Esses redirecionamentos são fundamentais para atualizar quem chega até o portal CMHNTM, pois ele se manteve o mesmo nos últimos quatro anos e é através dessas outras páginas que as pessoas que se interessam por informações atualizadas sobre o tema podem se orientar. O portal traz poucas informações, é introdutório, faz um chamado à participação popular e após esse primeiro contato as pessoas são convidadas a buscar os fóruns de discussões regionais para a partir deles eles informarem-se e articularem suas ações.

As “*páginas oficiales*” indicadas pelo site são as páginas do *Facebook* de grupos das províncias (Figura 3) e de outros grupos conservadores, categorizados como “organizações associadas”, estes, sim, canais atualizados constantemente até a data de fechamento do texto. Por essas páginas os interessados no movimento recebem as informações sobre os atos que estão acontecendo perto delas.

Figura 3: Print dos links para algumas páginas regionais do movimento CMHNTM e para as páginas das organizações a ele associadas - CMHNTM



Fonte: Elaborado pela autora (2022)

Além de hiperlinks de redirecionamentos para as páginas oficiais do movimento em Buenos Aires, Córdoba, Mendoza, Santa Fe, Formosa, La Pampa, Chubut, Corrientes, Santa Cruz, La Rioja, Capital Federal, há também links para as páginas de San Juan, Salta, Tierra del Fuego, Catamarca, Chaco, Santiago del Estero, Entre Ríos, Jujuy, Rio Negro, San Luis, Misiones, Neuquén. As páginas das organizações associadas são: “*Salvemos a las dos vidas*”, “*La ola celeste*”, “*Docentes por la vida y la familia*” e “*Somos más Argentina*”.

E, por último, ainda na página inicial, estão as listas de demandas do CMHNTM “No queremos x Sí queremos”, organizada em dois blocos como se fossem as *Tábuas da Lei* do movimento (Figura 4), trazendo uma série de prescrições que analisaremos no tópico 3.2.1.2. *As demandas do movimento*.

Figura 4 - Print das listas “No Queremos” e “Sí Queremos” da home - CMHNTM



Fonte: Elaborado pela autora (2022)

A seção #ConMisHijosNoTeMetas reúne os textos introdutórios “Sobre el movimiento” e “Vocero”, que apresentam o movimento e seu porta-voz e serão retomados no decorrer de nossa análise.

A seção “Áreas” tem o subtítulo “Bienestar general” e subdivide-se em propostas de “Educación sexual para nuestros hijos”: *educación, cultura, salud e bienestar general*, que transcrevemos agora:

Educación sexual para nuestros hijos

EDUCACIÓN

En el área de la educación sexual, buscamos que el Estado sea agente preventor y no promotor del desarrollo temprano de la sexualidad. Con medidas de educación sexual, nos proponemos a luchar por la prevención del abuso sexual infantil, los embarazos no deseados, la transmisión de enfermedades venéreas, la violencia, etc. Nosotros creemos que la familia tiene un rol fundamental en la educación sexual de nuestros hijos, por lo que exigimos poder ejercer la responsabilidad parental al encauzar a nuestros hijos de acuerdo a nuestra visión social de la sexualidad. Buscamos además que se respeten las instituciones educativas que poseen una visión social expresada en sus idearios institucionales, con el fin de no violentar la inocencia de los niños.

CULTURA

Consideramos a la cultura como una herramienta fundamental para el desarrollo de las sociedades, por lo que no podemos permitirnos que se les inculquen a nuestros hijos una cultura ilusoria y falaz que va en contra de la constitución tradicional de la familia.

SALUD

En cuanto a la salud, tanto física como psicológica, tenemos por objetivo proteger a nuestros niños de ideas y mandatos provenientes de una minoría que busca violentar su inocencia mediante clases no consensuadas de educación sexual. Estamos en contra del aborto, y a favor de la vida. Esto implica un desarrollo sano desde temprana edad para todos los chicos, y nos esforzamos para que esto se cumpla.

BIENESTAR GENERAL

El cuidado de la vida se encuentra presente en nuestra biología. Estar a favor de la vida significa estimular el cuidado de la salud y el bienestar en todas sus formas. El valor de la vida humana debe cuidarse y respetarse, atendiendo a las necesidades de los más pequeños para que puedan desarrollarse como personas sanas y completas.

Essas são as propostas do movimento “para seus filhos”, ou seja, uma proposta diferente do que a ESI propõe, que serviria, de acordo com nossa leitura, apenas “para os filhos dos outros”. A proposta do CMHNTM focam apenas na “prevenção de abuso sexual, gravidez não desejada, transmissão de doenças venéreas, violência (assim, generalizada, sem uma determinação de que tipo de violência está em pauta)” e no cuidado com “saúde e bem estar”, além de se colocarem “contra o aborto” e a favor da “constituição tradicional da família”. E o mais importante, colocam a família como única responsável por esse tipo de educação, tirando a participação do espaço escolar dessa formação. Além de não considerarem a educação sexual de maneira integral ao não incluírem, por exemplo, questões de respeito à diversidade, ou a igualdade para todas as identidades de gênero e orientações sexuais, ou ainda por não tomarem a sexualidade como uma dimensão fundamental da vida tanto individual quanto social, como faz a ESI.

A seção “*Talleres*” está praticamente vazia, contando apenas com alguns títulos de oficinas que o movimento um dia planejou estruturar mas não chegou a organizar nesse espaço. Na seção “*Galeria*” estão as mesmas fotos da folha de rosto mostradas em diferentes ângulos. É como se esse fosse um espaço que ficou pela metade, talvez tenham pretendido organizar melhor o site e então isso deixou de ser uma prioridade.

A seção “*Como colaborar*” está dividida em “*Áreas de acción*” e “*Tipos de donaciones*”, listando as tarefas que as pessoas interessadas em participar das ações do movimento podem exercer. Entre as quais destacamos a ação “quiero marchar”, já que a participação popular nas ruas aparece em destaque no portal:

AREAS DE ACCIÓN

• PROMOTORAS • REDES SOCIALES • REPRESENTANTES DISTRITALES. • QUIERO MARCHAR!!!... SI AHORA PODES SER PARTE!!! • SI QUERÉS SER PARTE DE LOS QUE SALIMOS A MARCHAR TE AVISAREMOS PERSONALMENTE LOS DÍAS DE SALIDA. DEJA TU NUMERO, DATOS PERSONALES Y NOS COMUNICAMOS CON VOS!!! MARCHAR ES UNA FORMA DE COLABORAR CON LA CAUSA.

TIPOS DE DONACIONES

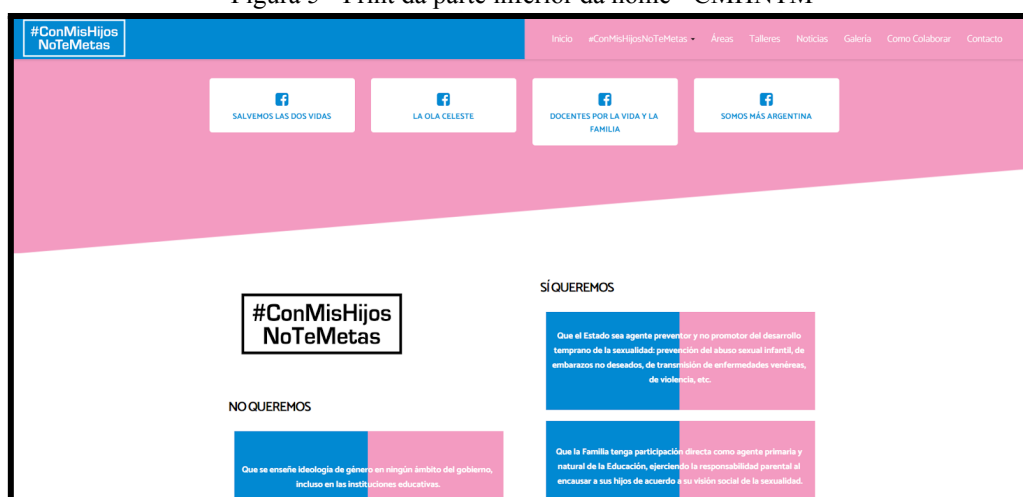
• PERSONALES Y EMPRESAS • FOTOCOPIAS • IMPRESIONES A COLOR DE FOLLETERÍA • REMERAS BLANCAS ESTAMPADAS CON EL LOGO • LLAVEROS • ESTAMPADO • GORRAS

A última aba do menu é a “Contacto”, que tem um formulário para preencher e enviar mensagens e um texto de introdução.

3.1.2. Masculino ou feminino

A disposição das imagens e cores no site CMHNTM talvez sejam os elementos mais chamativos desse espaço (figura 5). A identidade visual do movimento segue sendo a mesma que a dos cartazes das primeiras manifestações do grupo peruano, predominantemente composta pelas cores azul e rosa.

Figura 5 - Print da parte inferior da home - CMHNTM



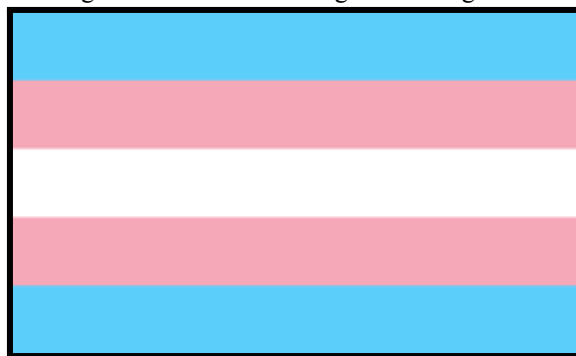
Fonte: Elaborado pela autora (2022)

Essas duas cores remetem ao imaginário que identifica o azul como a cor que tradicionalmente representa as “coisas de menino” e o rosa como a cor que tradicionalmente

representa as “coisas de menina”. A cor azul de um lado e a rosa de outro, cada uma ocupando espaços muito bem delimitados, uma separada da outra, sem a menor possibilidade de mesclas entre elas, remetem a uma noção binária de compreensão do mundo, na qual homens e mulheres correspondem aos respectivos estereótipos atribuídos a seus gêneros passando a ideia de um mundo compartimentado, tal qual o que falava a ex-coordenadora do programa ESI nas falas do documentário que transcrevemos no capítulo de *Condições de Produção* dos movimentos. Dessa forma, a configuração visual do site complementa o que está contido nos textos verbais dele.

Além do azul e do rosa, outra cor que predomina nesse design é o branco. Essas três cores em evidência remetem à bandeira do orgulho trans (Figura 6), que une as cores tradicionalmente ligadas aos gêneros feminino e masculino ao branco, para representar os que não se identificam com nenhum desses dois gêneros, as pessoas não binárias.

Figura 6 - Bandeira do Orgulho Transgênero



Fonte: Helms (1999)

Essa possibilidade de identificação não binário, de gênero neutro, não é nem sequer cogitada dentro do discurso do movimento CMHNTM. E muito menos a questão da transgeneridade. Interessante como essa conexão que podemos fazer a partir das cores mostra como um discurso também pode convocar sentidos que não necessariamente seriam cogitados pelos sujeitos que o utilizam.

3.1.3. “La ola celeste”

Na parte principal do site, a folha de rosto, logo abaixo do menu com os nomes das seções que organizam a divisão do site, alternam-se cinco imagens. Todas são de passeatas denominadas “pró-vida” que, como comentamos anteriormente, em um contexto conservador, faz oposição às demandas de legalização da interrupção voluntária da gravidez. Dois aspectos chamam a atenção em todas elas: o predomínio da cor azul celeste, da bandeira

Argentina, e o destaque para a participação popular nas ruas. Analisaremos agora cada uma dessas imagens.

A primeira imagem (Figura 7) retrata uma marcha e foi capturada do nível da rua, de frente para a multidão, com um cartaz de papelão ao centro e outro mais à esquerda, ambas com a colagem do desenho de um feto na cor branca em um fundo preto, que confirma essa ser uma marcha contrária à aprovação da lei que dá acesso à interrupção voluntária da gravidez. Mulheres e homens aparecem em primeiro plano e várias bandeiras da Argentina ao fundo.

Figura 7- Print da primeira imagem da *home* - CMHNTM



Fonte: Elaborado pela autora (2022)

Entre as mulheres, uma das que está em destaque em primeiro plano usa um lenço azul na cabeça, comentaremos ainda nesse capítulo sobre a memória que o uso desses lenços, tanto o azul quanto o verde (Figura 1), evoca. A presença de homens em primeiro plano nessa mesma imagem enfatiza a concepção não feminista do movimento, contrapondo-se à *Marea Verde* que tem mulheres e meninas como protagonistas de suas manifestações.

A segunda imagem (Figura 8), também foi tirada do nível da rua, de frente para os manifestantes, mas dessa vez deixando em destaque pessoas mais jovens, especialmente meninas, o que traz a ideia de um grupo que abarca o interesse de diferentes idades. Algumas pessoas parecem estar gritando, batendo palmas, há também instrumentos musicais, capturando o entrosamento entre os manifestantes. Outras pessoas da multidão seguram cartazes, dentre os quais se destaca um com os dizeres “*salvemos a la familia*”. A instituição familiar é recorrentemente citada no discurso do movimento como alvo de riscos.

Figura 8 - Print da segunda imagem da *home* - CMHNTM



Fonte: Elaborado pela autora (2022)

Nos dizeres em branco o título “*Sumate al movimiento pro-vida*” e o subtítulo “*Al movimiento pro-vida lo hacemos entre todos*”. A pauta “pró-vida” parece estar no centro das reivindicações do dessas passeatas, como uma extensão da pauta de proteção à família.

Na terceira imagem (Figura 9), uma grande bandeira branca e celeste passa pelos manifestantes e várias outras bandeiras da Argentina estão hasteadas no meio da multidão. Apontamos aqui para o destaque à esquerda da grande bandeira, quase no centro da imagem, de um grupo de freiras. Os religiosos e religiosas são parte ativa dos grupos que se autodenominam “pró-vida”, “anti-aborto”, etc.

Figura 9 - Print da terceira imagem da *home* - CMHNTM



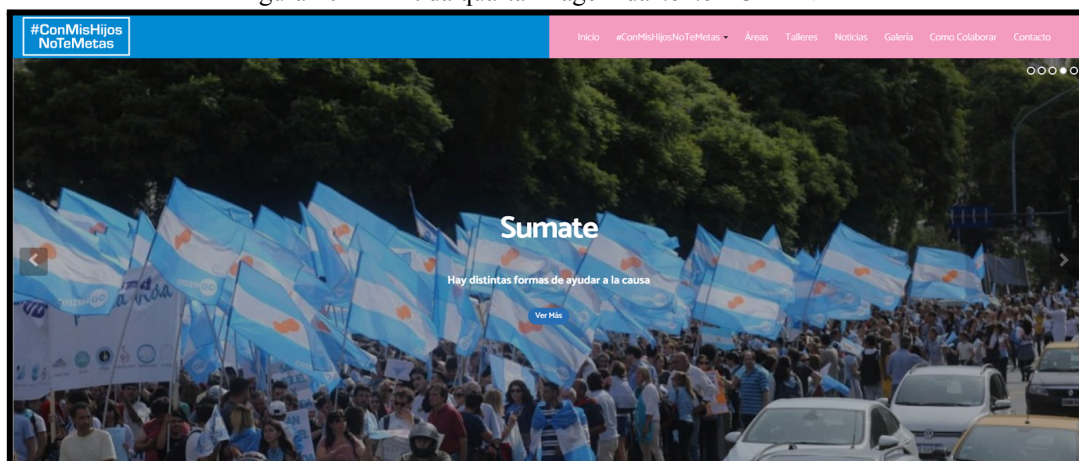
Fonte: Elaborado pela autora (2022)

Em cima da imagem está o logo do movimento e uma frase atribuída a José de San Martín, que chama à defesa da pátria: “*Cuándo la patria esta en peligro, todo esta permitido*,

excepto no defenderla”. A legalização do aborto, dentro do discurso do CMHNTM, é também relacionada à noção de “perigo à pátria”, uma causa contra a qual é necessário lutar.

Vemos na figura 10 uma concentração de pessoas segurando várias bandeiras argentinas com um feto no lugar do *Sol de Mayo* e escrito em branco sobre a imagem, um chamado às pessoas que queiram contribuir com o movimento, “*Ayudar la causa*”.

Figura 10 - Print da quarta imagem da *home* - CMHNTM



Fonte: Elaborado pela autora (2022)

A última imagem (Figura 11) retrata a vista panorâmica de uma rua tomada por manifestantes, com uma fina faixa celeste e branca que passa por quase todo o percurso e várias bandeiras e cartazes sendo carregados. A escolha de imagens de manifestantes e das ruas tomadas, marca esse aspecto como fundamental para a articulação desses grupos. A partir delas, concluímos que o CMHNTM é um movimento que convoca seus adeptos e simpatizantes à ação cidadã organizada, a ocupar espaços de disputa que não sejam apenas virtuais e essa interpretação talvez explique porque nessa página estejam contidas somente algumas informações fundamentais sobre o movimento, diferente do que veremos na descrição do portal ESP.

Figura 11 - Print da quinta imagem da *home* - CMHNTM



Fonte: Elaborado pela autora (2022)

Em cima dessa última imagem aparece a data de uma passeata que aconteceu no dia 28/10/2018, este site está desatualizado²⁹ desde essa época. Ele é, como já dissemos, um local de referência mais geral, pois contém os textos de apresentação do movimento e de seu porta-voz, como dissemos anteriormente existem outras páginas online mais atualizadas para as quais os interessados em se organizar podem seguir.

3.1.4. Apropriação e ressignificação de símbolos argentinos

Durante nossa descrição do site do movimento citamos alguns elementos utilizados por eles:

- a cor azul celeste, da bandeira nacional argentina;
- a bandeira nacional, com um feto no lugar em que originalmente está o *Sol de Mayo*;
- uma frase do herói nacional San Martín;
- o lenço utilizado pelas *Madres y Abuelas de la Plaza de Mayo*;

Esses elementos são símbolos nacionais argentinos. Ao apropriar-se desses símbolos, tomando-os para si, o movimento CMHNTM produz a dissociação de seus sentidos originais e depois os ressignificam.

Pensando na dissertação de *Da Marcha das Vadias às vadias da marcha : discursos sobre as mulheres e o espaço*³⁰ e em como certas discursividades são rememoradas dentro do discurso do CMHNTM, vemos que ao seguirmos o rastro dessas memórias, percorrendo seus

²⁹ Sofreu pequenas mudanças, mas o conteúdo geral permanece mais ou menos o mesmo.

³⁰ No capítulo 3.2 *Quando a memória perde o trajeto...* de sua dissertação, *Da Marcha das Vadias às vadias da marcha : discursos sobre as mulheres e o espaço*, a pesquisadora Tyara Veriato Chaves fala do sujeito-meliante-vadio(a) enquadrado no crime de vadiagem pela lei 339 no início do período republicano no Brasil e o sujeito-meliante-vadia da Marcha das Vadias, constituído historicamente a partir de protestos iniciados em 2011 no Canadá. “A memória do crime de vadiagem perdeu o trajeto e sob o mesmo da materialidade da palavra ‘vadia’, um outro processo de significação se constitui” (p.76) e da “tensão entre o mesmo e o diferente, dita a partir de lugares e em Condições de Produção que fazem o discurso sofrer uma espécie de torção” (p.89)

trajetos, apesar de notarmos discursos previamente conhecidos sendo retomados, por estarem significando em outras *Condições de Produção* eles acabam resultando em processos discursivos distintos, há o “acréscimo significativo que se dá pelo atravessamento de uma discursividade-outra” (CHAVES, 2015, p.89). Acontecem deslizamentos de sentido e novas tentativas de estabilização.

A cor celeste, predominante nas imagens que analisamos, remete à cor da bandeira nacional argentina e passou a identificar os grupos pró-vida em contraposição ao verde, predominante nas marchas pelo aborto legal, seguro e gratuito. A opção por essa cor, pode ser lida como a tentativa de aproximação a um símbolo de unidade nacional que produz identificação, agora não com uma nação e sim com um movimento conservador.

O mesmo acontece com a utilização da bandeira nacional modificada (Figura 10). O *Sol de Mayo* na bandeira Argentina faz referência às lutas de independência do país, sua substituição pelo desenho de um feto coloca os fetos em uma posição de centralidade, equiparando a importância da luta por sua defesa à importância das lutas pela independência da nação, retomando sentidos que já comentamos na descrição de algumas das imagens anteriores: a defesa desses fetos é também a defesa da vida, que dentro do discurso desse movimento equivale especificamente às vidas dos fetos que estão na barriga de mulheres e outras pessoas gestantes que não desejam continuar com a gravidez, em ostensiva contraposição às propostas de interrupção voluntária da gravidez.

A defesa à vida vai sendo associada à defesa da pátria, essa leitura continua se repetindo em outra apropriação que verificamos, a da figura de José de San Martín, um dos Libertadores da América, personalidade heróica e quase mítica para os argentinos que também é colocado a serviço da defesa à vida dos fetos indesejados por seus genitores. A iminência da aprovação da lei de acesso à interrupção da gravidez, assim como o programa ESI, colocam a “pátria em perigo” e, portanto, é necessário buscar inspiração em San Martín para poder defendê-la em uma referência à luta armada, apontando a seriedade desse perigo. A defesa à vida, materializada na oposição à aprovação da lei de interrupção da gestação, é equiparada a uma batalha que os cidadãos precisam travar contra o Estado.

Além da apropriação e ressignificação desses símbolos de unidade nacional (cores pátrias, bandeira nacional, herói nacional), acontece também a utilização de discursos que ficaram muito marcados no imaginário argentino após os anos de ditadura militar.

Na página inicial, entre os links para vídeos do *YouTube*, são utilizadas as hashtags *#GéneroNuncaMás* e *#ProhibidoOlvidar* remetendo-se às expressões “*Dictadura nunca más*” e “*Ni olvido ni perdón*”, que aludem à importância de manter viva a memória da época da

ditadura militar argentina para que ela não se repita, são colocadas pelo movimento CMHNTM à serviço dessa “guerra ao gênero”.

A presença da *hashtag* mostra a intenção de colocar o assunto em circulação na esfera online, já que essa é uma forma de indexar uma discussão nas redes sociais. “Assim, no espaço do discurso digital, as *hashtags* funcionam como indexadores que permitem a classificação das e o acesso às postagens dos internautas nas diversas redes sociais” (ZOPPI-FONTANA, OLIVEIRA, 2016, p. 149-150). A partir do uso das *hashtags* é possível acompanhar a circulação dessas expressões. O próprio logo do movimento é composto pela designação *Con Mis Hijos No Te Metas* precedida por uma *hashtag* (Figura 12).

Figura 12 - Logotipo do movimento CMHNTM



Fonte: Elaborado pela autora (2022)

Outra apropriação que alude à época da ditadura é a utilização de lenços na cabeça por parte das mulheres manifestantes. Nesse caso existe também uma disputa pela ressignificação deles, ambos movimentos - *Ola Celeste* e *Marea Verde* - recorreram à memória de um movimento paradigmático para a sociedade argentina: a “*Asociación Madres de la Plaza de Mayo*”, que, na busca por seus filhos desaparecidos no período da ditadura argentina, se uniram tendo como traço comum de identificação o lenço branco na cabeça, que virou símbolo do movimento. A luta dessas mulheres é até hoje parte importante da identidade da sociedade argentina.

Ao apropriarem-se do uso do lenço, utilizando a cor azul, as mulheres que fazem parte do movimento “pró-vida” almejam encontrar e serem encontradas por outras mulheres que também o utilizam para, juntas, buscarem pelos direitos de seus filhos, como faziam as *Madres*. Aproximar-se do movimento das *Madres de la Plaza de Mayo*, pode ajudar a trazer para a luta “pró-vida”, “anti gênero”, os significados positivos que a luta dessas mulheres carrega.

Nossa análise nos levou a pensar que até mesmo a designação *Con Mis Hijos No Te Metas*, trazida do movimento peruano e territorializada na Argentina dessa maneira, traz para o discurso do movimento a memória das *Madres de la Plaza de Mayo*. Essa designação na Argentina significa diferente do que significa no Peru, pois os efeitos de memória são outros e a partir do momento que os argentinos o adotam ele toma outra forma. O emprego do substantivo “*hijos*” aborda o sujeito em questão a partir de sua relação familiar. Um movimento argentino fazer referência aos filhos e apelar para as relações familiares traz a tona a memória dos filhos e netos que foram sequestrados, torturados, assassinados no período da ditadura argentina, e de suas mães e avós que visam o resgate da memória de todos esses filhos colocam em seu discurso significantes muito fortes na memória discursiva argentina.

A disposição do site CMHNTM, a maneira como os textos verbais e imagéticos estão ordenados, as cores que os compõem, as imagens selecionadas para ilustrá-lo, assim como a retomada de todos esses discursos e memórias anteriores que conseguimos identificar e são convocados pelo discurso do movimento ajudam a preencher os sentidos produzidos por eles em suas textualidades verbais, que analisaremos a partir de agora.

3.2. A DESIGNAÇÃO “CON MIS HIJOS NO TE METAS”

- Designação

O semanticista Eduardo Guimarães (2002) considera que a construção da designação “está afetada por divisões diferentes do real, sob a aparência neutra da descrição”. Ou seja, mesmo que uma designação pareça neutra, nela está “um aspecto político do sentido” (p.81), na medida em que é uma construção que “recorta politicamente o real” (ibid.,82). Dessa forma, “os movimentos designativos ressignificam constantemente o real, que não está aí como o empírico, mas como o identificado pelo simbólico, que inclui necessariamente o político” (ibid., p.89). Para o autor, a designação é um modo de relacionar as palavras e as coisas na medida em que as palavras se identificam simbolicamente” (id., 2006, p.130).

Consideramos aqui que *Con Mis Hijos No Te Metas* e *Escola Sem Partido* são designações que nomeiam movimentos. Embora o nome próprio se constitua como a busca de uma unicidade, seu funcionamento morfossintático revela que essa unicidade é na verdade uma “construção de relações linguísticas e não uma relação direta entre palavra e objeto” (id., 2002, p.35). O percurso social de um nome “faz com que ele

funcione como se fosse uma unidade não construída” (ibid., p.39), mas ele é uma relação linguística de sentido, tomada na história, “produzida no acontecimento pelo processo enunciativo” (id., 2007, p.81) e embora funcione sob o “efeito da estabilidade” é instável (ibid., p.82).

- Paráfrase

Os processos parafrásticos são “aqueles pelos quais em todo dizer há sempre algo que se mantém, isto é, o dizível” (ORLANDI, 2015, p.34), dessa maneira, a paráfrase representa “o retorno aos mesmos espaços do dizer. Produzem-se diferentes formulações do mesmo dizer sedimentado” (ibid., p.34).

Nesse sentido, consideramos produtivo analisar as designações pensando em possíveis paráfrases para elas: a designação *Con Mis Hijos No Te Metas* foi parafraseada como *Con Mi Familia No Te Metas* e a designação Escola Sem **Partido** foi parafraseada como Escola Sem **Doutrinação** e Escola Sem **PT**.

Variando entre sintagmas que dizem o mesmo, em uma repetição de sentidos: *hijos/familia*, *partido/doutrinação/PT*, vamos tentando buscar a construção dos sentidos desses nomes e as memórias que os constituem.

Na designação *Con Mis Hijos No Te Metas* (com meus filhos não se meta) o sintagma preposicional “*Con Mis Hijos* (com meus filhos)” foi topicalizado, ou seja, destacado e colocado em primeiro lugar na frase, quando o mais usual seria a ordenação *No Te Metas Con Mis Hijos* (não se meta com meus filhos). Essa organização frasal coloca a ênfase na parte que foi topicalizada, nesse caso a evidência atinge mais especificamente o substantivo “*hijos* (filhos)”. Esses sujeitos são colocados no discurso do movimento a partir de sua relação familiar e é o cuidado para a manutenção dessa relação que organiza todo o discurso do movimento CMHNTM, retomando os sentidos que vínhamos comentando no subtópico anterior, da memória que o “cuidado com os filhos” desperta nos falantes do espanhol argentino.

Além disso, é utilizado o substantivo “*hijos*”, flexionado no masculino genérico, e não “*hijas*”, seu feminino, ou alguma outra opção que mantivesse a neutralidade do gênero em um momento em que as discussões a respeito da linguagem neutra estavam em alta no país. Essa utilização do masculino genérico mantém a consonância com o discurso do movimento que defende um modelo de sociedade que visa defender e preservar também o patriarcado, colocando em questão a preservação e a manutenção dos papéis de gênero que beneficiam os

homens. E uma última observação pertinente para nossa pesquisa, o plural “*hijos*” no lugar do singular “*hijo*” implica uma prole, apontando para a formação de uma família numerosa.

3.2.1. *Con Mi Familia No Te Metas: a família tradicional sob ataque*

A paráfrase que recorremos em nossa análise é “*Con Mi Familia No Te Metas*” (com minha família não se meta), trocando “*hijos*” (filhos) por “*familia*” (família), por considerarmos que um funciona como metonímia do outro. Ainda que o substantivo que aparece no nome do movimento seja “*hijos*” (filhos), sua pauta trata da defesa de um modelo familiar, o da “família tradicional”. Talvez não seja exagero dizer que a preocupação número um do movimento é com os temas que são ensinados nas escolas, como eles influenciam na formação das crianças e, mais especificamente, a maneira como a ESI afeta esses temas e essa formação. O grande perigo que os adeptos ao discurso do CMHNTM visualizam é o que ameaça a sexualidade das crianças, que ela não siga o esperado para a manutenção do modelo da família tradicional.

Essa leitura que vê “filhos” funcionando como uma metonímia para para “família tradicional”, é evidenciada pela leitura dos textos que estão no site do movimento, como, por exemplo, o texto que aparece na seção “*Contacto*”³¹ acima do formulário para envio de mensagens:

SD CMHNTM 6

Hagamos respetar los derechos humanos de nuestros hijos

El movimiento pro-vida busca proteger los derechos humanos de nuestros hijos. Con la consigna Con mis hijos no te metas, promovemos la cultura de la familia tradicional, los valores y el desarrollo correcto de la sexualidad. Hagamos valer nuestros derechos humanos. Sumemos más gente a la causa.

Essa sequência discursiva define o CMHNTM como um lema do movimento “pró-vida”. Já explicamos anteriormente que com a chegada do movimento na Argentina e sua aproximação com grupos religiosos e conservadores locais, que se colocam como oposição à “*Marea Verde*” e à proposição da lei de interrupção voluntária da gravidez, o movimento adotou um discurso de “defesa à vida”. Essa SD confirma a análise que fizemos das imagens do movimento, essa é a camada mais externa do movimento, a primeira que visualizamos.

³¹ Disponível em <<https://conmishijosnotemetas.com.ar/#/!/--contacto/>>. Acesso em: 20 nov. de 2022.

Destacamos nessa SD os objetivos que ela condensa, que são 3: promover a “cultura da família tradicional”, promover “os valores” e o “desenvolvimento correto da sexualidade”.

3.2.1.1. Os objetivos do movimento

- Primeiro objetivo: Promover a cultura da família tradicional:

O substantivo “família” recebe a determinação “tradicional”. A necessidade dessa especificação e seu aparecimento no intradiscurso apontam para disputas interdiscursivas. Há desestabilizações, disputas de sentido, em torno do substantivo família que não conseguiram ficar contidas e para que o sentido da palavra família - quando empregada pelo movimento CMHNTM - não seja confundido com outros sentidos que possam estar circulando, essa categorização acontece. O discurso do CMHNTM reitera a todo momento o comprometimento do movimento com a defesa da família, só que ele não visa proteger todas as famílias mas apenas aquelas que seguem o modelo “tradicional”.

A promoção da “cultura” desse tipo específico de família é também a promoção de toda a estrutura que é necessária para sua manutenção. O texto “Cultura”, na página *Bienestar general*, mostra que dentro do discurso do movimento essa palavra é definida como uma “ferramenta fundamental” a ser “incutida” na cabeça das pessoas.

SD CMHNTM 7

CULTURA

Consideramos a la cultura como una herramienta fundamental para el desarrollo de las sociedades, por lo que no podemos permitirnos que se les inculquen a nuestros hijos una cultura ilusoria y falaz que va en contra de la constitución tradicional de la familia. (grifos nossos)

A cultura que contraria a “constituição tradicional da família” é categorizada como uma cultura “*ilusoria y falaz*” (ilusória e falsa). Veremos no próximo tópico, durante a análise das demandas, que essa é, dentro do discurso desse movimento, uma clara referência à chamada “ideologia de gênero” e ao trabalho realizado com base na ESI. Então, ao falar da “cultura da família tradicional” se está dizendo que os valores da “família tradicional” são os que devem ser “inculcados” nos filhos através do sistema de ensino. Apontamos a seleção do verso “inculcar” nessa SD, reveladora da ideia de educação que o movimento assume, como aquela que é imposta a partir de repetição.

- Segundo objetivo: Promover os valores:

O substantivo “Valores” não tem determinação, mas, uma vez que para o movimento a única configuração possível de família seja a “tradicional”, e que ela deve ser inculcada, concluímos que os valores que deverão ser promovidos são, como já dissemos anteriormente, os que contribuem para a sua manutenção. Se definimos “família tradicional” como a formada a partir da união de um casal heterossexual, cis-gênero, monogâmico, unido por matrimônio, comandado por um patriarca, ao promover esse tipo específico de família todas estas questões estão implicadas. Promover esses “valores” equivale a promover a “família tradicional”, tendo como princípios guia a heteronormatividade, a cisgeneridade, a monogamia, o patriarcado, etc. E, por extensão, tudo o que não couber nessa definição tende a ser silenciado por não ser considerado apropriado.

- Terceiro objetivo: Promover o desenvolvimento correto da sexualidade:

Esse objetivo complementa os dois anteriores, mostrando a questão da sexualidade como primordial para o movimento. A existência de um “desenvolvimento correto da sexualidade” implica a existência de um “desenvolvimento incorreto da sexualidade” e o correto, dentro do discurso do movimento, é o que ele defende. Se a única orientação sexual possível dentro da “cultura da família tradicional” é a heterossexual, portanto, qualquer outra orientação é incorreta. O incorreto é o que se pretende colocar em vigência com a implementação da ESI: a promoção da informação e da diversidade.

Essa especificação quanto à sexualidade, também encontrada na descrição do trabalho do porta-voz Nestor Mercado, cujo primeiro protesto foi contra a ESI “*y la perspectiva de género que se introducía con la materia ESP*”³². Outra vez há um recorte dentro de todo o trabalho desenvolvido pela ESI a ganhar destaque neste texto, evidenciando o aspecto do programa que mais incomoda os adeptos do CMHNTM, que é a revisão dos papéis de gênero dentro da sociedade argentina e seu ensino nas escolas de todo o país.

3.2.1.2. As demandas do movimento

Analisaremos agora as listas “*No queremos*” e “*Sí queremos*” que, como o nome diz, apresentam as reivindicações que os membros do movimento fazem, transcritas aqui na íntegra:

³² Trecho da SD CMHNTM 4.

SD CMHNTM 8

NO QUEREMOS

- *Que se enseñe ideología de género, en ningún ámbito del gobierno, incluso en las instituciones educativas.*
- *Que se le quite el derecho a los padres de educar a sus hijos en cuanto a la moral sexual.*
- *Que se elimine el “ideario institucional”, impidiendo que las escuelas públicas de gestión privada enseñen sexualidad en base a sus idearios.*
- *Que se imponga una enseñanza sexual ideológica, basada en conceptos culturales y subjetivos, despojándolos de toda argumentación científica.*

SÍ QUEREMOS

- *Que el estado sea agente preventor y no promotor del desarrollo temprano de la sexualidad: Prevención del abuso sexual infantil, de embarazos no deseados, de transmisión de enfermedades venéreas, de violencia, etc.*
- *Que la familia tenga participación directa como agente primario y natural de la educación, ejerciendo la responsabilidad parental al encauzar a sus hijos de acuerdo a su visión social de la sexualidad.*
- *Que se respete a las instituciones educativas que poseen una visión social expresada en sus idearios institucionales, teniendo en consideración la libertad de creencias y de cátedra.*
- *Que haya educación sexual, no erotización.*
- *Que se respeten las etapas de aprendizaje sin violentar la inocencia de los niños.*

Todas as demandas estão construídas a partir de verbos conjugados no modo subjuntivo: “(no queremos) que se enseñe, que se le quite, que se elimine, que se imponga”, “(queremos) que ___ sea, que ___ tenga, que se respete(n), que haya”. Esse tipo de conjugação é utilizada para expressar desejos para o futuro, e dão um tom de manifesto para a lista. Esses desejos implicitamente afirmam o que está acontecendo no presente, que é o contrário do que se reivindica ou, ao menos, supõem o que pode vir a acontecer caso o movimento não seja bem sucedido. Já que ao elaborar uma lista de demandas, formalizando pedidos para que algo não aconteça, só é necessário quando acredita-se que essas coisas estejam acontecendo ou corram o risco iminente de acontecer. Quando se pede:

SD CMHNTM 8 B (No queremos) Que se le quite el derecho a los padres de educar a sus hijos en cuanto a la moral sexual.

É porque os direitos dos pais estão sendo retirados ou podem vir a ser retirados. Se esses direitos estivessem garantidos a demanda não seria necessária. Da mesma forma, quando o pedido é para que algo aconteça é porque aquilo não ocorre ainda e só terá chances de ocorrer a partir de uma exigência. Quando se pede:

SD CMHNTM 8 E (Sí queremos) Que el estado sea agente preventor y no promotor del desarrollo temprano de la sexualidad.

É porque o estado não tem sido preventor e sim promotor do desenvolvimento precoce da sexualidade.

Consideramos agora cada uma dessas demandas que sintetizam a luta para a qual estão sendo convocados os membros do movimento CMHNTM. A primeira demanda é:

SD CMHNTM 8 A (No queremos) *Que se enseñe ideología de género, en ningún ámbito del gobierno, incluso en las instituciones educativas.*

A "ideologia de gênero" não deve ser ensinada "*en ningún ámbito del gobierno*", de forma mais ampla, e, mais especificamente, nas instituições educativas: "*incluso en las instituciones educativas*". Delimitando que, apesar do diálogo contido na designação CMHNTM estar dirigido ao Estado, a crítica está direcionada de maneira particular à atuação do Estado nas escolas. A utilização do advérbio "incluso (inclusive)", aponta que as instituições educativas são, dentre os locais passíveis de receber doutrinação, as que mais preocupam o movimento.

Ainda nessa primeira demanda, o termo "ideologia de gênero", recorrentemente retomado dentro do discurso do movimento, aparece. Delimitaremos seu significado nesse contexto, a partir das informações retiradas de uma apostila chamada "Ideología de género: mitos y verdades", disponibilizada em um site que já não está mais no ar³³, nela algumas explicações são dadas:

1.4. Entonces, ¿qué es la ideología de género?

En un punto de vista (perspectiva) y conjunto de ideas (ideología) que sostiene que las diferencias entre varón y mujer no se deben a una naturaleza fija, sino que son construcciones culturales que responden a estereotipos impuestos a lo largo de la historia. Por lo tanto, el género asumido (su expresión a través de comportamientos) depende de la autopercepción. No considera que varones y mujeres sean diferentes, sino que existen espectros de género, independientemente del sexo biológico que cada uno tenga. De este modo, es posible que haya mujeres con pene y varones con vulva. Esto no tiene ningún asidero científico. no es ciencia. Sus premisas son falsas, confusas y contradictorias.

Para entender este conjunto de ideas recurrimos a la biología, la psicología, la sociología, la política, al derecho y a la historia.

³³ O site <<http://conmishijosno.com>> que, como explicamos na página 10, tópico 1.2. *Recorte de pesquisa e objetivos*, foi retirado do ar

1.5. ¿Qué dice la ciencia?

- Todos nascemos con un sexo biológico que no se puede cambiar: hombre (XY), mujer (XX).
- No se nace con un género. Sin embargo, hay tendencias y comportamientos (expresión) que están determinados por el sexo biológico.
- La creencia que posea una persona de ser algo que él o ella realmente no es constituye en el mejor de los casos un signo de pensamiento confuso.

De acordo com esse material elaborado pelo CMHNTM, “Ideologia de gênero” é uma ideologia não científica e tem premissas “falsas, confusas e contraditórias”.

No texto “Sobre el movimiento” o termo “ideologia de gênero” é categorizado como “subjetivo, fantasioso, suposto, ambíguo, ilusório e falso”. No segundo parágrafo do texto essa expressão aparece definida da seguinte maneira:

SD CMHNTM 9

La ideología de género propone una nueva concepción antropológica y filosófica del ser humano, basado en los pensamientos **subjetivos y fantasiosos** más no en la realidad “objetiva y verificable” de nuestra naturaleza y esencia humana. (grifos nossos)

Para o CMHNTM, o que tem sido empreendido nas escolas argentinas a partir da implementação da ESI é a proposição de “uma nova concepção de ser humano”, baseada em “subjetividade” e “fantasia”, em contraposição à concepção defendida pelo movimento, que, segundo eles, é baseada em “objetividade” e “verificável”.

Também do texto “*Sobre el movimiento*” é esta outra sequência discursiva:

SD CMHNTM 10

En este sentido, hemos desplegado nuestra lucha a nivel internacional, coordinando de manera unida en los diferentes continentes las acciones sociales, políticas, culturales y comunicacionales para fortalecer lo evidente y obvio, lo real y veraz, frente a **lo supuesto y ambiguo, lo ilusorio y falaz.** (grifos nossos)

Nele, segue o contraste entre a proposta do Programa ESI e as petições do movimento CMHNTM, enquanto um é descrito como o defensor do “suposto, ambíguo, ilusório, falso” o outro defende o “evidente, óbvio, real, verdadeiro”. Em outra SD o objetivo da ESI, definido pelo CMHNTM como “impor a ideologia de gênero”, é chamado de “delirante objetivo”:

SD CMHNTM 11

Este delirante objetivo [imposición de la ideología de género] colisiona con el propósito original por el cual se construyó socialmente el estado, que es una entidad al servicio del ciudadano y no un soberano que impone un dogma a sus súbditos.

Tudo o que pertence à ESI é colocado numa chave de sentidos negativa, que visam descredibilizá-lo. A lei Nº 26.150 é tomada como prejudicial pelo discurso do movimento, nociva para a preservação da “cultura da família tradicional” e, portanto, o Estado, que a aprovou, passa a ser tomado como “inimigo da família”, que utiliza o sistema educacional para atacar os “filhos”.

Apesar de pretender ser um material que traz esclarecimentos (definindo o que é mito e o que é verdade), a apostila que era divulgada pelo CMHNTM não trazia uma bibliografia de referência e nem fazia nenhuma citação a estudos ou autores que respaldassem as informações nela trazidas, mesmo assim seguem afirmando que querer sair do binarismo homem/mulher é sinal de “pensamento confuso” e outras afirmações categóricas sem embasamento algum. O mesmo para essas SDs que acabamos de citar, nenhuma tem algum argumento de autoridade que as fundamente. O que ocorre é uma pretensa busca pela objetividade que apenas intenciona desqualificar a ESI.

Na parte da apostila em que a escola é definida como um local que deve facilitar o conhecimento e não a “doutrinação”, a ESI é citada e diretamente associada à noção de ideologia de gênero e, por causa disso, sua implementação é colocada em dúvida. O trabalho do programa ESI é reduzido por esse discurso a um programa de implementação de “ideologias e doutrinação”.

La escuela del siglo XXI es responsable de facilitar el conocimiento (no la adoctrinación), la búsqueda de la verdad, promoviendo el aprendizaje colaborativo, el pensamiento crítico y reforzando la importancia de la comunidad y el trabajo conjunto. Proveer las herramientas para aprender a validar la información en la “sociedad del conocimiento” otorgando oportunidades para la búsqueda objetiva de la verdad, la comparación, la aplicación y la investigación. Desarrollar estrategias para el “saber hacer” valorando experiencias previas.

La implementación de la ESI con ideología de género es dudosa, fluctuante y controversial, y lo será más aún si se aprueban las reformas. La ideología de género es contraria a los fundamentos de la escuela ya que ella debe permanecer libre de ideologías y adoctrinación (a no ser que la comunidad educativa esté a favor de estas). En las escuelas confesionales y o privadas deben respetarse los idearios de las mismas y su autonomía, ya que tienen amparo constitucional, y la comunidad que asiste a dicha escuela está acorde al ideario institucional y convicciones de sus miembros. (grifos nossos)

Retomamos agora as listas de solicitações “No Queremos” e “Sí Queremos”, citadas no início do tópico, que em suas segunda e sexta solicitações citam diretamente “os pais” e “a família”:

SD CMHNTM 8 B (No queremos) Que se le quite el derecho a los padres de educar a sus hijos en cuanto a la moral sexual.

SD CMHNTM 8 F (Sí queremos) Que la familia tenga participación directa como agente primario y natural de la educación, ejerciendo la responsabilidad parental al encauzar a sus hijos de acuerdo a su visión social de la sexualidad.

Na solicitação B, é pedido que o “direito dos pais de educar seus filhos quanto à moral sexual” não seja retirado, e na F, que a família tenha participação direta como “agente primária e natural da educação”. O 9º artigo da lei Nº26.150³⁴, do “programa de Educación Sexual Integral” é o único trecho do texto que cita “pais” e “família”, eles aparecem da seguinte maneira:

ARTICULO 9º — Las jurisdicciones nacional, provincial, de la Ciudad Autónoma de Buenos Aires y municipal, con apoyo del programa, **deberán organizar en todos los establecimientos educativos espacios de formación para los padres o responsables que tienen derecho a estar informados**. Los objetivos de estos espacios son:

- a) Ampliar la información sobre aspectos biológicos, fisiológicos, genéticos, psicológicos, éticos, jurídicos y pedagógicos en relación con la sexualidad de niños, niñas y adolescentes;
- b) Promover la comprensión y el acompañamiento en la maduración afectiva del niño, niña y adolescente ayudándolo a formar su sexualidad y preparándolo para entablar relaciones interpersonales positivas;
- c) **Vincular más estrechamente la escuela y la familia para el logro de los objetivos del programa.** (Grifos nossos)

Não é um objetivo da lei “tirar (quitar)” o direito dos pais, mas incentivar a inclusão deles através de sua participação em espaços de formação por “terem o direito de estar informados” e também pela importância da família estar vinculada à escola “para a realização dos objetivos do programa”. O que não é citado em nenhum momento pelo texto da lei é a “moral sexual”.

Na sexta demanda, há a defesa de que a família seja “agente primária e natural da educação”:

³⁴ Disponível em: <<https://www.argentina.gob.ar/normativa/nacional/ley-26150-121222/texto>>. Acesso em 10 dez. 2022.

SD CMHNTM 8 F (Sí queremos) Que la familia tenga participación directa como agente primario y natural de la educación, ejerciendo la responsabilidad parental al encauzar a sus hijos de acuerdo a su visión social de la sexualidad.

Sugerindo que o papel da família tem sido minorizado na educação de seus filhos. Essa afirmação causa uma mistura entre a educação formal, dada pela escola, e a informal, que na maioria das vezes está sob responsabilidade da família. Como se a escola anulasse a participação familiar ou não fosse também um espaço para ela.

Na segunda parte dessa demanda, que fala da responsabilidade dos pais de “encaminhar (*encauzar*)” seus filhos “de acordo com sua visão”, a utilização do verbo “*encauzar*” mostra a percepção de educação do movimento como “dirigir por um bom caminho”, “conduzir”, “colocar nos trilhos”, ideia frequente em discursividades reacionárias e que também coloca os filhos, os alunos em questão, como tábulas rasas, papéis em branco, que devem ser preenchidos com as ideias de seus pais, sua “visão social da sexualidade” e apenas elas.

As terceira e sétima demandas fazem referência à discussão da modificação do art. 5º da ESI, em alta no ano de 2019:

SD CMHNTM 8 C (No queremos) Que se elimine el “ideario institucional”, impidiendo que las escuelas públicas de gestión privada enseñen sexualidad en base a sus idearios.

SD CMHNTM 8 G (Sí queremos) Que se respete a las instituciones educativas que poseen una visión social expresada en sus idearios institucionales, teniendo en consideración la libertad de creencias y de cátedra.

O 5º artigo da ESI é o seguinte:

ARTICULO 5º — Las jurisdicciones nacional, provincial, de la Ciudad Autónoma de Buenos Aires y municipal garantizarán la realización obligatoria, a lo largo del ciclo lectivo, de acciones educativas sistemáticas en los establecimientos escolares, para el cumplimiento del Programa Nacional de Educación Sexual Integral. Cada comunidad educativa incluirá en el proceso de elaboración de su proyecto institucional, la adaptación de las propuestas a su realidad sociocultural, en el marco del respeto a su ideario institucional y a las convicciones de sus miembros.

Dentro do discurso do CMHNTM “adaptar a ESI aos ideários institucionais de cada escola” é traduzido como “eliminação do ideário”.

A quarta demanda retoma as questões que comentamos ao falar de “ideologia de gênero”:

SD CMHNTM 8 D (No queremos) Que se imponga una enseñanza sexual ideológica, basada en conceptos culturales y subjetivos, despojándolos de toda argumentación científica.

A “imposição de um ensino sexual ideológico” é uma paráfrase para “ideologia de gênero” e, por isso, “subjetiva” contraposta à “ciência”.

A 5ª solicitação, a primeira da lista “sí queremos”, enumera reivindicações que poderiam ter sido feitas por apoiadores da implementação da ESI, tais como, “prevenção do abuso sexual infantil, de gravidez não desejada, de transmissão de doenças venéreas, de violência”:

SD CMHNTM 8 E (Sí queremos) Que el estado sea agente preventor y no promotor del desarrollo temprano de la sexualidad: Prevención del abuso sexual infantil, de embarazos no deseados, de transmisión de enfermedades venéreas, de violencia, etc.

Sujeitos diferentes, ancorados em *Formações Discursivas* diferentes, enunciam sentidos diferentes. O que a ESI propõe não é o mesmo que o CMHNTM tenta propor aqui, por isso, mesmo quando utilizam os mesmos sintagmas, o sentido é radicalmente diferente, eles significam outras coisas.

Além disso, em seu discurso, o movimento CMHNTM a todo momento diminui a importância da ESI. Ao não dizer que o programa já abrange essas reivindicações tenta silenciar a importância de seu papel. No início dessa SD o Estado aparece em destaque com o pedido de “que ele seja agente preventivo e não promotor do desenvolvimento precoce da sexualidade”, a negação “que o estado não seja promotor” faz presente a afirmação “o estado é promotor” do desenvolvimento precoce da sexualidade. O mesmo recurso é utilizada na oitava demanda:

SD CMHNTM 8 H (Sí queremos) Que haya educación sexual, no erotización.

Reivindica que não haja erotização, sugerindo que no presente há erotização. Enquanto pede por uma “educação sexual”, que já vimos que é totalmente diferente da *Educación Sexual Integral* determinada pela lei. Na verdade, esse é um pedido que reafirma a desconsideração por esse programa, não é esse tipo de educação sexual que o CMHNTM quer que seja implementado, ele descarta a proposta da ESI.

A utilização da palavra “erotização” nessa SD, assim como na SD CMHNTM 8 F falava em “desenvolvimento precoce da sexualidade”, conduzem à interpretação de que os filhos estão expostos à sexualização o que é reforçado pela terceira vez na última demanda do movimento:

SD CMHNTM 8 I (Sí queremos) Que se respeten las etapas de aprendizaje sin violentar la inocencia de los niños.

Reforçando os filhos, aqui categorizados como “*niños*”(crianças), como inocentes, sujeitos à violência, que precisam ser defendidos. A sexualidade das crianças é o tema que predomina nesse discurso, a grande preocupação.

3.2.2. *Estás Metiéndote Con Mis Hijos*

Nesse segundo tópico, dentro da seção 3.2. *A designação “Con Mis Hijos No Te Metas”*, trabalharemos a partir das marcas de primeira e segunda pessoa que o nome do movimento contém. Ao formular o sintagma verbal “*no te metas*” a posição-sujeito que dá essa ordem traz para a designação a negação polêmica, produzindo além do enunciado negativo “com meus filhos não se meta” (CMHNTM), também o enunciado positivo: “*Estás metiéndote con mis hijos*”(Você está se metendo com meus filhos), que provoca um efeito de acusação, construindo um simulacro do outro, a quem se dirige.

- **Negação Polêmica**

Tomamos o conceito de *Negação Polêmica*, tal como reformulado por Freda Indursky, a partir do conceito de Oswald Ducrot, passando da teoria semântica da enunciação para a AD.

Enquanto a *Negação Polêmica* de Ducrot:

Permite que se expressem, simultaneamente, no mesmo enunciado os pontos de vista antagônicos de dois enunciadores: o enunciado positivo é imputado a um primeiro enunciador; enquanto o negativo é atribuído a um segundo enunciador, com o qual o locutor se identifica para opor-se ao primeiro.(INDURSKY, 1990, p.118)

Na AD,

A relação polêmica não se estabelece diretamente entre dois sujeitos, mas entre duas posições de sujeitos que representam FD antagônicas. Assim, a polêmica discursiva não é individual, ela decorre do confronto entre práticas discursivas sociais. Desse modo, o sujeito, ao refutar um elemento do saber de outra FD, refuta um elemento que é exterior ao saber de sua FD. (ibid., p.119)

Tal conceito nos pareceu produtivo para a análise das designações “Escola **Sem**

Partido” e “*Con Mis Hijos No Te Metas*”, na medida em que identificamos que tais enunciados negativos carregam a possibilidade da “manifestação de outro[s], afirmativo[s]”(ibid., p.121): “Escola **Com** Partido” e “*Estás Metiéndote Con Mis Hijos*”, que estão implícitos na negação.

Para que a negação produza um efeito de polêmica, duas *Formações Discursivas* são mobilizadas e isso é evidenciado pelo confronto entre duas posições de sujeito antagônicas. No caso que estamos analisando não há retomada da enunciação do outro, mas a construção de um simulacro sobre ele. Os enunciados positivos “Escola **Com** Partido” e “*Estás Metiéndote Con Mis Hijos*” são esboçados por *projeções imaginárias*, produzidas pela *posição-sujeito* que os nega: os sujeitos que pedem uma *Escola Sem Partido* partem do princípio de que as escolas são partidárias, e os que pedem para que o Estado não se meta com seus filhos partem do princípio de que o Estado é intervencionista. Ao dizer com o que se identifica (com os movimentos ESP e CMHNTM) o sujeito está reconhecendo a existência de uma alteridade (a escola partidária ou o Estado intervencionista) contida na negação ao mesmo tempo que a nega, pedindo o seu fim.

A figura a quem a crítica do movimento está dirigida está dentro do próprio nome que o identifica, pois ele traz o verbo flexionado na segunda pessoa: *te metas*. A primeira pessoa também aparece marcada, a partir do uso do possessivo “*mis*”(meus). Essas marcas de primeira e segunda pessoa montam uma cena enunciativa, há dentro desse nome um diálogo impositivo entre os pais e o Estado, considerado intervencionista, por causa da aprovação da ESI.

O possessivo (*mis*) nos dá algumas instruções ao apontar os sujeitos que interagem a partir da designação. Temos “a imagem da posição sujeito locutor (quem sou eu para lhe falar assim?) mas também da posição sujeito interlocutor (quem é ele (...) para que eu lhe fale assim?)” (ORLANDI, 2015, p.38): Um pai se dirige a alguém que está se intrometendo com a educação de seus filhos. É a partir dessa relação que começa a formar-se o diálogo entre os sujeitos (pais e Estado), é dela que as posições dos dois vão sendo construídas e mobilizadas discursivamente.

A respeito da forma de tratamento utilizada nos reportaremos ao artigo “Pensando as formas de tratamento a partir da semiótica e a semiótica a partir das formas de tratamento”, que forma parte da coletânea “As formas de tratamento em português e em espanhol: variação, mudança e funções conversacionais”, escrito pela professora doutora Heloísa Pezza Cintrão, que trabalha com os estudos da tradução, especialmente no par de línguas espanhol-português. Para Cintrão (2011, p. 465), que diz que na escolha do pronome de

tratamento “o enunciador-destinatário é julgado pelo enunciador-destinador em conformidade ou não com certos contratos sociolinguísticos anteriormente estabelecidos no sistema da língua”. A opção por determinadas formas de tratamento nunca é meramente referencial, nem neutra, “elas são uma região do sistema linguístico que carrega potencialmente a tensão dos conflitos de classe e interesses, além de carregar potencialmente tensões afetivas” (ibid., p. 462).

Na designação *Con Mis Hijos No Te Metas*, o sujeito é expresso pelo pronome (*te*) e pela conjugação do verbo na segunda pessoa do singular (*metas*), temos assim o funcionamento dos pronomes “*tú*” ou “*vos*”, “que pode provocar o efeito de solidariedade ou proximidade afetiva, mas também de irreverência e desrespeito, desprezo ou indiferença, de uma certa insolência e arrogância” (ibid., p. 463-464). E é nesse segundo grupo de substantivos que localizamos a utilização do pronome nesse que é um contexto de acusação, de um pai ao Estado. A forma de tratamento escolhida funciona trazendo à tona assimetria nas posições.

Por último, analisamos o funcionamento do imperativo nesta designação, que a depender da maneira em que é afetado pela relação entre os sujeitos e pelo contexto onde está sendo dito pode expressar uma súplica, um pedido ou uma ordem. Nesse caso, além de estar caracterizando uma relação marcadamente hierarquizada, também carrega a acusação de que alguém está se metendo com a educação do filho de quem a enuncia, o que lhe faz funcionar como uma ordem.

Essa utilização do verbo “*meterse*”, que traz a ideia “*meterse alguien donde no lo llaman*”, pode suscitar alguns sentidos, como os de que o Estado está se colocando em uma posição para a qual não foi convocado; e também de que toma a responsabilidade por ações para as quais não necessariamente tem capacidade, para fazer algo que não é sua incumbência. Pensando na designação não topicalizada “*no te metas con mis hijos*”, quando utilizada a preposição “*con*”, o verbo *meterse* tem o sentido de *enfrentarse*, *molestar*, ou seja, de que o Estado está sendo inoportuno, incomodando os filhos.

O Estado está fora de suas atribuições, fazendo um trabalho que é prejudicial aos cidadãos. Ao interferir na formação dos “filhos” torna-se uma ameaça para seu futuro e, conseqüentemente, para o futuro da nação. Causando a reação dos pais, que precisam organizar-se em defesa de suas famílias. É como se os sujeitos que utilizam essa designação dissessem “não pedi para você estar pensando em leis que interfiram na formação de meus filhos”.

No próximo tópico analisaremos como o Estado, a quem a crítica do movimento está dirigida, “quem está se metendo”, foi tomado como objeto discursivo nos textos do movimento. E o funcionamento do possessivo (*mis*) que introduz “quem está denunciando”, pensando principalmente na relação entre pais e filhos que esse funcionamento desperta.

3.2.2.1. Estado: o inimigo da maioria

Analisaremos agora o modo como o “Estado” é tomado como um objeto discursivo pelo movimento CMHNTM como essa construção é feita a partir de valores negativos, mostrando-o como: um soberano que trata os cidadãos como súditos, uma instituição que extrapola seus limites e precisa ser lembrada de que seu papel é defender a família, para que reveja quais são suas prioridades, pensando nos interesses da maioria da população.

A primeira SD que selecionamos foi retirada do texto *Sobre el Movimiento*. Nela a aplicação da ESI é categorizada como a “imposição da ideologia de gênero”. O verbo “impor”, no sentido de forçar, obrigar, está nominalizado, causando o efeito de evidência e fazendo com que, mesmo sem qualquer prova ou constatação, aceitemos como verdade que o “setor educativo impõe a ideologia de gênero”. A existência ou não dessa ideologia não é colocada em questão e nem sua “imposição”, essas são informações que aparecem como evidentes. Quando, na verdade, essa é uma forma de definir, pejorativamente, os objetivos da ESI.

- Nominalização

A nominalização é uma operação na qual o verbo desaparece. Ao utilizar “a imposição da ‘ideologia de gênero’”, ao invés de “estão impondo a ‘ideologia de gênero’ nas escolas”, o efeito de sentido causado é totalmente diferente. Quando o verbo está conjugado na frase, a discussão pode incidir sobre a existência ou não da imposição, como ela acontece, onde acontece, porque acontece, etc. Já a afirmação contida na nominalização será considerada como evidente e não entrará na argumentação. “O procedimento da nominalização permite, assim, fixar um *sentido já lá*, um sentido que *precederia* a tomada da palavra ou a formulação (pôr em palavras) do jornalista” (GUILBERT, 2020, p. 54).

No caso que não está nominalizado (“estão impondo a ‘ideologia de gênero’”), a sentença pode ser refutada; no primeiro caso (“a imposição da ‘ideologia de gênero’”), “a discussão - se existir discussão - tem todas as chances de incidir sobre o resto da

frase” (ibid., p.55). “O interesse *argumentativo* é, por um lado, impedir que a sentença verbal seja negada, ao fazê-la desaparecer” (ibid., p. 54).

Além da nominalização, Guilbert também aponta o papel essencial do artigo definido: "O artigo definido e a nominalização unem-se, assim, para produzir a impressão de que falamos de uma coisa já estabelecida, já lá, e que não podemos colocar em dúvida”(ibid., p. 54). Em suas análises de textos editoriais Guilbert observou o interesse argumentativo na utilização das nominalizações no início desses textos como sendo “o de apresentar o acontecimento como portador de um sentido *nele mesmo*, antes mesmo que comece o comentário do jornalista” (ibid., p.55).

Uma nominalização recorrente no discurso do movimento ESP, por exemplo, é a *doutrinação*, construída discursivamente pelo movimento ESP como uma evidência incontestável.

Nesse discurso, reforçando o que dissemos anteriormente sobre a descredibilização da implementação da ESI, essa lei é sempre mencionada sem que se considere sua aprovação e constitucionalidade, ela aparece categorizada como um “objetivo delirante” que “colide com o propósito original do Estado”, o que enfatiza a necessidade de se trabalhar contra sua aplicação. Essa primeira parte é complementada pela oração subordinada adjetiva explicativa que está em negrito:

SD CMHNTM 13

Este delirante objetivo [imposición de la ideología de género] colisiona con el propósito original por el cual se construyó socialmente el estado, **que es una entidad al servicio del ciudadano y no un soberano que impone un dogma a sus súbditos.** (grifos nossos)

Essa explicativa, introduzida pelo pronome relativo “que”, começa definindo qual é a função do Estado e segue dizendo qual não deve ser a função do Estado: o propósito é “ser uma entidade a serviço do cidadão” e não “um soberano que impõe um dogma a seus súditos”, nos levando a interpretar que o estado deveria “estar a serviço”, mas tem agido como um “soberano que impõe um dogma”. E a posição da população também é categorizada de maneiras distintas, primeiro como “cidadãos”, servidos pelo Estado, e depois como “súditos”, que devem obedecer a um soberano. Uma construção dessas logo após ser dito que o Estado está indo contra seus propósitos, produz a ideia de que o trabalho da ESI é

dogmático, de imposição, e também de que por causa de sua aprovação o Estado extrapolou limites:

SD CMHNTM 14

En este sentido, la lucha se expande a una **epopeya por** el respeto a la libertad humana y **la delimitación de los alcances que el estado tiene sobre sus mandantes, los ciudadanos.** (grifos nossos)

A ação do movimento CMHNTM é metaforizada, de maneira gradativa. Sua tarefa, de enfrentamento ao Estado, não é apresentada como fácil e nem simples. Começa comparada a uma “luta”, a partir da qual há uma explícita citação ao enfrentamento deles com um adversário, o Estado, mas não apenas uma luta circunscrita, ela se expande e se desdobra em uma “epopeia”.

As demandas são a busca por “respeito à liberdade humana”, como se ao ensinar sobre diversidade e pluralidade na sociedade argentina, sensibilizando à inclusão, as instituições de ensino estivessem forçando um estilo de vida sobre os alunos e pela “delimitação dos alcances do Estado”, uma vez que este, ao se comportar como um “soberano” que “impõe dogmas” extrapola seus limites. Essa SD termina com a reafirmação de que o Estado cuida de “cidadãos” (e não “súditos”).

Qualquer proposta de educação que contrarie a perpetuação dos pilares que sustentam a “família tradicional” tem sua credibilidade questionada, como veremos nas sequências discursivas retiradas dos textos “*Vocero*” e “*Sobre el movimiento*”.

SD CMHNTM 15

“No queremos que ideologicen y adoctrinen a nuestros hijos”. Según él, la educación en lo que respecta a la sexualidad de los hijos es responsabilidad de los padres, oponiéndose a que se les impongan a los niños **un modelo que va en contra de la biología y la ciencia.** (grifos nossos)

As aspas de uma declaração de Mercado abrem a SD apresentando as ideias de “doutrinação” e “ideologização”, um neologismo, ações não quistas na educação dos filhos que são defendidos pelos membros do movimento. O porta-voz coloca a educação sexual como uma responsabilidade única da família em oposição à imposição de um modelo “contra a biologia e a ciência”, reforçando seu compromisso anti implementação da ESI, “ideológica”, “doutrinadora”, “não científica”. Essas insinuações sobre o programa nunca aparecem acompanhadas por qualquer tipo de comprovação que as atestem. Já a família, a

tradicional, como apontamos anteriormente, existe segundo a “natureza”. Ou seja, não é algo imposto como o que a ESI ensina e sim “natural”.

SD CMHNTM 16

Con esto, la Constitución establece que **la familia** no existe **porque lo dice** el legislador, sino **la naturaleza**, lo cual el legislador reconoce. En esa línea de pensamiento rector de la CN, nuestro Movimiento reclama para los padres, el derecho a la formación de sus hijos, conforme al valor fundamental de la familia, **célula básica de la Sociedad**. Por esto, conforme a la CN y tratados a los cuales adhiere, aspiramos que la Política de Estado **enderece a sostener el sentido y dinámica de familia, por lo cual existe este movimiento. (Grifos nossos)**

Os trechos que afirmam que os pais devem formar seus filhos “conforme o valor fundamental da família” e que o Estado deve “sustentar o sentido e a dinâmica da família” reforçam uma vez mais que o objetivo do movimento é a defesa da família. Essa SD, inclusive, termina com a explicativa “por lo cual existe este movimiento”, confirmando essa leitura.

Outra explicativa que consideramos interessante ressaltar é a que acompanha o substantivo família: “*célula básica de la sociedad*”. Essa definição está no centro do discurso do CMHNTM, a sua principal reivindicação é que a família eduque seus filhos sem a intervenção do Estado, visando perpetuar a estrutura da “Família Tradicional”.

Em outro ponto do texto “*Sobre el Movimiento*”, o investimento feito pelo Estado ao programa ESI é categorizado como “não razoável e nem prioritário”.

SD CMHNTM 17

“Por esto es que solicitamos “el correcto uso del dinero Estatal” para que no se dilapide en usos que no son **ni razonables, y menos prioritarios**, en detrimento de valores fundamentales promovidos por nuestra Constitución como la familia, la libertad, la vida y la salud”

Segundo essa SD, investir na aplicação da ESI é um desperdício de dinheiro, que deveria ser dirigido à promoção de “valores fundamentais”: a família, a liberdade, a vida e a saúde. Todo o trabalho feito para estudar e pensar a implementação dessa lei é ignorado. A ESI sempre é retomada no discurso em contraposição à família, seu objetivo principal é visto como uma ameaça, que desestabiliza as ideias que sustentam a “família tradicional”.

Selecionamos também algumas SDs que mostram o modo como vai sendo criada uma tensão entre o CMHNTM e aqueles que defendem a implementação da ESI, a partir da construção de uma oposição “nós *versus* eles”

No texto “*Salud*”, da seção “*Áreas Educación Sexual*”, é dito as ideias propostas pela aplicação do Programa ESI vem de uma “minoría”:

SD CMHNTM 18

En cuanto a la salud, tanto física como psicológica, tenemos por objetivo proteger a nuestros niños de **ideas y mandatos provenientes de una minoría** que busca violentar su inocencia mediante clases no consensuadas de educación sexual. (Grifos nossos)

Nessa SD, os “filhos” aparecem categorizados como crianças (*niños*) que precisam ser protegidas de uma “minoría que busca violentar sua inocência através de aulas não consensuais de educação sexual”. A memória evocada através dessa SD é a de discursos que remetem à memória de relatos de abuso a pessoas vulneráveis. Além da violência relacionada a esse “outro”, a palavra “minoría” é utilizada visando desqualificar essa porção da população. Por serem poucos (os que seriam beneficiados pela ESI) não deveriam interferir na vida da maioria da população (a que é defendida pelo CMHNTM). Dessa forma, o CMHNTM coloca-se como defensor de apenas uma parcela da população, a maioria, que - segundo esse discurso - não deveria ser importunada pela minoría. Ainda no texto “*Sobre el movimiento*”, selecionamos outra SD:

SD CMHNTM 19

Creemos, que “la libertad” es un derecho inalienable del ser humano que no puede ser relegado. En esta línea de pensamiento, y en concordancia con nuestra ley superior, **promovemos la libertad que no afecta a terceros**, que ayuda a la realización de la persona, pero también al crecimiento de la Sociedad (Art. 19 CN). (grifos nossos)

O movimento CMHNTM coloca-se como promotor da liberdade, assumindo que esse é um direito, mas ela corresponde a um tipo específico de liberdade, a “que não afeta terceiros”, que contribui com o “crescimento da sociedade”. A implementação da ESI não está defendida aí já que “afeta a terceiros”, já que atende aos interesses de uma “minoría” que importuna uma “maioría”, afetando a “família tradicional”. Essa leitura vai sendo validada em outros pontos do arquivo. O texto “*Vocero*”, por exemplo, equipara a defesa da família com a defesa de toda a sociedade:

SD CMHNTM 20

Como cita la C.A.D.H(convención americana de derechos humanos), que la familia es organismo natural y fundamental de la Sociedad, promovemos el

respeto a los padres, y su magisterio irremplazable sobre los hijos. Pues **al hacer esto, defendemos la Sociedad toda**, como cita la CADH. (Grifos Nossos)

A família aparece categorizada como um “organismo natural”, em oposição à irracionalidade com a qual a ESI é descrita no discurso do CMHNTM. Assim, vai se consolidando a polarização entre o que é benefício de “todos” e o que é benefício para a “minoría”. Tal polarização continua sendo criada no texto de apresentação “*Sobre el movimiento*”:

SD CMHNTM 21

Por esto, nuestra actuación **no debe ser vista como demandas de algún sector obscurantista o minoritario, sino como una demanda legítima y constitucional de un amplio sector de la sociedad**, como se ha podido advertir en movilizaciones varias veces millonarias. Nosotros defendemos el derecho de los padres a enseñar a sus hijos, y a elegir aquellos a quienes delegar la educación formal y su contenido. (Grifos Nossos)

A adversativa “no...sino” é utilizada para dizer que o CMHNTM não apresenta “demandas de algum setor obscurantista ou minoritário” e sim uma demanda “legítima e constitucional de um amplo setor de sociedade”. Estabelecendo o contraste “minoritário” versus “amplo setor”; entre “eles”, que querem pautar diversidade e pluralidade, em comparação com “nós”, que defendemos a manutenção da “cultura da família tradicional”.

Além disso, outra vez aparece a oposição “obscurantista” contra “legítimo”, “constitucional”. Vale lembrar que apesar do modo como a ESI é construída no discurso desse movimento como objeto discursivo, essa é uma lei já aprovada, é constitucional. O movimento recorre à Constituição Nacional e outros documentos legislativos no decorrer de seus textos de apresentação, utilizando-os como argumentos de autoridade contra a ESI, sempre ignorando este fato. Enquanto os princípios e valores promovidos por Mercado, os da “família tradicional”, são sempre repetidos como que precisam ser promovidos, pois “permitirão que seja alcançada uma sociedade melhor”.

3.2.2.2. Meus filhos, só meus, só os meus

No discurso do movimento CMHNTM, as reivindicações que beneficiam os filhos sempre são ditas por seus pais, os responsáveis por eles. São os pais que interpelam o Estado. Isso porque uma das construções de sentido feitas pelo discurso é a de que os filhos são vulneráveis e incapazes de defenderem-se, como vemos na SD a seguir:

Salud

En cuanto a la salud, tanto física como psicológica, tenemos por objetivo proteger a nuestros niños de ideas y mandatos provenientes de una minoría que busca violentar su inocencia mediante clases no consensuadas de educación sexual. Estamos en contra del aborto, y a favor de la vida. Esto implica un desarrollo sano desde temprana edad para todos los chicos, y nos esforzamos para que esto se cumpla.

Nesse texto, subtópico do texto “Educación sexual para nuestros hijos”, o substantivo “hijos” aparece categorizado como “niños” e também como “chicos”; e o objetivo do movimento é especificado como: proteger a inocência dessas crianças. No texto *Vocero*, Nestor Mercado reivindica ao Estado que “se mantenga al margen de la educación sexual de los menores de edad”, que é outra forma como os “hijos” são categorizados, como menores de idade. Essas categorizações contribuem para que a construção de “hijos” remeta à infância, para que ao ouvirmos as demandas do movimento sempre pensemos em crianças pequenas sendo influenciadas. É importante ressaltar que, apesar dessa imagem que é construída pelo CMHNTM, as demandas não são só para o ensino infantil.

Passaremos agora para a análise do modo como a construção discursiva do objeto “filhos” (*hijos*) no discurso do movimento CMHNTM e, em consequência, a construção dos “pais” (*padres*) e da relação entre eles acontece a partir da utilização do possessivo. Desde a formulação da designação, “*con mis hijos no te metas*”, os filhos são introduzidos no discurso do movimento a partir de sua relação familiar e antecidos pelo possessivo “meus” (*mis*).

Fora da designação, a palavra *hijos* aparece 17 vezes nos textos do site do movimento. Em 12 dessas aparições, o substantivo é precedido por um possessivo (*sus* ou *nuestros*). As 5 vezes em que a palavra “pais” (*padres*) aparecem nesse mesmo arquivo está acompanhando “filhos” (*hijos*). Essa utilização excessiva do possessivo produz um efeito de sentido de que os filhos são propriedades de seus pais, os responsáveis por eles. O protagonismo do movimento é dado a eles e a grande reivindicação deles é a de que possam controlar a educação de seus filhos. Aqui o plural “*padres*”, assim como acontece na utilização do substantivo “*hijos*”, é colocado no masculino genérico, as mães não aparecem nesse arquivo.

O uso do possessivo individual “*mis*” no lugar do coletivo “*nuestros*” na *designación* CMHNTM chama a atenção, pois, já que o movimento está em defesa da família tradicional o esperado seria que a menção à família nuclear formada por um casal heterossexual que contivesse pai, mãe e filhos, mas o que ocorre com o uso do “*mis*” é a referência a apenas um

dos genitores, apontando para outra característica da família tradicional, que é a manutenção do patriarcado. Os pais, homens, são os que comandam a família, os que têm voz e ação dentro da estrutura familiar e também nos requerimentos do movimento.

Essa construção dos “*hijos*” como uma propriedade que não é dividida nem entre maridos e esposas, se estende para o relacionamento com o resto da sociedade, o CMHNTM não é um movimento que abraça o coletivo. A escolha pela utilização do possessivo, que aparece flexionado na primeira pessoa do singular (*mis*) e não do plural (*nuestros/nuestras*), como seria esperado por designar um grupo, no nome do movimento - ainda que em alguns pontos do corpus apareça coletivizada (*nuestros*) - indica que cada um de seus membros defende os seus filhos, a sua família, e não a comunidade a qual pertencem ou um coletivo de crianças. A partir dessa leitura, notamos que o empenho por soluções individuais e a ideia de que cada um cuida de seus filhos, apontando para uma postura liberal que não abre espaço para a busca de uma solução que seja comunitária, o(s) outro(s) não é/são considerado(s).

Esse discurso está na contramão do que propõem, por exemplo, os movimentos de mulheres aos quais o CMHNTM responde (*Marea Verde*) ou que seu discurso tenta retomar a memória (*Madres de la Plaza de Mayo*). As mulheres que pedem pela interrupção involuntária da gravidez reivindicam um direito que é de toda mulher ou pessoa gestante. As *Madres de la plaza* reivindicam até hoje os direitos de todos os filhos e netos desaparecidos, cada notícia de um neto ou neta descobertos é celebrada coletivamente. No caso do CMHNTM, ao invés de um pensamento coletivo temos a ênfase à individualidade, o que coloca este enunciado em uma Formação Discursiva que valoriza escolhas e responsabilidades individuais.

Em “*Todos Son Mis Hijos*” (2016), documentário dirigido por Ricardo Soto Uribe, cujo título foi elaborado utilizando o mesmo possessivo: *Mis hijos*, é contada a história da trajetória das *Madres de la Plaza de Mayo*. Em seu cartaz de divulgação (figura 13) o título do documentário aparece bordado em um lenço branco, remetendo aos bordados dos nomes dos filhos da época da formação dessa associação.

Figura 13 - Cartaz de divulgação do documentário “*Todos son mis hijos*”



“*Todos Son Mis Hijos*” mostra como dentro da associação *Madres de la Plaza de Mayo* cada mãe se responsabiliza por seu filho e também pelos filhos de todas as outras mães. Em um ponto do documentário, uma das mães conta do momento em que elas deixaram de bordar os nomes de seus filhos nos lenços, para individualizar sua reivindicação, por entenderem que estavam coletivamente envolvidas naquela busca. Outro ponto pertinente e que distancia radicalmente o movimento CMHNTM das *madres* (mães, um movimento de mulheres, organizado por mulheres, com mulheres protagonizando a causa) é o respeito que essas mulheres demonstram pelas escolhas de seus filhos, escolhas essas que, em alguns casos, os levaram a ser capturados pelo regime militar, enquanto o CMHNTM pleiteia o domínio dos conteúdos aos quais seus filhos podem ter acesso.

Selecionamos algumas SDs, a primeira da lista *Sí Queremos* e as outras do texto *Sobre el Movimiento*, a partir das quais podemos pensar em como essa relação pais (e famílias) e filhos é construída:

SD CMHNTM 23

(Sí queremos) Que la **Familia** tenga participación directa como agente primaria y natural de la Educación, ejerciendo la responsabilidad parental al encausar a sus hijos de acuerdo a su visión social de la sexualidad.

SD CMHNTM 24

En esa línea de pensamiento rector de la CN, nuestro Movimiento reclama para los **padres**, el derecho a la formación de **sus hijos**, conforme al valor fundamental de la familia, célula básica de la Sociedad.

SD CMHNTM 25

Como cita la C.A.D.H(convención americana de derechos humanos), que la familia es organismo natural y fundamental de la Sociedad, promovemos el respeto a los **padres**, y su magisterio irremplazable sobre **los hijos**. Pues al hacer esto, defendemos la Sociedad toda, como cita la CADH.

SD CMHNTM 26

Nosotros defendemos el derecho de los **padres** a enseñar a **sus hijos**, y a elegir aquellos a quienes delegar la educación formal y su contenido.

SD CMHNTM 27

Es inevitable después de leer estos art. De la ley, concluir que **la familia** no puede quedar para nada fuera de la educación de **los hijos**, tanto sea de la participación, como de la responsabilidad de la enseñanza y la calidad de la misma.

Essas SDs ressaltam, além da construção da imagem dos filhos como posses de seus pais e não como sujeitos de direitos, uma camada mais interior do discurso do movimento, que é o combate ao ensino de educação sexual nas escolas argentinas e, mais especificamente, a tentativa de controle por parte dos pais sobre os conteúdos aos quais seus filhos terão acesso durante a formação de suas subjetividades, visando moldar o que eles poderão vir a ser e pensar a partir da perspectiva exclusiva de suas famílias.

O possessivo também aparece no texto da seção *Contacto*:

SD CMHNTM 28

Hagamos respetar los derechos humanos de nuestros hijos

El movimiento pro-vida busca proteger los derechos humanos de nuestros hijos. Con la consigna Con mis hijos no te metas, promovemos la cultura de la familia tradicional, los valores y el desarrollo correcto de la sexualidad. Hagamos valer nuestros derechos humanos. Sumemos más gente a la causa.

Os Direitos Humanos são citados dentro do discurso do movimento CMHNTM também acompanhados do uso de um possessivo. Dessa vez utilizado na conjugação da primeira pessoa do plural (*nuestros*), “*los derechos humanos de nuestros hijos*”. Como se houvesse grupos diferentes de Direitos Humanos que servissem para uns e não para os outros. É importante lembrar que o nome da declaração adotada e proclamada pela *Assembleia Geral das Nações Unidas*, em 10 de dezembro 1948, é *Declaração Universal dos Direitos*

*Humanos*³⁵. A corruptela “universal” está aí justamente reforçando o caráter global desses direitos. E, em seu preâmbulo, essa universalidade dos direitos (e das liberdades) é ressaltada:

Considerando que os Países-Membros se comprometeram a promover, em cooperação com as Nações Unidas, o respeito universal aos direitos e liberdades fundamentais do ser humano e a observância desses direitos e liberdades,

Tanto ao sugerir que seja elaborada uma “*Educación sexual para **nuestros** hijos*”, quanto ao demandar que sejam respeitados os direitos humanos deles (*Hagamos respetar los derechos humanos de **nuestros** hijos*”), o movimento demarca o interesse no controle ao que será oferecido a eles dentro das escolas.

³⁵ Disponível em: <<https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>>. Acesso em: 02 jan. 2022.

CAPÍTULO 4: O DISCURSO DO MOVIMENTO “ESCOLA SEM PARTIDO”

4.1. O PORTAL ESCOLASEMPARTIDO.ORG

Analisaremos agora a maneira como o site *escolasempartido.org*³⁶ foi organizado. Nosso objetivo com essa análise é mostrar como a disposição desse espaço, que abriga as textualidades do movimento *Escola Sem Partido*, complementa a construção dos sentidos efetuada pelos textos verbais que analisamos. Começaremos este trabalho percorrendo a página principal do site, analisando as imagens em destaque, comentando a maneira como as seções foram indexadas; para, em seguida, comentar também o conteúdo de algumas dessas seções.

4.1.1. O que é o Escola Sem Partido?

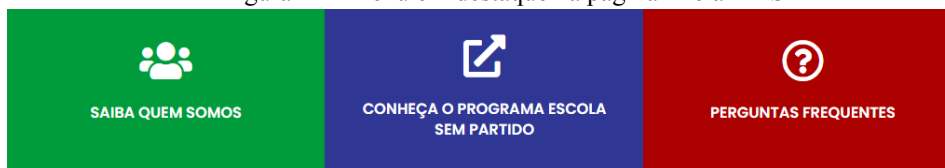
Se na AD os sentidos nunca estão estabilizados e há sempre espaço para os deslizamentos de sentido, isso não é diferente com o discurso do *Escola Sem Partido*, a partir do qual o sentido do sintagma “partido” é colocado em conflito e há a desestabilização dele. Ao mesmo tempo, também sempre existem novas tentativas de estabilização. Percebemos um esforço na própria construção do site do movimento para que o que é dito por ele seja considerado suficiente para definir *o que é o movimento*, a verdade sobre ele, como se isso fosse possível.

Assim como o site do CMHNTM, nesse também existe um menu com o nome das seções na parte superior da página principal. Do centro ao canto superior direito as seções estão divididas em “home”, “quem somos”, “programa ESP”, “blog” e “perguntas e respostas”. Além disso, existe também outro menu em destaque logo abaixo da imagem central da página de rosto, em retângulos coloridos, são colocadas em evidência as seguintes seções: “saiba quem somos”, “conheça o programa ESP” e “perguntas frequentes” (Figura 14).

Começamos comentando o destaque para a seção “quem somos”, que se desdobra em: “apresentação”, “sobre nós”, “objetivos” e “o programa”. Uma multiplicidade de textos a partir dos quais tenta-se construir a imagem do movimento, esse excesso de explicações revela o esforço de conter os sentidos que definem o que é esse movimento.

³⁶ Disponível em: <<http://escolasempartido.org/>>.

Figura 14 - Menu em destaque na página inicial - ESP



Fonte: Elaborado pela autora (2022)

Outra seção que ganha destaque nesse menu colorido (figura 14), é a de “Perguntas frequentes”, que redireciona os leitores para o item “Perguntas e respostas” do menu principal, página em que estão reunidas 25 perguntas e respostas. Além delas, também são respondidas outras 10 questões na parte de “Perguntas Frequentes. São perguntas variadas, tais como: “O ESP é de direita?”, “A doutrinação é um problema grave na educação brasileira?”, “O que é o programa ESP?”, “O programa ESP é ideológico?”, “O programa ESP é realmente Sem Partido?”, que tentam responder algumas dúvidas que a existência do programa possa despertar. Como se apenas o que está compreendido nesse material fosse o suficiente para definir o movimento e todas as explicações possíveis estivessem contidas ali. Todas essas perguntas foram elaboradas anteriormente à criação da página, não existe indicações de que sejam perguntas que tenham sido feitas por leitores ou pessoas interessadas pelo movimento.

Para exemplificar o tipo de questão que é feita e respondida nesses espaços, selecionei uma das perguntas da seção Perguntas e Respostas, que tenta apreender os objetivos do movimento:

Então, qual é a agenda do ESP?

Nossa luta se concentra nos seguintes objetivos:

1) Descontaminação e desmonopolização política e ideológica das escolas
– Sabemos que o conhecimento é vulnerável à contaminação ideológica e que o ideal da perfeita neutralidade e objetividade é inatingível. Mas sabemos também que, como todo ideal, ele pode ser perseguido. Por isso, sustentamos que todo professor tem o dever ético e profissional de se esforçar para alcançar esse ideal.

Paralelamente, é fundamental que as escolas adotem medidas concretas para assegurar o direito dos alunos ao pluralismo de ideias. É certo que toda ideologia – seja de esquerda, de direita ou de outro gênero – atrapalha a nossa compreensão da realidade; mas nada atrapalha mais essa compreensão do que ver o mundo sob as lentes de uma única ideologia.

2) Respeito à integridade intelectual e moral dos estudantes

– Na sala de aula, o professor é a autoridade máxima. Os alunos devem respeitá-lo e obedecê-lo. Por isso, não é ético que o professor se aproveite dessas circunstâncias — isto é, da situação de aprendizado — para fazer a cabeça dos alunos.

3) Respeito ao direito dos pais a que seus filhos recebam a educação moral que esteja de acordo com suas próprias convicções

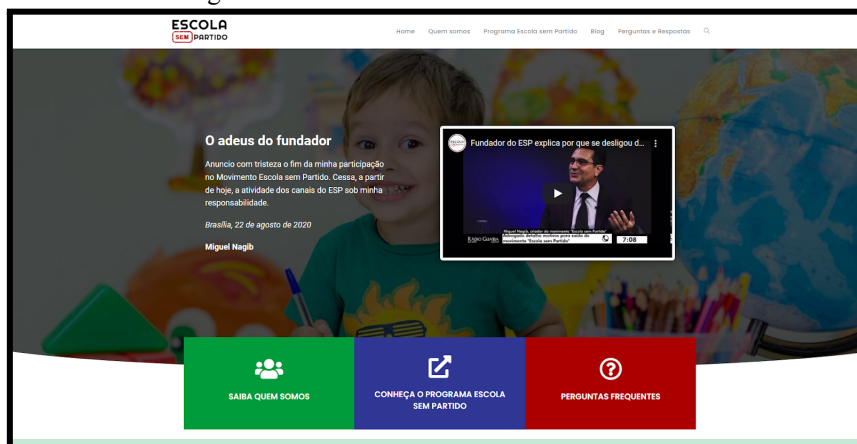
– Esse direito é expressamente previsto na Convenção Americana de Direitos Humanos.

4.1.2. O aluno que o Escola Sem Partido protege

Embora o ESP seja descrito em uma frase de destaque, na página inicial do site, como “a mais importante e consistente iniciativa contra o uso das escolas e universidades para fins de propaganda ideológica, política e partidária” e, no texto *Sobre Nós*, como um movimento preocupado com o ensino nas “escolas brasileiras, em todos os níveis: do ensino básico ao superior”, a imagem que aparece em destaque no site (ainda que recentemente escurecida e sobreposta pelo “adeus do fundador” - figura 15) é a fotografia de uma criança, incompatível com a representação dos alunos dos níveis Fundamental II, Médio e Superior, que são crianças maiores, adolescentes e adultos, respectivamente.

Além disso, essa criança está em um cenário com papel de parede colorido, materiais de papelaria em destaque, em uma escola de educação infantil. A construção infantilizada desse objeto discursivo e cenário torna as denúncias feitas pelo movimento ainda mais graves, porque são crianças, em escolas primárias, as “vítimas” em destaque.

Figura 15 - Print da folha de rosto do site - ESP



Fonte: Elaborado pela autora (2022)

A utilização desta imagem corrobora com o imaginário de vulnerabilidade que se constrói sobre os alunos quando estes são tomados como objetos de discurso por esse movimento. A seguir, a partir da seleção de algumas sequências discursivas, feita com base na busca pelos verbetes “alunos” e “estudantes”, tentamos mostrar essa construção.

Os alunos são categorizados reiteradamente como vítimas, seja de seus professores ou de um “esquema de doutrinação”:

SD ESP 1

Ocorreu-nos, então, a idéia de divulgar **testemunhos de alunos, vítimas desses falsos educadores**. Abrir as cortinas e deixar a luz do sol entrar. (Sobre nós);

SD ESP 2

O Escola sem Partido, foi criado para dar visibilidade a um problema gravíssimo que atinge a imensa maioria das escolas e universidades brasileiras: a instrumentalização do ensino para fins ideológicos, políticos e partidários. E o modo de fazê-lo é **divulgar o testemunho das vítimas, ou seja, dos próprios alunos**. (Objetivos);

SD ESP 3

Então, para que o programa?

Para informar os estudantes sobre o direito que eles têm de não ser doutrinados e manipulados por seus professores. Uma vez informados, **os estudantes — que são as vítimas da doutrinação** — aprenderão a se defender das condutas abusivas eventualmente praticadas por seus professores militantes. (Perguntas Frequentes);

SD ESP 4

Isso é necessário?

Não seria necessário, se a prática da doutrinação política e ideológica em sala de aula não estivesse, como está, disseminada por todo o sistema de ensino. Segundo pesquisa realizada pelo Instituto Sensus em 2008, 80% dos professores reconhecem que o seu discurso em sala de aula é “politicamente engajado”. Esses números **corroboram a percepção de muitos alunos e ex-alunos, que se reconhecem como vítimas da doutrinação política e ideológica em sala de aula**.

Considerando que **a maior parte dessas vítimas é formada por indivíduos vulneráveis, em processo de formação**, o Poder Público deve agir preventivamente para proteger esses indivíduos contra essa prática antiética e ilícita, que se desenvolve no segredo das salas de aula. É isto o que prescreve o artigo 70 do ECA.

Seja como for, a Constituição assegura ao estudante, como a qualquer brasileiro, o direito de ser informado sobre seus próprios direitos. Nisso consiste a essência do conceito de cidadania. (Perguntas Frequentes) (grifos nossos)

Alguns deles, como os descritos na sequência discursiva 4, conseguem perceber-se como ocupantes do papel de vítima, seja enquanto são alunos ou após a saída da escola (ex-alunos). A possibilidade dessa vitimização ocorre por serem frágeis, vulneráveis, dentro do processo educacional:

SD ESP 5

O programa não tira a autoridade do professor em sala de aula?

A autoridade do professor já está na lona, e não é por culpa do ESP nem dos alunos, que entram na escola aos 4 anos de idade! Ou seja, se eles chegam aos 15 sem respeitar seus professores, só podemos concluir que isso

acontece por culpa dos próprios professores e do ambiente de indisciplina e falta de hierarquia dentro das escolas.

Os responsáveis pelas políticas públicas na área da educação são professores, isto é, gente da área. Cabe a essas pessoas adotar medidas eficazes para restaurar a autoridade do professor. **O que não se pode é manter os alunos (que são a parte mais fraca) na ignorância dos seus direitos**, a pretexto de não debilitar a autoridade do professor. (Perguntas Frequentes)

SD ESP 6

O que é necessário para que os cartazes com os deveres do professor sejam afixados nas salas de aula?

Considerando que os deveres do professor já existem, e que os estudantes têm direito de conhecê-los, basta que os gestores das escolas — sejam elas públicas ou particulares — determinem essa providência. Aliás, todo professor comprometido com a ética deveria informar seus alunos sobre a existência desses deveres.

Mas, para que a adoção das medidas protetivas não fique dependendo da boa-vontade das escolas e dos professores — **o que prejudicaria os estudantes, que são a parte mais fraca da relação de aprendizado** —, o Movimento Escola sem Partido elaborou um anteprojeto de lei que institui o Programa Escola sem Partido nos sistemas de ensino dos Estados e dos Municípios.

Projetos de lei inspirados nesse anteprojeto já foram apresentados no Congresso Nacional e em diversas Assembleias Legislativas e Câmaras de Vereadores. (Perguntas Frequentes).

Essas formulações que determinam os alunos como “a parte mais fraca” coloca-os em uma relação de poder e antagonismo com seus próprios professores. Cabe aqui também mostrar como o professor é construído enquanto objeto discursivo pelo ESP:

SD ESP 7

“**ofende** a liberdade de consciência do estudante; **afronta** o princípio da neutralidade” (O Programa);

SD ESP 8

“**usurpação** do direito dos pais dos alunos sobre a educação moral dos seus filhos” (Perguntas Frequentes);

SD ESP 9

“o direito de tentar **impor** suas opiniões aos alunos nem o de omitir ou apresentar de forma distorcida pontos de vista concorrentes sobre a matéria” (Perguntas Frequentes);

SD ESP 10

“A pretexto de transmitir aos alunos uma “visão crítica” da realidade, um exército organizado de militantes travestidos de professores **abusa** da liberdade de cátedra e se aproveita” (Sobre Nós);

Chamamos atenção para a seleção de verbos e a nominalização, que tem majoritariamente uma carga de sentidos negativa quando direcionada a esses profissionais.

Segundo essa seleção, os professores “ofendem, usurpam, afrontam, impõem, abusam”. Esse tipo de comportamento ocorre por causa da hierarquia da relação professor/alunos, que é, segundo a construção que o discurso do movimento faz, vantajosa para os professores:

SD ESP 11

“presença obrigatória dos alunos em sala de aula” (Perguntas Frequentes);
“abusar da audiência cativa dos alunos para promover” (Perguntas Frequentes);

SD ESP 12

“já que os alunos são OBRIGADOS a assistir às aulas do professor.” (Perguntas Frequentes);

SD ESP 13

“O estudante, em sala de aula, se encontra numa situação especialíssima, pois, além de ser obrigado a escutar e aprender o conteúdo transmitido por seu professor, ele deve ser capaz de reproduzir esse conteúdo se quiser obter boas notas e ser aprovado.” (Perguntas e Respostas);

SD ESP 14

“os alunos são submetidos à influência de professores” (Perguntas e Respostas);

SD ESP 15

“Intelectualmente, portanto, o aluno está submetido à autoridade do seu professor.” (Perguntas e Respostas);

SD ESP 16

“Os alunos são obrigados a escutar o que ele está dizendo – e a escutar com atenção, pois poderão ser cobrados a respeito” (Perguntas e Respostas);

SD ESP 17

“os alunos sejam obrigados a seguir os cursos de um professor” (Perguntas e Respostas);

SD ESP 18

“Os alunos devem respeitá-lo e obedecê-lo.” (Perguntas e Respostas);

O professor é construído como uma figura de autoridade que não pode ser contestada. Pelo menos essa é a construção predominante, embora também haja momentos, como na SD ESP 5, em que a autoridade dos professores aparece contestada. Pois, assim como os sentidos de “alunos”, os sentidos de “professor” também deslizam. A sala de aula é representada quase como uma prisão e a prática docente e o processo de aprendizado como uma transmissão unilateral de conteúdos a serem decorados e repetidos pelos alunos.

E é por causa dessa relação que o movimento ESP apresenta sua proposta de informar os estudantes:

SD ESP 19

orientar o comportamento de estudantes e pais quanto à melhor maneira de enfrentar o problema” (Objetivos);

SD ESP 20

“informar os alunos sobre a existência dos deveres do professor (Perguntas Frequentes)”;

SD ESP 21

“Ao conhecer esses deveres, o estudante poderá avaliar se eles estão sendo respeitados pelo professor.” (Perguntas Frequentes);

Como os sentidos nunca estão estabilizados, acontecem deslizamentos e novas tentativas de estabilização no decorrer dessa construção e os mesmos alunos que são categorizados como “vítimas” também são categorizados como sujeitos de direitos, de vários direitos. Utilizando os termos dos próprios textos esses são alguns desses direitos: “à educação, à impessoalidade, à laicidade, ao pluralismo de ideias, à liberdade de consciência, à liberdade de crença, de não serem doutrinados, à liberdade de aprender”. Como vemos nas SDs a seguir:

SD ESP 22

“(…) conscientização dos estudantes sobre o seu direito à educação, à impessoalidade, à laicidade, ao pluralismo de ideias e à liberdade de consciência e de crença.” (Objetivos);

SD ESP 23

“(…) basta informar e educar os alunos sobre o direito que eles têm de não ser doutrinados por seus professores.” (O Programa);

SD ESP 24

“(…) não está cerceando a livre manifestação do pensamento de ninguém, mas, sim, o direito dos alunos à educação, ao pluralismo de ideias e à liberdade de aprender.” (Perguntas Frequentes);

SD ESP 25

“(…) o direito dos alunos ao pluralismo de ideias.” (Perguntas e Respostas);

SD ESP 26

“assegura ao estudante, como a qualquer brasileiro, o direito de” (Perguntas Frequentes);

“o direito do estudante de não ser doutrinado” (Perguntas e Respostas);

SD ESP 27

“Além de conscientizar os estudantes **dos seus direitos** – o que é uma questão de estrita cidadania –; e de dar-lhes os *meios de que eles necessitam para se defender.*” (Perguntas e Respostas);

SD ESP 28

“(…) os alunos pelo menos **saberão que seus direitos estão sendo violados.**”
(Perguntas Frequentes);

SD ESP 30

“Para informar os estudantes **sobre o direito que eles têm** (…)” (Perguntas Frequentes);

Entre os direitos listados, destacamos os direitos à laicidade e à impessoalidade, que fariam mais sentido se referidos a uma instituição, como a escola, e não a pessoas. Veremos na análise dos “Deveres dos professores”, a partir da qual destacamos como o objeto de discurso “professores” personaliza a crítica empreendida pelo ESP, que recai majoritariamente sobre esses profissionais, sem que sejam questionadas as estruturas em que eles estão implicados. Da mesma maneira, ao projetar um aluno laico ou impessoal, aponta-se para os sujeitos e não para as instituições das quais ele participa.

Também nos chama a atenção a ênfase dada à necessidade de conscientizar e informar os alunos sobre seus direitos, para que eles saibam que “estão sendo violados”. Essa ideia de violação reforça a debilidade dos alunos, sua posição de vítimas, que necessitam elaborar meios de defesa.

Os alunos vulneráveis vão de vítimas à sujeitos de direitos, que precisam ser informados sobre seus direitos; depois passam a sujeitos informados de seus direitos até chegarem a ser atuantes não só em defesa própria como também na de outros alunos vulneráveis, sujeitos atuantes do movimento ESP, aptos a fiscalizar seus professores.

SD ESP 31

“(…) membros da comunidade escolar – pais, alunos, educadores, contribuintes e consumidores de serviços educacionais” (Sobre Nós);
apoiar iniciativas de estudantes e pais destinadas a combater a doutrinação ideológica, seja qual for a sua coloração” (Objetivos);
“Os estudantes e seus pais podem e devem reclamar;” (Perguntas e Respostas);

E essa atuação como fiscal é dita de forma explícita:

SD ESP 32

Os professores serão fiscalizados pelos alunos?
O objetivo do projeto é informar os alunos sobre a existência dos deveres do professor. Ao conhecer esses deveres, o estudante poderá avaliar se eles estão sendo respeitados pelo professor. Nesse sentido, **podemos dizer que os alunos irão “fiscalizar” a conduta do professor à luz dos deveres previsto**

no cartaz. Na sala de aula, ninguém mais poderia fazer isso por eles.
(Perguntas Frequentes)

Embora a imagem da folha de rosto do site do movimento ESP seja a de uma criança indefesa, simbolizando os alunos por ele protegidos, os textos verbais vão mostrando outros sentidos para os alunos, completando um percurso que vai de vítima a vigia.

Importante também destacar que a criança da figura 15 é uma criança branca, de cabelos loiros e lisos, distante do perfil das crianças que predominantemente frequentam as escolas públicas brasileiras.

4.1.3. Como propor um Projeto de Lei

A aba dedicada ao *Programa Escola Sem Partido*, que trata do PL divulgado pelo movimento, está subdividida em três partes:

- O cartaz *Deveres do Professor*, que analisaremos no tópico 4.1.5. *Queremos “apenas isso”*, introduzido por um parágrafo que destaca que a divulgação dele é a meta do PL:

SD ESP 33

O Programa Escola sem Partido é uma proposta de lei — federal, estadual e municipal — que torna obrigatória a afixação, em todas as salas de aula do ensino fundamental e médio, de um cartaz com os seguintes dizeres:

- A seção *Faça a sua parte* que mostra o caráter instrucional do movimento ESP, com indicações de como fazer o PL chegar a parlamentares que possam apresentá-lo, a nível municipal e estadual, seguido de links de acesso aos textos integrais dos anteprojeto a serem apresentados para os políticos e também dos decretos a serem propostos nas casas legislativas (Figura 2):

SD ESP 34

Deseja levar o Programa Escola Sem Partido para seu estado ou município?
É muito simples:

- Identifique** um deputado ou vereador comprometido com causas relacionadas a liberdade, educação e família.
 - Envie** uma mensagem expondo sua preocupação com a questão da doutrinação política e ideológica nas escolas do seu estado ou município.
 - Se possível, **marque** uma reunião para sugerir a apresentação do Projeto de Lei que institui o Programa Escola Sem Partido. **Não esqueça** de levar o anteprojeto de lei! (grifos nossos)
-

A SD apresenta características do texto injuntivo: instruções objetivas, divididas em apenas três passos, no modo imperativo (identifique, envie, marque, não esqueça), ensinando os interessados pelo movimento a como agir para a divulgação do PL. Esse texto instrucional está voltado a ensinar pessoas que provavelmente não tem proximidade com esse tema, na tentativa de estreitar a relação entre cidadãos e legisladores.

- E as *Perguntas frequentes* sobre esse tema.

Essa parte do site nos apresenta o caráter instrucional do movimento, é nela que, após conhecer e saber mais sobre o ESP, os interessados pelo funcionamento do programa podem informar-se a respeito de como agir para sua difusão. Um passo a passo para que os seguidores ajam na divulgação da lei que querem ver aprovada, para que ajam pela sua votação.

4.1.4. Denúncias anônimas

Na *home* do site, outro ponto que se destaca é o espaço reservado para os “Depoimentos” que tem como fundo silhuetas escuras, de pessoas que estão falando, gesticulando, escondidas por sombras que garantem o anonimato dos depoentes (figura 16).

Figura 16 - Print da seção de depoimentos - ESP



Fonte: Elaborado pela autora (2022)

Há uma diferença entre essa imagem e as das manifestações do CMHNTM, analisadas no tópico 3.1.3. “*La ola celeste*”. Enquanto aquelas são um chamado ao exercício da cidadania, com a ocupação das ruas, a imagem do site do ESP sugere que seus adeptos podem proteger suas identidades, denunciando de forma anônima. No PL escrito por Miguel Nagib, o artigo 10 trata justamente disso: “O Poder Público contará com canal de comunicação destinado ao recebimento de reclamações relacionadas ao descumprimento desta Lei, assegurado o anonimato”.

Os cidadãos (pais e alunos) são chamados a acompanhar o trabalho dos professores para, se necessário, ocuparem o papel de denunciadores do trabalho deles, a partir de um olhar dominador e vigilante que “faz funcionar o projeto de uma visibilidade universal, que agiria em proveito de um poder rigoroso e metuculoso”, onde “cada camarada torna-se um vigia” ajudando com que um grande número de pessoas possa ser controlado por pequenos grupos, como Foucault (2013, p. 326-327) discorre em seu artigo *O olho do poder* ao explicar o Panóptico de Bentham.

Essa leitura complementa a que fizemos sobre os alunos no tópico 4.1.2. *O aluno que o Escola Sem Partido protege*. De que os “alunos” vão, dentro desse discurso, do papel de vítimas ao de vigias. Tal posicionamento é previsto pelo movimento, como vemos nas perguntas que falam do relacionamento professor/aluno na sala de aula:

SD ESP 35

Os professores serão fiscalizados pelos alunos?

O objetivo do projeto é informar os alunos sobre a existência dos deveres do professor. Ao conhecer esses deveres, o estudante poderá avaliar se eles estão sendo respeitados pelo professor. Nesse sentido, podemos dizer que os alunos irão “fiscalizar” a conduta do professor à luz dos deveres previsto no cartaz. Na sala de aula, ninguém mais poderia fazer isso por eles. (grifos nossos)

SD ESP 36

Isso não pode gerar uma tensão no relacionamento professor-aluno?

É possível; vai depender do comportamento dos professores e do trabalho que for feito pelas escolas com os alunos e seus pais. Os professores deverão agir com prudência em sala de aula para não transmitir aos alunos a impressão de estar desrespeitando os deveres explicitados no cartaz. Se isso acontecer, eles poderão ter problemas. (grifos nossos)

Na SD ESP 36 os professores são responsabilizados pelas atitudes que os alunos possam vir a tomar após “terem a impressão” de que os professores não estão cumprindo com seus deveres. Discorreremos mais sobre o assunto no próximo tópico.

4.1.5. Queremos “apenas isso”

A existência de alunos que são “vítimas” supõe a existência de culpados. Neste tópico trataremos dos sujeitos que ocupam essa posição dentro do discurso do ESP, os professores. Embora haja, como vimos anteriormente, a tentativa de minimizar o que o gesto da colagem dos cartazes *Deveres dos professores* nas salas de aula significa, ao analisar os demais textos que compõem o portal, perceberemos como esses assuntos sinalizados no cartaz são retomados no discurso do movimento.

Nossa hipótese é a de que apesar da proposta do movimento e do PL que ele divulga parecer ingênua ao apenas sugerir tornar obrigatória a afixação de um cartaz, tal ação aponta para a construção de um ambiente de vigilância e de ameaça aos professores, principalmente se pensarmos no que vínhamos descrevendo nos dois tópicos anteriores. Ainda que pais e/ou alunos que simpatizam com o movimento não concretizem uma denúncia e/ou não se mobilizem para a aprovação do PL ESP, ao aproximarem-se do pensamento do movimento eles têm acesso a certa imagem dos professores e dos estabelecimentos de ensino que são produzidas por esse discurso e essa imagem pode permanecer no imaginário que eles têm sobre esses assuntos.

A SD ESP 37, trecho do texto “O programa”, reafirma ser “isso e apenas isso” o que o programa propõe:

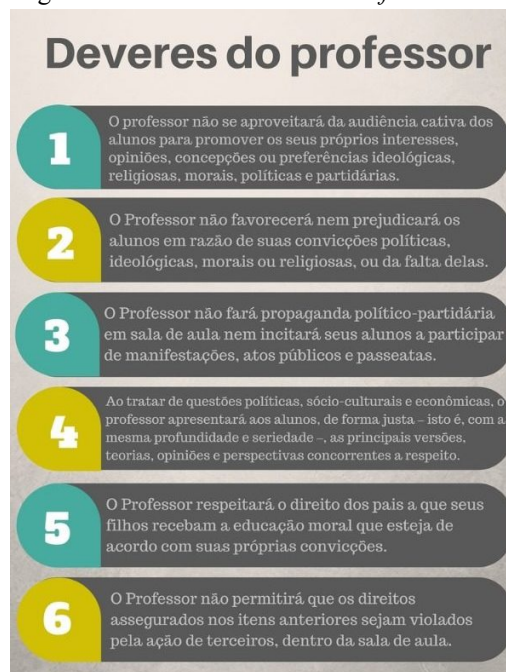
SD ESP 37

Que fazer para coibir esse abuso intolerável da liberdade de ensinar, que se desenvolve no segredo das salas de aula, e tem como vítimas indivíduos vulneráveis em processo de formação?

Nada mais simples: basta informar e educar os alunos sobre o direito que eles têm de não ser doutrinados por seus professores; basta informar e educar os professores sobre os limites éticos e jurídicos da sua liberdade de ensinar. **É isso, e apenas isso, o que propõe o Escola sem Partido nos anteprojeto de lei** que se veem abaixo.

Apresentamos agora a leitura que fizemos desse cartaz:

Figura 17 - Cartaz *Deveres do Professor* - ESP



Fonte: Elaborado pela autora (2022)

SD ESP 38:

1. O professor **não se aproveitará** da audiência cativa dos alunos para **promover** os seus próprios *interesses, opiniões, concepções ou preferências ideológicas, religiosas, morais, políticas e partidárias*.
2. O professor **não favorecerá nem prejudicará** os alunos em razão de suas convicções **políticas, ideológicas, morais ou religiosas**, ou da falta delas.
3. O professor **não fará** propaganda político-partidária em sala de aula **nem incitará** seus alunos a participar de manifestações, atos públicos e passeatas.
4. Ao tratar de questões **políticas, sócio-culturais e econômicas**, o professor **apresentará** aos alunos, de forma justa – isto é, com a mesma profundidade e seriedade –, as principais *versões, teorias, opiniões e perspectivas* concorrentes a respeito.
5. O professor **respeitará** o direito dos pais a que seus filhos recebam a educação moral que esteja de acordo com suas próprias convicções.
6. O professor **não permitirá** que os direitos assegurados nos itens anteriores sejam violados pela ação de terceiros, dentro da sala de aula. (grifos nossos)

Antes de analisar cada um dos seis itens, apontamos para a escolha do local em que os cartazes deverão ser fixados, a **sala de aula**, pensando nos possíveis sentidos que tal decisão pode despertar. O espaço da sala de aula é frequentado tanto por professores quanto por alunos e geralmente esse é o local de maior interação entre eles dentro do ambiente escolar.

Comentamos, no *tópico 4.1.2. O aluno que o Escola Sem Partido protege* sobre como esse espaço é representado como uma prisão onde o aluno é obrigado a estar. O item 1 dos deveres reafirma isso ao dizer que os professores têm a “audiência cativa dos alunos”:

SD ESP 38 1

O professor não se aproveitará da audiência cativa dos alunos para promover os seus próprios *interesses, opiniões, concepções ou preferências ideológicas, religiosas, morais, políticas e partidárias*.

Tal afirmação revela a imagem sobre educação que o discurso do movimento utiliza: os alunos são como um auditório para o professor, eles somente assistem às aulas e não tem um papel ativo na construção do conhecimento que lhes é, sob essa perspectiva, depositado.

A decisão de fixar os *Deveres do Professor* em um local em que podem ser lidos por professores e também por alunos, faz com que os primeiros além de serem alertados acerca de seus deveres também se preocupassem com a vigilância dos segundos, que estarão

observando sua conduta a partir das informações trazidas pelo cartaz. No texto “O programa” (SD ESP 37) essa é a solução apresentada para resolver o “abuso intolerável da liberdade de ensinar” que pode vir a ser praticado pelos professores.

Importante destacar que o discurso do programa sempre demarca que o trabalho do professor é livre, eles têm “liberdade de ensinar”, como se nenhuma legislação ou norma regesse seu ofício. Cada professor é responsabilizado individualmente, como se não respondessem a uma hierarquia dentro do sistema de ensino.

O texto denuncia que no “segredo das salas de aula” os professores “abusam da liberdade de ensinar”. Além de utilizar a metáfora do abuso, essa ação é definida como “intolerável”, já que está dirigida a “indivíduos vulneráveis em processo de formação”. E a solução apresentada para esse problema é a informação e a educação. Os alunos devem ser informados e educados sobre o seu direito de “não ser doutrinado” e os professores informados e educados sobre “os limites éticos e jurídicos de sua liberdade de ensinar”. Essa é a função do cartaz, “apenas” essa.

Nesse sentido, outro ponto a ser destacado é a escolha do título da lista: *Deveres do professor*. A opção pelo vocábulo “dever” ao invés de algum sinônimo que pudesse atenuar seu peso, funcionando como um eufemismo, tal como “responsabilidades”, “atribuições”, “compromissos”, dentro do contexto de veiculação, pode levar ao constrangimento do professor. Ademais, uma vez que os deveres dos professores estão expostos para professores e alunos, seria coerente também listar os deveres dos alunos, para que esses aprendam que também têm compromissos com a comunidade escolar. Ou ainda, ao lado dos *deveres* dos professores, poderiam ser listados também seus direitos, para que também esses fossem publicamente conhecidos, mas o que veremos são os *Deveres dos Professores* que visam salvaguardar os “direitos dos alunos”, conduzindo ao efeito de sentido de que professores têm somente deveres e os alunos somente direitos.

Os deveres aparecem em lista, enumerados de 1 a 6, todos com verbos conjugados no futuro do presente, em sua maioria, acompanhados de uma negação (em negrito, na SD ESP 38), expressando uma série de ordens que prescrevem como deve ser o comportamento do professor em sala de aula: “não se aproveitará”, “não favorecerá nem prejudicará”, “não fará... nem incitará”, “apresentará”, “respeitará”, “não permitirá”.

Se tais comportamentos precisam ser prescritos é porque é levantada uma série de suspeitas quanto à atuação dos professores, segundo os quais eles:

- A. aproveitam-se da audiência cativa dos alunos;
- B. favorecem ou prejudicam certos alunos;
- C. fazem propaganda político-partidária;
- D. incitam alunos a participar de manifestações;
- E. não apresentam de forma justa perspectivas que sejam concorrentes às que ele prefere;
- F. não respeitam os direitos dos pais.

Dando sequência à nossa análise, examinamos o conteúdo de cada item da lista, buscando apontar a maneira como o movimento elabora a construção da imagem dos professores, de seu papel dentro da sala de aula e de sua contribuição para a educação como um todo.

Começamos pela seleção lexical. Ao referir-se à prática docente, a escolha é quase sempre por verbos que indicam ações de valor semântico negativo, como: “aproveitar-se”, “incitar”, “promover”, “prejudicar” (destacados em negrito e sublinhados na SD ESP 38), e em nenhum momento o professor é visto como alguém que “leciona”, “ministra”, “instrui”, “ensina”, “educa”, “orienta”, “prepara”, “forma”, etc. O mesmo acontece na escolha dos substantivos que referem-se ao que será ensinado: “interesses, opiniões, concepções, preferências, convicções, versões, teorias, perspectivas”. Esses substantivos aparecem amalgamados, o que pode causar o efeito de confusão, ao final da leitura “interesses” e “teorias”, por exemplo, já estão fazendo parte de um mesmo campo de sentidos.

Além disso, a formação do professor nunca é colocada, o efeito de sentido que a lista de deveres gera é o de que o professor é alguém que apenas tem opiniões sobre a matéria que leciona e que tais opiniões equivalem à uma abordagem teórica que por ele deveria ser utilizada. Há alguns anos, houve a tentativa de aprovar uma lei que permitia que pessoas com notório saber em uma área lecionassem, sem a necessidade de formação acadêmica para isso. A imagem do professor construída no discurso do ESP é similar a essa.

Nos itens 1, 2 e 4 *ideologia, religião, moral, política, partidarização, questões socioculturais e econômicas* também aparecem amalgamadas em pequenos grupos:

SD ESP 38 1:

O professor não se aproveitará da audiência cativa dos alunos para promover os seus próprios **interesses, opiniões, concepções ou preferências ideológicas, religiosas, morais, políticas e partidárias**.

SD ESP 38 2:

O professor não favorecerá nem prejudicará os alunos em razão de suas convicções **políticas, ideológicas, morais ou religiosas**, ou da falta delas.

SD ESP 38 4:

Ao tratar de questões políticas, sócio-culturais e econômicas, o professor apresentará aos alunos, de forma justa – isto é, com a mesma profundidade e seriedade -, as principais **versões, teorias, opiniões e perspectivas** concorrentes a respeito.

Levando a uma associação direta entre elas, como se todas essas questões tivessem que ser tratadas da mesma maneira. Somente dois desses valores aparecem isoladamente, nos itens 3 e 5.

SD ESP 38 3:

O professor **não fará** propaganda político-partidária em sala de aula **nem incitará** seus alunos a participar de manifestações, atos públicos e passeatas.

SD ESP 38 5:

O professor **respeitará** o direito dos pais a que seus filhos recebam a educação moral que esteja de acordo com suas próprias convicções.

O item 3 destaca a questão da propaganda político-partidária e o item 5, que trata sobre os direitos dos pais, destaca a questão da educação de valores morais.

O destaque para a proibição da propaganda político-partidária faz todo o sentido dentro do contexto de um movimento “Sem Partido”. No entanto, na continuação deste item, é também vedado o incentivo à participação em manifestações, atos públicos e passeatas, ou seja, o incentivo ao envolvimento em manifestações cidadãs, ações que não necessariamente estão restritas a questões partidárias. Ambas ações são colocadas no mesmo patamar e desaprovadas.

Já o item 5, ao citar a educação moral e o direito dos pais, pode gerar confusão pois ele provoca uma mistura de pautas entre o que é do campo da educação formal e o que é informal, ou seja, o que deve ser ensinado dentro e fora da escola. Gerar essa confusão é uma das estratégias argumentativas do movimento. Em nenhum momento o currículo ou as diretrizes escolares são citadas, o que reforça o efeito de sentido de que o professor sempre age segundo suas próprias opiniões e vontades na elaboração de suas aulas, sem nenhum tipo de instrução.

O 4º item fala sobre a apresentação dos conteúdos em sala de aula pelo professor ser feita de “forma justa”, apresentando “as principais versões, teorias, opiniões e perspectivas concorrentes a respeito”.

SD ESP 38 4:

Ao tratar de questões políticas, sócio-culturais e econômicas, o professor apresentará aos alunos, de forma justa – isto é, com a mesma profundidade e seriedade -, as principais versões, teorias, opiniões e perspectivas concorrentes a respeito.

Essa demanda reverbera um discurso em circulação no Brasil nos últimos anos, de que é preciso apresentar “os dois lados da história”: o lado do racista e o das pessoas que sofreram racismo, o lado do misógino e o da mulher agredida, etc.

Chamamos também a atenção para o sexto e último item da lista de deveres, que cita a “ação de terceiros”.

SD ESP 38 6:

O professor **não permitirá** que os direitos assegurados nos itens anteriores sejam violados pela ação de terceiros, dentro da sala de aula. (grifos nossos)

Esse trecho pode suscitar várias leituras, entre as quais destacamos:

- A. reforça uma ameaça aos professores, uma vez que, se o espaço da sala de aula é compartilhado por **professores** e alunos em uma lógica de dominação e subalternidade, somente os professores poderiam ser os violadores dos direitos dos alunos dentro deste espaço e os chama a vigiar uns aos outros e denunciarem **colegas com má conduta**, fazendo uma separação entre professores cumpridores de deveres e os outros professores, doutrinadores, que podem estar no espaço da sala de aula prejudicando os alunos e o trabalho dos verdadeiros professores.
- B. um chamado aos próprios professores **doutrinadores** para que possam despertar e denunciar quem são as **pessoas por trás da doutrinação**.

No texto “Apresentação”, há uma divisão dos educadores em quatro grupos, como podemos observar na sequência discursiva que transcrevemos abaixo:

SD ESP 39:

A imensa maioria dos educadores e das autoridades, **quando não promove ou apoia** a doutrinação, **ignora culposamente** o problema ou **se recusa a admiti-lo**, por cumplicidade, conveniência ou covardia. (grifos nossos)

Os grupos dos professores que:

- a) promovem a doutrinação;

- b) apoiam a doutrinação;
- c) ignoram culposamente o problema (da doutrinação); e
- d) recusam-se a admitir o problema (da doutrinação).

Em nenhuma das hipóteses o professor é absolvido das acusações do movimento, ele sempre é conivente com a doutrinação, por ação ou omissão. E a palavra doutrinação é uma palavra recorrente nos discursos que atravessam os textos do portal ESP. Neste trecho, como em grande parte do corpus, ela aparece nominalizada, naturalizando o “ato de doutrinar” e não colocando sua existência ou não em discussão, e recategorizada como “o problema”. A doutrinação é construída discursivamente como uma evidência incontestável, ela existe, é um problema, e esse ponto não está aberto a discussão, o que está em discussão na grande maioria das vezes são os modos de combatê-la e, no caso da SD ESP 39, a reação dos professores frente a ela.

Ainda no texto “Apresentação”, selecionamos outra sequência discursiva que explica qual é o objetivo do site ESP:

SD ESP 40:

Um espaço no qual estudantes, ex-estudantes e pais poderão **expressar suas opiniões** sobre professores, livros e programas curriculares que **ignoram a radical diferença entre educação e doutrinação**. (grifos nossos)

A doutrinação segue sendo nominalizada e outra vez os professores estão atrelados a ela, como se não fossem capazes de diferenciar entre educar e doutrinar ou, ao diferenciá-las, optassem por ignorar as diferenças.

Dessa SD destacamos ainda que o site do ESP coloca-se como um espaço no qual opiniões “sobre professores, livros, currículos” podem ser expressas, o penúltimo parágrafo do texto retoma essa questão:

SD ESP 41:

Se você sente que seus professores ou os professores dos seus filhos estão comprometidos com uma visão unilateral, preconceituosa ou tendenciosa das questões políticas e sociais; **se percebe que** outros enfoques são por eles desqualificados ou ridicularizados e que suas atitudes, em sala de aula, propiciam a formação uma atmosfera de intimidação incompatível com a busca do conhecimento; **se observa que estão engajados na execução de um projeto de engenharia social, que supõe a implementação de uma nova escala de valores,** envie-nos uma mensagem relatando sua experiência

(acompanhada, se possível, de elementos que possam comprová-la). (grifos nossos)

O comportamento dos professores está sempre aberto a avaliações e há um incentivo para que se denuncie com base em sentimentos, percepções e observações. Ou seja, uma avaliação que não precisa ser clara, mas pode ser baseada em noções pessoais.

Vemos que a SD 41 reforça a figura do professor como partidária de certa visão do mundo, “comprometidos com uma visão unilateral, preconceituosa ou tendenciosa das questões políticas e sociais”, e a sala de aula como um espaço para ameaças, “formação uma atmosfera de intimidação incompatível com a busca do conhecimento”. Retomando os argumentos utilizados na lista “Deveres do Professor”, vemos aqui que a atitude dos professores segue sendo chamada de “unilateral, preconceituosa, tendenciosa, inibidora de outros enfoques”, ou seja, não plural. Mais uma vez a atitude deles quanto à outros pontos de vista é apontada negativamente pelos verbos “desqualificar” e “ridicularizar”. A construção da imagem do professor como adepto de uma visão homogênea do mundo segue sendo reforçada, diferente da pluralidade que o ESP diz promover.

A denúncia feita pelo ESP é dirigida quase que exclusivamente ao professor, mas também há momentos que ela é dirigida a algo superior a eles, como na SD 41, que aponta a existência de um projeto maior, os professores doutrinadores não trabalham sozinhos, mas estão “engajados na execução de um projeto de engenharia social, que supõe a implementação de uma nova escala de valores”. Na SD ESP 40, foram citados, além dos professores, “livros e programas curriculares”. Nesse caso, a acusação não recai somente sobre o profissional que atua em sala de aula, mas também sobre os que elaboram o currículo e aprovam os livros didáticos.

Voltando à “doutrinação”, ela é construída como resultado de uma elaborada conspiração e por essa razão é necessário que todos os que são contrários a ela mobilizem-se para o seu desmonte.

SD ESP 42:

A pretexto de transmitir aos alunos uma “visão crítica” da realidade, um **exército organizado de militantes travestidos de professores** abusa da liberdade de cátedra e se aproveita do segredo das salas de aula para impingir-lhes a sua própria visão de mundo. (grifos nossos)

Na SD ESP 42, os professores são tomados metaforicamente como um “exército organizado de militantes travestidos de professores”, o que reforça a ideia de que um militante não age sozinho, mas pertence a um grupo maior, cujos líderes coordenam suas estratégias. Apontamos aqui a transfobia da expressão, que toma os professores como falsos.

Além dessa distinção entre professores e militantes, o texto “sobre nós” apresenta a distinção entre educadores e falsos educadores, que podemos notar ao ler as SDs a seguir:

SD ESP 43:

Como **membros da comunidade escolar** – pais, alunos, **educadores**, contribuintes e consumidores de serviços educacionais –, não podemos aceitar esta situação. (grifos nossos)

SD ESP 44:

Ocorreu-nos, então, a ideia de divulgar testemunhos de alunos, vítimas desses **falsos educadores**. (grifos nossos)

Vemos nos trechos destacados nas SDs ESP 42, 43 e 44:

a) Indivíduos caracterizados como “militantes travestidos de professores”, como se a profissão docente funcionasse como um disfarce utilizado por todos os enquadrados nas práticas denunciadas pelo movimento. Aqui, militante e professor são nomes que não cabem na descrição de um mesmo profissional e a SD ESP 44 descreve os alunos como vítimas de “falsos educadores”;

b) Já os educadores listados na SD ESP 43 não são os mesmos que os militantes travestidos, eles são “membros da comunidade escolar”, chamados a apoiar as demandas do movimento ESP e, portanto, os reais educadores.

A SD 42 também reforça a construção de um imaginário sobre a sala de aula com um lugar ameaçador para os alunos, como comentado anteriormente. É nesse espaço que, segundo o ESP, os professores “abusam da liberdade” e “aproveitam-se para impingir sua visão de mundo”. A construção desse imaginário sustenta as proposições para que aulas possam ser gravadas e professores filmados pelos alunos, como única maneira de proteção no PL ESP escrito por Miguel Nagib.

SD ESP 45:

Art. 7º. As escolas que não realizarem ou não disponibilizarem as gravações das aulas deverão assegurar aos estudantes o direito de gravá-las, a fim de permitir a melhor absorção do conteúdo ministrado e de viabilizar o pleno

exercício do direito dos pais ou responsáveis de ter ciência do processo pedagógico e avaliar a qualidade dos serviços prestados pela escola.

Destacamos aqui o uso dos verbos *abusar*, *aproveitar-se*, *impingir* utilizados para definir as ações dos professores, principalmente “abusar” e “aproveitar” que remetem à violência sexual.

Temos também na SD ESP 42 a utilização da expressão “visão crítica”, assim entre aspas, que aponta para perspectivas educativas que levam os alunos à reflexão. Elas são tomadas de maneira pejorativa pelo movimento, como se fossem mero pretexto de quem quer militar.

Ainda no texto “Sobre Nós”, há mais uma referência direta aos professores:

SD ESP 46:

Entretanto, nossas tentativas de combatê-la por meios convencionais sempre esbarraram na dificuldade de provar os fatos e **na incontornável recusa de nossos educadores e empresários do ensino em admitir a existência do problema.** (grifos nossos)

A questão da militância/doutrinação sempre é tomada como um fato, mas na própria apresentação do projeto há o reconhecimento de que falta embasamento concreto para que se argumente nesse sentido. Segundo eles, esse problema existe, mas “é difícil de ser combatido”, porque é “difícil de provar” e há uma “incontornável recusa” por parte dos professores para que o admitam. Dessa forma, os professores são, mais uma vez, culpabilizados.

Destacamos aqui que os “professores” estão listados na SD ESP 46 junto com “empresários do ensino”, anteriormente - na SD ESP 43 - já haviam sido citados os “contribuintes e consumidores de serviços educacionais”. Empresários, contribuintes, consumidores, os sujeitos participantes da educação são tomados numa acepção comercial.

No discurso do movimento ESP o professor é tomado como símbolo de uma ideologia, a imagem de toda a categoria é desgastada, enquanto o papel normatizador do Estado é desconsiderado pelo movimento, como se não existissem parâmetros, diretrizes e hierarquia dentro do ensino. O problema é do indivíduo, a ele é atribuído um grau de liberdade individual que não existe.

4.2 A DESIGNAÇÃO “ESCOLA SEM PARTIDO”

Iniciaremos nossas análises pela designação *Escola Sem Partido*, um sintagma nominal composto pelo substantivo “escola” determinado pelo sintagma preposicional “sem partido”. Ao trazer a determinação “Sem Partido” para o *intradiscurso*, ou seja, para a materialidade da língua, o enunciador faz presentes as disputas *interdiscursivas*, que estão no interior dos discursos, entre diferentes *Formações Discursivas*, ao redor do que se entende por *escola* e considera-se que seja uma definição adequada para ela, apenas o substantivo *escola* não é considerado suficiente para referir as instituições de ensino. Além disso, a designação não está precedida por um artigo definido, o que aponta a necessidade de que todas as escolas passem a ser apartidárias.

4.2.1. *Escola Sem Doutrinação e Sem PT*

As duas paráfrases que trabalharemos nos próximos tópicos são: *Escola Sem Doutrinação* (Esquerdista) e *Escola Sem PT*. A primeira pensada a partir da expressão “tomar partido”, que significa: não ficar neutro ou isento, e refletindo sobre como no discurso do movimento somente quando algo é considerado “de esquerda” é visto como danoso. A segunda, tomando a concepção de partido político, que nos levou a considerar o Partido dos Trabalhadores como um dos alvos das críticas do movimento.

4.2.1.1. *Escola Sem Doutrinação* (Esquerdista)

A primeira paráfrase sobre a qual trabalharemos é “*Escola Sem Doutrinação* (Esquerdista)”. A palavra “doutrinação” aparece exaustivamente no decorrer do corpus, como prática recorrente nas escolas. Segundo resposta para a pergunta “O que é o programa ESP?”, na seção “Perguntas Frequentes”, um dos objetivos do movimento é inibir a doutrinação, por isso nos pareceu plausível pensar o funcionamento da paráfrase que substitui “partido” por “doutrinação” e, mais especificamente, a doutrinação que aparece apontada como vinda do espectro político da esquerda.

SD ESP 47:

O que é o programa ESP?

Programa Escola sem Partido é um conjunto de medidas previsto num anteprojeto de lei elaborado pelo Movimento Escola sem Partido, que **tem por objetivo inibir a prática da doutrinação política e ideológica em sala de aula** e a usurpação do direito dos pais dos alunos sobre a educação moral dos seus filhos. (Grifos Nossos)

Em outro texto do arquivo, o texto “Apresentação”, as escolas são descritas como “caixas de ressonância das doutrinas e das agendas”:

SD ESP 48:

Vítimas do assédio de grupos e correntes políticas e ideológicas com pretensões claramente hegemônicas, essas escolas se transformaram em **meras caixas de ressonância das doutrinas e das agendas** desses grupos e dessas correntes. (grifos nossos)

É dessa forma, bem literal, que a “doutrinação” aparece no discurso do movimento. Apesar dessa SD não revelar quais são “os grupos e correntes políticas e ideológicas “com pretensões claramente hegemônicas”, em outros textos do corpus a crítica a eles aparece de forma mais direta. Destacamos que a palavra “doutrinação” é uma nominalização.

Ela é dada como uma evidência e em nenhum momento é aberto qualquer espaço para questionar essa afirmação e muito menos são apresentados dados que comprovem essa impressão.

Em outra sequência discursiva selecionada do texto “Apresentação”, aparece estabelecido um paralelo entre educação e doutrinação. Apesar de serem ações, nas palavras do próprio texto, “radicalmente diferentes”, alguns “professores, livros e programas” ignoram tais diferenças.

SD ESP 49:

Um espaço no qual estudantes, ex-estudantes e pais poderão **expressar suas opiniões** sobre professores, livros e programas curriculares que **ignoram a radical diferença entre educação e doutrinação**”. (grifos nossos)

Aqui, os professores estão atrelados à doutrinação, como se não fossem capazes de diferenciar entre educar e doutrinar ou, ao diferenciá-las, optassem por ignorar essas diferenças. Como já comentamos no tópico 4.1.5. *Queremos “apenas isso”*, o “professor” é reiteradamente culpabilizado dentro desse discurso.

Na seção de “perguntas e respostas” a questão da “doutrinação” é definida como “um problema grave na educação brasileira”:

SD ESP 50:

A doutrinação é um problema grave na educação brasileira? Por quê?

Sim, por três razões.

Primeiro, porque consiste numa forma de cerceamento da liberdade de aprender do estudante, já que, numa de suas vertentes, essa liberdade – que é

garantida expressamente pela Constituição Federal – compreende o direito do estudante de não ser doutrinado por seus professores. Trata-se, portanto, da violação a um direito fundamental.

Segundo, porque as principais vítimas dessa prática são jovens inexperientes e imaturos, incapazes de reagir, intelectual e emocionalmente, a um professor que esteja determinado a “fazer a cabeça” dos alunos.

E, terceiro, devido à extensão do fenômeno: segundo pesquisa realizada pelo Instituto Sensus, a imensa maioria dos professores (78%) acredita que a principal missão da escola é “despertar a consciência crítica dos alunos”. (Grifos nossos)

A “doutrinação” não só é categorizada como “um problema”, mas “um problema grave”. Depois é categorizada como “uma forma de cerceamento da liberdade de aprender dos estudantes”. Primeiro a “doutrinação” é colocada como um dado evidente e incontestável para depois ser retomada sempre de maneira negativa no decorrer do corpus. A própria Constituição Federal é citada, como referência de autoridade, e é mencionado o “direito do estudante de não ser doutrinado por seus professores”, direito esse que apesar de não ser especificada sua origem é categorizado como “fundamental”. Aos poucos vai sendo desenhada a criminalização dos professores a partir desse problema que o discurso do movimento afirma existir nas escolas.

Na sequência, “doutrinação” é caracterizada como um fenômeno, ou seja, algo que ultrapassa o que é considerado normal e é aplicada a ela uma extensão, ela não é pequena e localizada, mas está propagada. E, para concluir a resposta, há uma equiparação do “despertar a consciência crítica dos alunos” com “doutrinação”, o discurso do movimento ESP mescla essas duas coisas e, assim, cola no ensino que visa despertar a consciência crítica dos estudantes a carga de sentidos negativos que atribui à “doutrinação”. Essa leitura é reforçada na forma como a visão crítica é construída na sequência discursiva a seguir:

SD ESP 51:

Mas o que há de errado em querer despertar a consciência crítica dos alunos?

Não haveria nada de errado, **se esse “despertar da consciência crítica” não consistisse apenas e tão somente em martelar ideias de esquerda na cabeça dos estudantes.**

Como se sabe, a visão crítica dos estudantes é direcionada sempre e invariavelmente para os mesmos alvos: a civilização ocidental, o cristianismo, os valores cristãos, a Igreja Católica, a “burguesia”, a família tradicional, a propriedade privada, o capitalismo, o livre-mercado, o agronegócio, o regime militar, os Estados Unidos, etc.

Em contrapartida, nada ou quase nada se diz aos alunos sobre os mais de 100 milhões de cadáveres produzidos pelo comunismo; sobre a repressão política e o fracasso econômico da antiga União Soviética; sobre a KGB, o Gulag, a Grande Fome 1932-1933; sobre a ditadura cubana, os presos políticos e a

falta de liberdade naquele país; sobre os campos de reeducação e trabalho forçado na China comunista; sobre a fome de 1958-1961, causada pela política econômica de Mao Tsé-Tung — que matou, segundo o historiador holandês Frank Dikötter, pelo menos 45 milhões de chineses entre 1958 e 1962, sendo que desse total, entre 2 e 3 milhões de pessoas foram executadas ou torturadas até a morte.

Em suma, o olho crítico dos “despertadores de consciência crítica” só enxerga — quando não inventa — os pecados dos adversários políticos e ideológicos da esquerda; nunca ou raramente os da própria esquerda.

Resultado: os estudantes adquirem uma visão distorcida da realidade.

O que o ESP defende é o verdadeiro pensamento crítico, não essa fraude que tomou conta do sistema de ensino. (grifos nossos)

Se na pergunta anterior houve a aproximação entre “despertar a consciência crítica” e “doutrinar”, essa segunda questão abertamente categoriza essas ações como “martelar ideias de esquerda na cabeça dos estudantes”. Dessa forma, a paráfrase que inicialmente formulamos como “Escola Sem Doutrinação (Esquerdista)” poderia ser reformulada como “Escola Sem Martelação de Ideias da Esquerda” ou “Escola Sem Consciência Crítica”. A metáfora da visão utilizada na SD mostra que o “olho crítico” dos doutrinadores só enxerga os “pecados dos adversários políticos e ideológicos da esquerda” e, por isso, os estudantes adquirem uma “visão distorcida da realidade”. Portanto, a escola que o ESP defende também poderia ser parafraseada como “Escolas Sem Visão Distorcida da Realidade”.

Na sequência aparece uma lista de temas apontados como os “alvos” da escola doutrinadora esquerdista. Segundo o texto da SD, os alunos são direcionados a criticar:

- civilização ocidental;
- cristianismo;
- valores cristãos;
- Igreja Católica;
- “burguesia”;
- família tradicional;
- propriedade privada;
- capitalismo;
- livre-mercado;
- agronegócio;
- regime militar;
- Estados Unidos.

Em seguida uma lista dos temas poupados pela escola doutrinadora esquerdista:

- cadáveres produzidos pelo comunismo;
- repressão política e o fracasso econômico da antiga União Soviética;
- KGB;
- Gulag;
- a Grande Fome 1932-1933;
- ditadura cubana, os presos políticos e a falta de liberdade naquele país;
- campos de reeducação e trabalho forçado na China comunista;

- a fome de 1958-1961, causada pela política econômica de Mao Tsé-Tung.

Essa segunda lista dá um vislumbre de qual é o “outro lado”, o “pluralismo” que o movimento ESP defende, quais são as ideias que gostariam que fossem “marteladas na cabeça dos estudantes” o que, nas palavras deles, são “os pecados da própria esquerda”. É como se faltasse nas escolas um pouco de “doutrinação direitista”. Sabemos que toda produção de conhecimento é ideológica, mas dentro do discurso do ESP apenas ocorre a “distorção” quando algo corresponde ao que eles consideram posição ideológica da esquerda.

4.2.1.2. Escola Sem PT

Outra leitura que fizemos a partir da designação ESP é a de que “Sem Partido” silencia “Sem PT”. Pois, embora a sigla do partido não apareça extensivamente de modo explícito no corpus, em alguns momentos, como na resposta à uma das Perguntas Frequentes, observamos esse silenciamento:

SD ESP 52:

O programa ESP é realmente sem partido?

100% sem partido. O que não significa que ele não contrarie interesses partidários. Naturalmente, os partidos e organizações que aparelharam ilegalmente o sistema de ensino serão prejudicados pelo Programa.

Apesar da resposta começar com a afirmação categórica de que nenhum partido político está engajado na articulação do movimento, o texto segue afirmando a possibilidade de que o movimento “contrarie interesses partidários” e que partidos “que aparelham legalmente o sistema de ensino” serão prejudicados. Ou seja, há partidos contra os quais o movimento está comprometido a se posicionar.

E, ao falarem “aparelhamento ilegal do sistema de ensino”, nominalizando o verbo aparelhar, temos a naturalização dessa ação. É apresentada como um fato evidente a ideia de que alguns partidos tentam tomar o sistema de ensino de modo a colocar as escolas e as universidades a serviço de seus interesses, mesmo que em nenhum momento sejam fornecidas referências que confirmem essa ideia.

Inferimos a possibilidade da crítica de aparelhamento estar dirigida ao PT pois, ao retomar as *Condições de Produção* desse discurso, sabendo que o partido que governava o Brasil na época de sua criação era o *Partido dos Trabalhadores*, com o presidente Lula em seu primeiro mandato.

Selecionamos um único momento em que a sigla do partido foi citada nos textos encontrados no site do movimento:

SD ESP 53:

Não existe doutrinação de direita?

Existem professores de direita que usam a sala de aula para fazer a cabeça dos alunos. Mas são franco-atiradores, trabalham por conta própria. No Brasil, quem promove a doutrinação político-ideológica em sala de aula, de forma sistemática e organizada, com apoio teórico (Gramsci, Althusser, Freire, Saviani, etc.), político (governos e partidos de esquerda, **PT à frente**), burocrático (MEC e secretarias de educação), editorial (indústria do livro didático) e sindical é a esquerda. (grifos nossos)

“Exército de militantes organizados” são somente os professores descritos como “de esquerda” pelo movimento. Os professores “de direita”, segundo essa SD, são franco-atiradores, que estão trabalhando sozinhos e por conta própria. Enquanto os “de esquerda” trabalham “de forma sistemática e organizada, com apoio teórico, político, burocrático e sindical”. Ao especificar os apoios que esses professores “de esquerda” recebem, alguns nomes são citados. O apoio político, por exemplo, aponta “governos e partidos de esquerda”, destacando o partido, “PT à frente”. Interessante o agrupamento “governos de esquerda” e “partidos de esquerda”, porque além da esquerda ser prejudicial quando está no governo, ela também pode ser quando não está, apenas pela existência dos partidos.

SD ESP 54:

O ESP é de direita?

O ESP não defende e não promove nenhum tópico da agenda liberal, conservadora ou tradicionalista. Logo, não é de direita.

Mas isso não impede que professores e estudantes de esquerda nos apliquem esse rótulo, com o objetivo de desqualificar o nosso trabalho. Fazem isso porque reconhecem que é a esquerda a única responsável pela instrumentalização do ensino para fins políticos e ideológicos; e, como nos opomos a essa prática, somos vistos como adversários ideológicos.

Ou seja: se combatemos uma prática da esquerda, temos de ser “de direita”. É assim que eles raciocinam.

Nessa SD vemos a resposta dos responsáveis pelo movimento para a pergunta “O ESP é de direita?”, que é negativa. Eles não se assumem liberais, conservadores ou tradicionalistas, ainda que o discurso e as posições que assumem apontem para isso. Ainda nessa resposta, dizem que o rótulo “de direita” desqualifica o trabalho que promovem e que quem os vê dessa maneira são as pessoas “de esquerda”. Ou seja, apesar de se posicionarem abertamente contra a esquerda e reconhecerem que as críticas que recebem vêm desse

espectro político, não querem o rótulo “de direita”, o que faz todo sentido em um momento que ser apolítico é visto como uma característica positiva no Brasil. Destacamos aqui que na AD não é considerada a intenção dos sujeitos e nem são tomadas como verdades absolutas o que eles dizem sobre seus discursos. Apesar da resposta negativa, o discurso do movimento nos leva a lê-lo como sendo de direita, conservador, etc.

4.2.2. Escola Com Partido

Além das paráfrases “Escola Sem Doutrinação” e “Escola Sem PT”, também pensamos no enunciado afirmativo “Escola Com Partido”, concebemos essa designação a partir da leitura de seu logotipo

Figura 18 - Logotipo do movimento ESP



Fonte: Elaborado pela autora (2022)

Nesse logo os sintagmas “escola” e “partido” estão grafados com a cor preta, já o sintagma “sem” com a cor vermelha, emoldurado por uma gravura também vermelha. A cor vermelha utilizada no logo apresenta falhas em alguns pontos, simulando a tinta de um carimbo. Essa alusão que o logo faz a um suposto carimbo, que corrige e altera o que estava escrito antes da intervenção dele, retoma a memória da censura em voga na época da ditadura militar brasileira, durante a qual o Estado intervinha barrando textos que eram contrários aos desmandos desse período.

Em nossa leitura, esse suposto carimbo sugere a interdição de uma palavra que estava entre “escola” e “partido” e é acobertada pelo sintagma “sem”. Nossa hipótese é a de que está aí implícito o sintagma “com” e que, de acordo com o logo do movimento, a designação “Escola Sem Partido” só foi elaborada dessa maneira pois existe uma censura que não permite dizer “Escola Com Partido”.

Aqui também pensamos a partir do conceito de *Negação Polêmica*, ele é produtivo para a análise da designação “Escola **Sem** Partido”, na medida em que identificamos a possibilidade desse enunciado negativo manifestar outro afirmativo, que está implícito:

“Escola **Com Partido**”. Essa ideia de que as escolas estão partidarizadas, ou, como parafraseado em nossas análises, doutrinadas, funciona baseada na memória que circula de que as escolas brasileiras estão/são doutrinadas/doutrinadoras.

No livro "Princípios e Procedimentos", Eni Orlandi (2015, p.40) retoma a análise que fez de uma faixa em que se dizia “vote sem medo”, em um contexto de eleições em um campus universitário, entendendo que essa formulação ao argumentar contra faz presente a questão do medo, uma vez que mobiliza seus sentidos. O mesmo observamos aqui: ao argumentar a favor de uma escola “sem partido” a questão das escolas “com partido” é colocada.

Consideramos que o funcionamento desse *implícito* justifica a existência do movimento, uma vez que, segundo ele, há interesse em combater as escolas projetadas nos moldes que o movimento diz que a escola não pode ser, que chamamos aqui de “Escolas Com Partido”.

Nesta mesma análise que citamos anteriormente, Orlandi afirma que (2015, p. 84): “Ao dizer ‘vote sem medo’ estamos silenciando outro dizer ‘vote com coragem’ que produziria sentidos em outra direção, de acordo com outra memória, significando outra posição do sujeito, etc”. Assim também no caso que analisamos, a designação ESP poderia ter sido formulada de muitas outras formas, produzindo sentidos em outras direções. Essas “Escola Com Partido”, de acordo com nossa análise, são as escolas “com doutrinação (esquerdista)”, “com posicionamento”, “com PT”.

4.2.3. *Escola Sem Censura*

Além das paráfrases “Escola sem Doutrinação” e “Escola Sem PT” e do enunciado afirmativo “Escola Com Partido”, mas ainda pensando em outros nomes que poderiam substituir a designação “Escola Sem Partido”, recorreremos a uma possibilidade de nome que apareceu entre as “Perguntas Frequentes”, agrupadas no site: “Escola Sem Censura”.

SD ESP 55:

Por que "Escola sem Partido", e não "Escola sem Censura"?

Porque “censura” não tem nada a ver com as práticas combatidas pelo Escola sem Partido. Censura é cerceamento à livre manifestação do pensamento. Dentro da escola, nem professores, nem alunos têm direito à livre manifestação do pensamento. Professor que sonega aos alunos o acesso a pontos de vista relevantes dentro da sua disciplina não está cerceando a livre manifestação do pensamento de ninguém, mas, sim, o direito dos alunos à educação, ao pluralismo de ideias e à liberdade de aprender. Em suma, a palavra “censura” nada tem a ver com o projeto Escola sem Partido,

já que este não limita a liberdade de expressão do professor – que pode exercê-la plenamente fora da sala de aula –, nem visa a proteger a liberdade de expressão dos alunos – que também não desfrutam dessa liberdade em sala de aula.

No texto da resposta à pergunta “Por que ‘Escola sem Partido’ e não ‘Escola sem Censura’?”, primeiro há a tentativa de estabelecer um distanciamento entre as práticas do movimento ESP, suas atividades e o ato de censura: “Porque ‘censura’ não tem nada a ver com as práticas combatidas pelo Escola Sem Partido”. Em seguida, vem a definição que o movimento dá para a palavra “censura”: “cerceamento à livre manifestação do pensamento”, tal definição é insuficiente para descrever os sentidos que podem ser atribuídos à essa palavra, há aí uma tentativa de delimitá-la para que caiba na posterior explicação.

O texto continua afirmando que “Dentro da escola, nem professores, nem alunos têm direito à livre manifestação do pensamento”, que faz a afirmação anterior, sobre censura, parecer coerente, mas essa afirmação contraria o dito na LDB, a lei nº9394/96, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que no segundo parágrafo de seu terceiro artigo diz que o ensino será ministrado com base na “liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber”.

O texto segue atribuindo aos professores as ações de “sonegar” acesso a pontos de vista e “cercear” o direito dos alunos à educação, ao pluralismo de ideias e à liberdade de aprender. E dizendo que eles podem exercer sua liberdade de expressão “plenamente fora da sala de aula”. Enquanto tentam afastar o sentido de “censura” do movimento ESP reafirmam que a escola não deve ser um espaço de liberdade.

Vemos serem repetidos aqui três procedimentos comuns ao discurso do movimento: 1- definição de palavras de maneira incompleta, numa tentativa de contenção de sentidos em prol da versão que o movimento quer atribuir a elas; 2- falseamento de informações contando antecipadamente com a possibilidade de que elas não sejam checadas; e 3- vilanização do professor, a partir da atribuição de palavras com sentidos marcadamente negativos para se referir às ações deles, ou seja, leva um leitor mais desatento desse texto a um erro de conclusão ao apresentar premissas incompletas e enganadoras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de serem ditos por sujeitos diferentes, situados em países diferentes, a partir de línguas distintas, os discursos dos movimentos *Con Mis Hijos No Te Metas* e *Escola Sem Partido* por vezes produzem efeitos de sentido semelhantes, revelando que muito mais do que opiniões pessoais isoladas esses posicionamentos derivam de redes de sentido das quais os sujeitos, que pedem por uma escola apartidária ou para que o Estado não se meta com seus filhos, retiram os sentidos que dão coerência a seus discursos. No entanto, por serem diferentes as Condições de Produção de cada um deles e pela heterogeneidade constitutiva das Formações Discursivas as quais eles se filiam, esses discursos não são materializados de maneira idêntica.

Em nossa pesquisa, as análises dos sites dos movimentos foram cruciais para a definição de um caminho de leitura na busca pela construção dos sentidos elaboradas pelo CMHNTM e ESP. Apesar do movimento argentino não produzir tanto conteúdo verbal naquele espaço, as imagens e cores que o compõem deram margem para uma interpretação até mais detalhada do que a do site do movimento brasileiro. Este, por sua vez, significou ao tentar, de maneira insistente, desde a indexação de seus conteúdos e do excesso de modos de apresentar sua proposta, delimitar os sentidos que derivam de seu discurso, numa tentativa de contenção.

O discurso sobre a preocupação com as relações familiares conduzem o movimento *Con Mis Hijos No Te Metas*, presente desde a sua designação, com a utilização do sintagma “filhos”. Essa designação quando territorializada na Argentina encontra tramas de memória que a fazem significar de um jeito diferente do que significa nos outros países que a utilizam, principalmente se pensarmos na memória das *Madres de la Plaza de Mayo* e sua luta por seus filhos desaparecidos. Dentro do discurso do CMHNTM, o “gênero” toma o lugar da ditadura, é ele quem tira os filhos do seio familiar e que não deve voltar “nunca mais”.

A questão familiar permeia as principais demandas do movimento, que são a reivindicação da educação e proteção dos filhos, a partir da manutenção do modelo da família tradicional, tomado no discurso dos dois movimentos como o modelo “natural”, em contraposição a outros modelos que são categorizados como “subjetivos”.

O CMHNTM começa a organizar-se em reação à Lei N° 26.150, que estabelece o direito de crianças e adolescentes a receber *Educación Sexual Integral* (ESI), em uma tentativa de desestabilizar seu cumprimento, sempre citando-a em seu discurso fazendo funcionar efeitos de sentidos depreciativos, desconsiderando que essa é uma política pública

constituída por lei. O propósito da ESI, de ensinar os alunos argentinos sobre “o cuidado com o próprio corpo, a valorização das emoções e dos sentimentos nas relações interpessoais, o reconhecimento da perspectiva de gênero, o respeito pela diversidade, e o exercício dos direitos relativos à sexualidade”, por esses serem direitos desses indivíduos, é desconsiderado. Ela sempre aparece traduzida nesse discurso como “imposição da igualdade de gênero”, uma lei inconveniente e não prioritária.

Qualquer tentativa de repensar os papéis de gênero na sociedade argentina é vista como nociva pelo movimento que, ao longo do tempo, adotou pautas correlatas a essa, como a ação contra a aprovação da Lei N° 27.610, que garante o *acceso a la interrupción voluntaria del embarazo*. A partir desse discurso, o movimento pretende reverter o que considera ser uma interferência do Estado, por eles construído discursivamente como intervencionista, ao legislar em torno do currículo escolar de uma maneira considerada contrária à família e à vida. A controvérsia entre o Estado e os pais se instaura já no nome do movimento, que presentifica uma relação eu (pais que falam através do CMHNTM) *versus* tu (Estado que é interpelado), a crítica do movimento argentino está dirigida de maneira direta ao Estado, as atribuições e limites deste são problematizados em grande parte de seu discurso.

O fio condutor que organiza o discurso do movimento *Escuela Sem Partido* é o discurso (a)partidário e, mais especificamente, antipetista, colocando-se especialmente contra o que eles chamam de ensino crítico, por considerarem que esse tipo de ensino na verdade esconde a tentativa de doutrinar os alunos a partir dos valores do espectro político da esquerda. Essa organização também está presente desde a designação do movimento (que tem o sintagma “partido” em seu nome) e permeia suas demandas, especialmente em um período que possibilitou lugares de ancoragem para discursos conservadores, de direita, como os dele.

O ESP reage ao que eles consideram a partidarização das escolas, mas, apesar da instituição “escola” estar no nome do movimento, a reprovação dele se dirige mais especificamente ao trabalho dos professores, de maneira bastante personalista, como se eles sozinhos fossem os responsáveis pela educação dos alunos brasileiros, carregando toda a responsabilidade pelo ensino nacional. Os professores são construídos dentro do discurso do movimento como vilões, por serem considerados doutrinadores, e tem a suas condutas criminalizadas. É na figura deles que se centralizam todos os problemas que a escola precisa superar, apagando a função do Estado e de outros agentes a todo momento.

Os dois movimentos defendem que o ensino seja neutro, não traga para a sala de aulas a subjetividade dos professores e nem a dos alunos, que seja apenas a transmissão acrítica de conteúdos herméticos e sem conexão com a realidade material dos alunos, servindo à

manutenção de uma visão compartimentada de mundo. Ao reduzir as possibilidades de subjetivação tentam impor um silêncio sobre determinados temas.

Em comum entre os dois movimentos está o diálogo que eles estabelecem com medidas legislativas. Enquanto o ESP tem uma proposta de lei que visa alterar a legislação educacional atual, modificando a *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*, dando aos pais a primazia sobre a educação moral e sexual de seus filhos, o CMHNTM preocupa-se em neutralizar os efeitos da ESI, lei também já aprovada. Ambos movimentos pedem que o controle da educação seja deixado nas mãos das famílias, desconsiderando o papel da escola na formação de seus filhos e as leis que já estão em vigor em ambos países que garantem à ela a possibilidade de tratar os temas que eles condenam.

No discurso dos dois movimentos, além da descredibilização do Estado, que propõe a lei ESI, e dos professores, que militam nocivamente, há um processo de construção do afastamento da família e da escola, como se fossem instituições rivais, trabalhando em concorrência e não juntamente, em prol da educação dos alunos. O discurso dos dois movimentos elaboram a ideia de que a escola não é espaço para/da família. Além disso, nessa proposta de que cada família cuide de seu filho, não há uma preocupação com o social, o coletivo, uma vez que a consideração a algo que seja para a coletividade ameaça as conquistas individuais.

Apesar da similaridade em alguns de seus objetivos, na ideia de modificar a legislação educacional em prol da primazia das famílias, as práticas a que cada um deles convoca são diferentes, o discurso do CMHNTM convoca para a ação política cidadã fora da internet, ocupando espaços de disputa que não sejam apenas virtuais, através da organização de passeatas que chamem a atenção da população para o tema e o envolvimento com a divulgação de suas pautas, enquanto o ESP incita denúncias anônimas e ensina como sugerir a apresentação de um Projeto de Lei, convocando a pressionar os políticos legisladores através de mensagens.

Por um caminho ou outro os dois movimentos se constroem sobre uma base conservadora. Em comum os dois constroem os alunos e filhos discursivamente como crianças desprotegidas, acríicas e incapazes, que devem ser moldadas de acordo com as vontades dos adultos que as têm como propriedades. Ambos movimentos constroem discursivamente os filhos e alunos como sujeitos vulneráveis que precisam de proteção contra os abusadores, o léxico que evoca a memória de um discurso de abuso é mobilizado tanto pelo CMHNTM quanto pelo ESP e os culpados pelos abusos são respectivamente o Estado e os professores.

A luta contra o que ambos movimentos chamam de “Ideologia de gênero” e, inclusive, a utilização dessa expressão que vê a diversidade como uma ideologia perversa é própria de discursos conservadores, outro ponto em comum entre eles. Ela parte de uma total intolerância a qualquer possibilidade de diferença e diversidade. Ambos movimentos pleiteiam, sob um discurso que pede neutralidade, o direito à manutenção da sociedade como sempre esteve, uma vez que a defesa da manutenção da família tradicional equivale à supressão de todas as formas de existência que não sejam iguais a ela, eliminando a alteridade.

Como já dissemos, a opinião e as vontades dos filhos/alunos não é levada em consideração por nenhum dos dois movimentos, quando o ESP os considera sujeitos, é apenas para instrumentalizá-los como vigias de seus professores. Ambos movimentos veem os filhos como dependentes da família e naturais reprodutores de seu modelo tradicional e não sujeitos de direitos que devem ter acesso à informação qualificada sobre temas que são cruciais em sua formação, livres para fazer suas escolhas no decorrer da vida.

Por isso os direitos propostos pela ESI não interessam para o CMHNTM, já que os beneficiados por eles não são vistos dentro do discurso do movimento como sujeitos. A eles interessa a manutenção da sociedade como está. O mesmo para o ESP, que constrói os alunos discursivamente como extensões de suas famílias, indivíduos que devem pensar como seus pais gostariam que eles pensassem, mesmo que esses indivíduos já sejam adultos e frequentem o ensino superior.

Ainda que as propostas dos movimentos acabem barradas na prática, por irem contra o que já é constitucionalizado em cada país, essa relação de rivalidade que vilaniza o Estado, no caso do CMHNTM, e os professores, no caso do ESP, é constantemente retomada pelos dois movimentos, na seleção lexical, na utilização de nominalizações, colocando em circulação memórias sobre essa instituição e sobre essa categoria profissional, alterando as rotinas de memória que medidas e ações mais progressistas estavam (e continuam) tentando renovar nos últimos anos. Novas (ou, pelo menos, revitalizadas) projeções imaginárias são produzidas discursivamente em torno desses sujeitos e instituições envolvidos no processo educacional, mantendo seus sentidos em disputa.

A agenda que guia os dois movimentos, segundo nossas análises, é a tentativa de delimitação dos conteúdos que os alunos podem ter acesso durante a sua formação, essa é uma das pautas que unem os interesses dos dois movimentos. Os dois são conservadores, e seus discursos foram estruturados de modo a criticar e combater possíveis mudanças que visem avanços no âmbito escolar. O conservadorismo se opõe a qualquer direito e por isso a

preocupação em silenciar uma educação crítica ou que delineie novas possibilidades para os papéis de gênero, além das que são hegemônicas.

Regular o espaço escolar é a meta dos dois movimentos, uma vez que esse, enquanto um local de formação é também local de projeções para o futuro, de promoção de mudanças. Como se só as escolas fossem as responsáveis por toda essa tarefa enorme que é formar um indivíduo. Os dois movimentos fazem sua proposta de futuro, um futuro em que as crianças estarão, segundo eles, libertas da doutrinação e terão acesso a uma educação neutra, proposta essa que busca por um discurso original, fundacional, em que está a verdade e a partir do qual todos os outros devem derivar, sem as distorções que acontecem hoje em dia, mas esse futuro neutro, como vimos durante o percurso da análise, nada mais é do que a manutenção do passado.

O problema das escolas está nos professores apresentarem uma visão diferente da dos pais. Os alunos/filhos têm que seguir apenas o que a família transmite, desde a infância até a vida adulta. Há uma tentativa de controle rigoroso ao que os filhos terão acesso durante a formação de suas subjetividades, visando moldar o que eles podem vir a ser e pensar a partir da perspectiva exclusiva de suas famílias. Nenhum dos movimentos apresenta um projeto educacional propriamente dito, mas apenas a ideia de que a família deve ser a responsável pelo controle dos conteúdos apresentados aos alunos.

Analisar os dois movimentos comparativamente auxiliou e enriqueceu nossa análise. As percepções que cada um despertava abria possibilidades de interpretação para o discurso do outro também. Pretendemos apontar como a formulação desses discursos construíram efeitos de evidência, visando a desnaturalização dessas evidências e a possibilidade de que esses discursos sejam discutidos e contestados. Não tentamos aqui propor uma leitura definitiva desse assunto, mas sim elaborar uma contribuição à literatura do tema. Pretendemos a partir desta dissertação produzir artigos que possibilitem a circulação mais ampla das análises que aqui tentamos realizar e continuar pensando nos sentidos até aqui analisados.

REFERÊNCIAS

- BRASIL, **Brasil Sem Homofobia – Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra LGBT e Promoção da Cidadania Homossexual**. Disponível em: <https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/brasil_sem_homofobia.pdf>, acesso em 20 jul. 2022.
- CARA, Daniel (43-47) O programa “Escola Sem Partido” quer uma escola sem educação. In: Ação Educativa (org.). **A ideologia do movimento Escola Sem Partido: 20 autores desmontam o discurso**. São Paulo: Ação educativa, 2016.
- CEPÊDA, Vera. A nova direita no Brasil: contexto e matrizes conceituais. **Mediações**, Londrina, vol. 23, n. 2, p. 75-122, mai./ago., 2018.
- CHALOUB, J.; PERLATTO, F. Intelectuais da ‘nova direita’ brasileira: ideias, retórica e prática política. 39º Encontro Anual da ANPOCS, 2015, Caxambu. **Anais do 39º Encontro Anual da ANPOCS**, 2015. v. 1.
- Chaves, Tyara Veriato. **Da Marcha das Vadias às vadias da marcha: discursos sobre as mulheres e o espaço**. Campinas, SP: [s.n.], 2015.
- CINTRÃO, H. P. Pensando as formas de tratamento a partir da semiótica e a semiótica a partir das formas de tratamento. In: COUTO, L. R.; DOS SANTOS, C. R. (org.). **As formas de tratamento em português e em espanhol: variação, mudança e funções conversacionais**. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2011. p. 457-472.
- COURTINE, Jean-Jacques. **Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos**. São Carlos: Edufscar, 2014. 250 p.
- Declaração Universal dos Direitos Humanos** Disponível em: <<https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>>. Acesso em: 02 jan. 2022.
- Educación Sexual Integral: Los derechos en la escuela**. Disponível em: <<https://youtu.be/H7vF6SctjBE>>. Acesso em: 15 de nov. 2022.
- FOUCAULT, Michel. O olho do poder. In: _____. **Microfísica do Poder**. Org. Roberto Machado. 27 ed. São Paulo: Graal, 2013[1978]. p. 318-343
- FRANCO, C., MARANHÃO Fº., E. M. A. Não metam gênero na nossa religião! Educação em disputa nos movimentos “Escola sem partido” e “Con mis hijos no te metas”. **REVER**, São Paulo, v. 20, n. 2, mai/ago 2020. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/rever/article/view/50700>>. Acesso em 01 jul. 2021.
- FREITAS, Maria Virgínia de. Jovens, escola democrática e proposta do “Escola Sem Partido”. (102-107) In: Ação Educativa (org.). **A ideologia do movimento Escola Sem Partido: 20 autores desmontam o discurso**. São Paulo: Ação educativa, 2016.
- GUIMARÃES, E. **Semântica do acontecimento: um estudo enunciativo da designação**. 1ª EDIÇÃO. Campinas: Pontes, 2002. 96 p.

_____. Semântica e Pragmática. In: GUIMARÃES, Eduardo, ZOPPI-FONTANA, Mônica. **Introdução às ciências da linguagem: A palavra e a frase.** Campinas: Pontes Editores, 2006. p. 113-146

_____. Domínio Semântico de Determinação. In: GUIMARÃES, E.; MOLLICA, M. C. (org.). **A palavra: forma e sentido.** 1ª EDIÇÃO. Campinas: Pontes Editores, 2007. p. 77-96.

GUILBERT, Thierry. **As evidências do discurso neoliberal na mídia.** Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2020.

Ideologia de gênero: mitos y verdades. Disponível em: <<http://conmishijosno.com>>. Acesso em: jul. 2019

INDURSKY, Freda. **Polêmica e Denegação:** Dois funcionamentos discursivos da negação. Cad. Est. Ling., Campinas, p. 117-122, jul./dez, 1990.

MANHAS, Cleomar (16-21) In: Ação Educativa (org.). **A ideologia do movimento Escola Sem Partido: 20 autores desmontam o discurso.** São Paulo: Ação educativa, 2016.

MENESES, D. Con Mis Hijos No Te Metas: un estudio de discurso y poder en un grupo de Facebook peruano opuesto a la “ideología de género”. **Anthropologica**, Lima, v. 37, n. 42, 2019. Disponível em: <http://www.scielo.org.pe/scielo.php?pid=S0254-92122019000100007&script=sci_arttext>. Acesso em 01 jul. 2021.

MIGUEL, L.F. Da “doutrinação marxista” à "ideologia de gênero" - Escola Sem Partido e as leis da mordaza no parlamento brasileiro. **Revista direito e práxis.** Rio de Janeiro, Vol. 07, N.15, 2016, p. 590-62. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaceaju/article/view/25163>>. Acesso em 01 jul. 2021.

MOIRAND, Sophie. A contribuição do pequeno corpus na compreensão dos fatos da atualidade. Tradução: GIBIN, Fernando Curtti; COSTA, Julia Lourenço. **Revista Linguagem**, São Carlos, v. 36. (2020). Dossiê Metodologias de Pesquisa em Ciências da Linguagem, p. 20 - 41

ORLANDI, Eni Puccinelli. Discurso, Imaginário Social e Conhecimento. **Em Aberto**, Brasília, ano 14, n.61, jan./mar. 1994

_____. Discurso e Argumentação: Um Observatório do Político. **Fórum Lingüístico**, Florianópolis, n. 1 (73-81), jul.-dez. 1998a

_____. Paráfrase e polissemia a fluidez nos limites do simbólico. **Rua**, 4. Campinas. 1998b. p. 9-19

_____. Análise de discurso: princípios e procedimentos. 12ª edição. Campinas: Pontes Editores, 2015. 98 p.

PÊCHEUX, Michel. A forma-sujeito do discurso. In: PÊCHEUX, Michel. **Semântica e**

discurso. Uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas: UNICAMP, 5ª ed., 2018. p.145-168

PÊCHEUX, M. FUCHS, C. A propósito da Análise Automática do Discurso: atualização e perspectivas. In: GADET, F. HAK, T. **Por uma análise automática do discurso.** Uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: UNICAMP, 2010. 319 p.

Programa Nacional de Educación Sexual Integral (ESI). **Disponível em:** <<https://www.argentina.gob.ar/educacion/esi>>. Acesso em: 19 nov. 2022.

RIBEIRO, Vera Masagão (5-8) Apresentação In: Ação Educativa (org.). **A ideologia do movimento Escola Sem Partido:** 20 autores desmontam o discurso. São Paulo: Ação educativa, 2016.

(ZOPPI-FONTANA, Mónica; OLIVEIRA, Sheila Elias. 2016, p. 149-150). **Tá serto! Só que não... Argumentação, enunciação, interdiscurso.** Linha D'Água (Online), São Paulo, v. 29, n. 2, p. 123-155, dez. 2016

ÍNDICE

Condições de Produção.....	p.12
Designação.....	p.54
Formação Discursiva.....	p.13
Ideologia e Pré-Construído.....	p.12
Negação Polêmica.....	p.65
Nominalização.....	p.68
Paráfrase.....	p. 54
Sujeito.....	p. 14